

RESOLUÇÃO Nº 1/REIT - CONSUP/IFRO, DE 05 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (Consup/IFRO), no uso de suas atribuições regimentais estabelecidas pelo Estatuto do IFRO no art. 9 da [Resolução Consup/IFRO nº 61, de 18 de dezembro de 2015](#); tendo em vista os autos do Processo SEI nº 23243.010634/2023-18, bem como a aprovação pelo Conselho Superior do IFRO, por unanimidade, durante a 42ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFRO, realizada em 29/9/2023, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua assinatura.

MOISÉS JOSÉ ROSA SOUZA

Presidente do Conselho Superior (Consup)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)



Documento assinado eletronicamente por **Moisés José Rosa Souza, Presidente do Conselho**, em 08/01/2024, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2167715** e o código CRC **214896E4**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 1/REIT - CONSUP/IFRO, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2023-2027

[LINK - \[2062977\] E \[2062694\]](#)



PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL DO IFRO

“*Novo PDI do IFRO:
Planejando o futuro
que queremos*”

Período 2023 - 2027



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFRO

REITOR

Moisés José Rosa Souza

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Mauro Henrique Miranda de Alcântara

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ivanilson Parente da Silva

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sheylla Chediak

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Fernanda Oliveira Costa de Goes

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Xênia de Castro Barbosa

DIRETORA SISTÊMICA DE GESTÃO DE PESSOAS

Cleonice Cabral Costa

DIRETOR SISTÊMICO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Saulo Souza de Macedo

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Gilberto Paulino da Silva

CAMPUS ARIQUEMES

Enio Gomes da Silva

CAMPUS CACOAL

Adilson Miranda de Almeida

CAMPUS COLORADO DO OESTE

Marcos Aurélio Anequine Macedo

CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

Elaine Oliveira Costa de Carvalho

CAMPUS JARU

Renato Delmonico

CAMPUS JI-PARANÁ

Letícia Carvalho Pivetta

CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

Leonardo Pereira Leocádio

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Jeferson Cardoso da Silva

CAMPUS AVANÇADO SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Mauro Sérgio Demício

CAMPUS VILHENA

Rodrigo Alécio Stiz

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PDI

PRODIN

Arijoan Cavalcante

Gilmar Alves de Lima Júnior

Mauro Henrique Miranda de Alcantara

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Gilberto Paulino da Silva

Romeu Botelho dos Santos

Luciana Bandeira de Souza

Márcio Marinho Martins

PROAD

PROEN

PROEX

PROPESP

DEAD

DGP

GABINETE

CAMPUS ARIQUEMES

CAMPUS CACOAL

CAMPUS COLORADO DO OESTE

CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

CAMPUS JARU

CAMPUS JI-PARANÁ

CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

CAMPUS VILHENA

CAMPUS AVANÇADO SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

CONCEITO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

Contaccta Comunicação

(Carlos Nascimento - Design)

(Lívia Maria Lima - Revisão)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Guia organizacional da elaboração do PDI	21
Figura 2 – Inserção regional e ambiente de atuação	37
Figura 3 – Atuação acadêmica do IFRO por níveis de ofertas	38
Figura 4 – Arranjos Produtivos Locais (APLs) atendidos	54
Figura 5 – Diagrama da Organização Administrativa do IFRO	124
Figura 6 – Imagens do portal institucional do IFRO	125
Figura 7 – Logo da plataforma integrada de ouvidoria	126
Figura 8 – Evolução da composição do quadro de servidores docentes do IFRO	138
Figura 9 – Evolução da composição do quadro de servidores TAEs do IFRO	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução temporal do IFRO	34
Quadro 2 – APLs de Rondônia por Região de Planejamento e Gestão	52
Quadro 3 – Quantidade de exemplares físicos das bibliotecas do IFRO	106
Quadro 4 – Auxílios Concedidos aos estudantes de 2018 a 2022	118
Quadro 5 – Quantidade de estudantes atendidos por campus e percentual de aprovação	119
Quadro 6 – Perfil socioeconômico dos estudantes de 2018 a 2022	120
Quadro 7 – Titulação dos servidores TAE do IFRO	144
Quadro 8 – Titulação dos servidores DOCENTES do IFRO	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro Demonstrativo de servidores por cargo, nível e funções por unidade	134
Tabela 2 – Estrutura de cargos do IFRO	143
Tabela 3 – Projeção orçamentária do IFRO- 2023 - 2027	151

Sumário

CAPÍTULO 1 – IDENTIDADE INSTITUCIONAL	31
1.1 Histórico do IFRO e de cada unidade	33
1.2 Inserção Regional	37
1.3 Áreas de atuação acadêmica de cada Unidade (Campus)	38
1.4 Caracterização do IFRO	39
1.4.1 A Reitoria	39
1.4.2 IFRO Campus Ariquemes	42
1.4.3 IFRO Campus Cacoal	42
1.4.4 IFRO Campus Colorado do Oeste	43
1.4.5 IFRO Campus Guajará-Mirim	44
1.4.6 IFRO Campus Jaru	46
1.4.7 IFRO Campus Ji-Paraná	47
1.4.8 IFRO Campus Porto Velho Calama	48
1.4.9 IFRO Campus Porto Velho Zona Norte	49
1.4.10 IFRO Campus Avançado São Miguel do Guaporé	50
1.4.11 IFRO Campus Vilhena	51
1.5 Classificação dos Arranjos Produtivos Locais de Rondônia	52
CAPÍTULO 2 – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	55
2.1 Introdução	56
2.2 Concepções fundantes da educação profissional, científica e tecnológica que orientam o ensino, a pesquisa e a extensão	57
2.2.1 Concepção de ser humano e de sociedade	57
2.2.2 Concepção de escola e conteúdos escolares	58
2.2.3 Concepção de formação omnilateral	58
2.2.4 Concepção de educação politécnica	58
2.2.5 Concepção de educação	58

2.2.6 Concepção de aprendizagem	59
2.2.7 Concepção de ensino	59
2.2.8 Educação profissional, científica e tecnológica	60
2.2.9 O tripé ensino, pesquisa e extensão	60
2.3 Princípios filosóficos, pedagógicos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	61
2.3.1 Princípios filosóficos estabelecidos para o projeto pedagógico do IFRO	61
1) O trabalho como princípio educativo	61
a) o conhecimento se constrói na prática, sustentada pela teoria	62
b) a aprendizagem como construção de novas sínteses a partir de conhecimentos prévios	62
c) a concepção de competência como práxis	63
2) Docentes como mediadores/as na relação entre as/os estudantes e o conhecimento	63
3) A prática social e os processos de trabalho como ponto de partida para a organização curricular e sua implementação	64
2.4 Princípios pedagógicos dos processos formativos	65
2.4.1 A produção do conhecimento é fruto da relação entre teoria e prática e resulta da articulação entre parte e totalidade	65
2.4.2 A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	66
2.4.3 A educação inclusiva e a educação para a diversidade	68
2.4.4 Educação para a sustentabilidade ambiental	69
2.4.5 Avaliação ao longo do percurso formativo	69
2.5 Organização didático pedagógica da instituição	70
2.5.1 Cursos de Extensão e Formação Inicial e Continuada	71
2.5.2 Os cursos técnicos de nível médio	72
2.5.3 Os cursos técnicos concomitantes e subsequentes	73
2.5.4 Os cursos de graduação	74
2.5.5 Os cursos de pós-graduação	74
2.5.6 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular	74

2.5.7 Atividades práticas e estágio	75
2.6 Políticas Institucionais	75
2.6.1 Políticas de ensino	75
2.6.1.1 Políticas de ensino para formação inicial e continuada	75
2.6.1.2 Políticas de ensino para a educação profissional técnica de nível médio e para a graduação	76
2.6.2 Políticas para a pós-graduação	80
2.6.3 Políticas de pesquisa e inovação	82
2.6.3.1 Concepção pedagógica da pesquisa	82
2.6.3.2 Diretrizes para as políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação no IFRO	82
2.6.4 Políticas de extensão	85
2.6.4.1 A política de extensão deve atender aos seguintes princípios:	86
2.6.4.2 Projetos de extensão e as atividades formadoras	90
2.6.4.3 Parcerias	92
2.6.4.4 Prestação de serviços	92
2.6.5 Relações e parcerias com a comunidade e com instituições	93
2.6.6 Política de acompanhamento dos egressos	94
2.6.7 Políticas de internacionalização	96
2.6.7.1 Caracterização das políticas de internacionalização	96
2.6.7.2 Princípios e diretrizes para a internacionalização	96
2.6.7.3 Perspectivas das parcerias e intercâmbios	97
2.6.7.4 Estratégias para a promoção da internacionalização no IFRO:	98
2.6.8 Políticas de gestão	100
2.6.8.1 Autonomia institucional e a gestão democrática e participativa	100
2.6.8.2 Princípios das políticas de gestão do IFRO	101
2.6.8.3 Desafios para a consolidação das políticas de gestão:	102
2.6.9 Ofertas na modalidade EaD	103
2.6.9.1 Desafios à consolidação da institucionalização e à qualidade	103
2.6.10 Bibliotecas do IFRO	105

2.6.10.1 Espaço físico da biblioteca	106
2.6.10.2 Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo	108
2.6.11 Formas de acesso ao instituto e aos serviços e programas	109
2.6.11.1 Acesso aos cursos	109
2.6.11.2 Aos programas de pesquisa, pós-graduação, extensão e internacionalização	109
2.6.11.3 Aos programas de apoio ao estudante	110
CAPÍTULO 3 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL INCLUSÃO, DIVERSIDADE E PROTAGONISMO JUVENIL	111
3.1 Políticas de inclusão e diversidade	112
3.1.1 Atendimento às pessoas com necessidades específicas	112
1. Mediação em inclusão educacional	112
2. Aquisição de tecnologias assistivas	113
3. Librif_RO	113
4. Módulo NAPNE	113
5. Contratação de profissionais terceirizados	114
6. Das perspectivas de ampliação das ações	114
3.2 Organização, participação e protagonismo estudantil	115
3.2.1 Políticas de assistência ao estudante	116
3.3 Programas de apoio financeiro aos estudantes	121
CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO IFRO	123
4.1 Mecanismos e ferramentas de promoção da transparência	125
4.2 Avaliação e acompanhamento do plano de desenvolvimento institucional Comissão Própria de Avaliação – CPA	127
4.2.1 Programa de avaliação integrada	129
4.2.2 Governança gestão de riscos e integridade institucional	130

CAPÍTULO 5 – PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	132
5.1 Apresentação	133
5.2 Composição	133
5.3 Plano de carreira docente	135
5.4 Plano de carreira dos técnicos administrativos em educação	135
5.5 Critérios de seleção para docentes, técnicos administrativos e professor substituto	136
5.6 Plano de expansão do quadro docente e de técnicos administrativos	137
5.7 Plano de capacitação	139
5.8 Política de capacitação de servidores	139
5.9 Saúde e qualidade de vida no IFRO	145
 CAPÍTULO 6 – DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO IFRO	 148
6.1 A matriz CONIF	149
6.2 Gestão orçamentária e financeira	152
6.3 Plano de expansão institucional	152
6.4 Catálogo de obras e infraestrutura e plano de acessibilidade	153
6.5 Plano de revisão do PDI	154

Elementos Pré-Textuais

A consolidação da nossa identidade enquanto instituição democrática e inclusiva é a marca deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que sintetiza as ações pedagógicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), planejadas para o período de 2023 a 2027.

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI é documento indispensável à organização administrativa das instituições de ensino superior no Brasil. É a partir da apresentação desse documento que as instituições alcançam e preservam sua autonomia.

No IFRO, a elaboração do conteúdo e sistematização das informações resultaram do engajamento de servidores e da comunidade da Reitoria e de todos os *campi*, coordenados por uma Comissão Central formada por gestores de todas as áreas e, nas unidades, por servidores de diferentes setores. Foi a Comissão Central que definiu o cronograma de trabalho, a metodologia e realizou o apoio e acompanhamento de cada etapa do processo.

Nos *campi*, as respectivas Comissões Locais receberam contribuições de servidores técnicos e docentes, alunos e comunidade, que identificaram necessidades e apresentaram propostas para o aprimoramento deste instrumento norteador das ações do Instituto.

Um aspecto a ser ressaltado, que demonstra ainda mais o caráter democrático do novo PDI, é a garantia da ampla participação da comunidade institucional que se deu pela participação presencial em fóruns temáticos nos quais foram discutidos, preliminarmente, temas de interesse estratégico de toda a instituição.

Respeitando a autonomia de cada uma unidade, a Comissão Central deliberou que cada unidade poderia organizar seu próprio calendário de discussões conforme suas possibilidades. Assim, foram realizados mais de 100 (cem) fóruns temáticos ao longo do período reservado para a preparação e sensibilização da comunidade acadêmica.

Os fóruns temáticos são momentos reservados à realização de discussões específicas de temas transversais ao interesse institucional e temas específicos de cada unidade. As temáticas discutidas foram: a) Identidade Institucional; b) Acesso, Permanência e Êxito; c) Políticas de Desenvolvimento de Pessoal; d) Educação a Distância; e) Tecnologia da Informação e Comunicação; f) Políticas de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidade; g) Atendimento às Demandas da Comunidade; h) Infraestrutura e Expansão Institucional; i) Estratégia Institucional; j) Catálogo de Cursos; k) Internacionalização; l) Projeto Pedagógico Institucional

(PPI); m) Sustentabilidade Orçamentária e Financeira.

Na organização interna do documento, o PDI traça um panorama histórico do IFRO, descrevendo seu perfil institucional, as áreas de atuação, sua missão, visão e valores.

Integram também o documento, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o plano de ofertas de cursos e vagas, a previsão de programas, especialmente a assistência estudantil, a estrutura de governança institucional, os mecanismos de relacionamento com a sociedade e os mecanismos de avaliação e autoavaliação institucional.

Ao refletir sobre os anseios e aspirações coletivas do IFRO, o PDI lança um olhar para o futuro da instituição, e aponta para a concretização do que nele está planejado. Sempre em busca do aperfeiçoamento, estão inseridas, nesse contexto, eventuais melhorias e novos direcionamentos a serem incorporados no decorrer da sua execução.

Façamos deste PDI uma construção de fato coletiva.

IFRO: educação que transforma!

Apresentação do PDI

É notória a importância que os Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs) possuem e agregam para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, por ofertarem educação comprovadamente qualificada e com inclusão social, o que consolida a identidade dessas instituições como agentes de promoção do desenvolvimento local e regional.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) expandiu-se em termos de abrangência territorial para cumprir sua missão e ampliar a interiorização das ofertas qualificadas, das oportunidades de acesso e da colaboração para o desenvolvimento da pesquisa e inovação, capazes de promover o atendimento aos setores produtivos, e do desenvolvimento social, do respeito ao meio ambiente e da inclusão social promovida pela ampliação da capacidade laboral, produtiva e cultural dos cidadãos.

O IFRO se expande e se consolida como instituição de vanguarda na oferta de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no estado de Rondônia amparando-se em movimentos ordenados pelas demandas sociais, além de se posiciona no cenário estadual de modo a cumprir a sua missão institucional.

Navegar nos cenários multifacetados da sociedade rondoniense e gerir uma instituição cuja finalidade agrega uma gama diversa de níveis e áreas de atuação, são tarefas que exigem conhecimento dos cenários atuais e possíveis, numa quadra temporal determinada. Há um propósito de se manter o equilíbrio organizacional entre a aplicação dos recursos disponíveis, o cumprimento da missão institucional e o atendimento às demandas sociais e institucionais específicas do contexto de cada *campus* e da região.

Nesse sentido, com o objetivo de planejar e monitorar as ações institucionais, possibilitando, aos gestores, plena condição de tomadas de decisão alicerçadas sobre bases sistematicamente organizadas, gerenciáveis e transparentes é que o IFRO adotou o modelo de gestão estratégica o qual ratificamos e reformulamos alguns pontos essenciais para a condução da sua consolidação na instituição.

O Planejamento na Administração Pública assume lugar de destaque no momento em que as organizações percebem a necessidade de qualificar os resultados dos seus esforços e garantir que os produtos e serviços por elas entregues, agreguem cada vez mais “valor público” para a sociedade.

O Planejamento Estratégico constitui-se, assim, como ferramenta fundamental para pôr em rota de convergência os valores institucionais, os recursos orçamentários disponíveis, a infraestrutura e a força de trabalho empregada num esforço comum rumo ao futuro projetado.

O Planejamento Estratégico em uma instituição pública de ensino ilumina as tomadas de decisão que impactam a comunidade interna e a sociedade em geral de modo impessoal e por isso torna-se indispensável o envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo, em todas as fases e atividades desse processo, objetivando, principalmente, a ampliação da qualidade dos serviços e a capacidade de atendimento inclusivo.

Partindo da premissa de que o IFRO zela pela participação e o controle social nos atos e decisões afetas à comunidade, optamos pela construção do Planejamento Estratégico e do PDI do IFRO, de modo participativo e amplamente democrático, com vistas a que os documentos não só reúnam os aspectos gerenciais necessários a sua exequibilidade, mas, também, que propiciem a capilaridade necessária, o pertencimento comunitário e o reconhecimento por parte da comunidade institucional que conduza ao engajamento na sua execução.

A elaboração desses importantes documentos ocorreu de modo bastante diversificado, visando a garantir a participação de todos os interessados. Vivemos um momento ímpar na sociedade e em nossa Instituição, o que exige maior flexibilidade nos modelos metodológicos adotados para as ações institucionais – a recente pandemia acelerou o uso de tecnologias e nos conduziu ao teletrabalho, modelo que foi regulamentado pelo Governo Federal em 2021/2022 como Programa de Gestão do Desempenho.

Foram realizados fóruns temáticos em todas as unidades, os quais foram coordenados por especialistas e conhecedores profundos das temáticas tratadas, disponibilizamos uma ferramenta para recepcionar contribuições textuais de propostas encaminhadas por servidores, estudantes e membros da comunidade e, para consolidar as propostas, foram realizados fóruns de planejamento em cada unidade. Nos fóruns de planejamento, os alunos, servidores e comunidade externa puderam discutir assuntos relevantes ao planejamento estratégico da instituição, tais como: a identidade institucional; o Projeto Pedagógico do IFRO; as ofertas de cada *campus*; os planos de expansão e a infraestrutura; as relações com a sociedade e os projetos de ensino, pesquisa e extensão.

As ricas discussões realizadas durante esses eventos resultaram na elaboração do Plano Estratégico Institucional, documento que baliza a execução deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

As propostas de projetos, metas e objetivos estratégicos contidas neste documento foram feitas por toda a comunidade acadêmica do IFRO, desse modo, também é de toda a nossa comunidade o desafio de torná-las realidade ao longo dos próximos 5 anos!

MOISÉS JOSÉ ROSA
Reitor do IFRO

Referenciais Legais para a Elaboração do PDI:

LEI 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEI 11.892/2008 – Cria a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia

Lei 10.861/2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

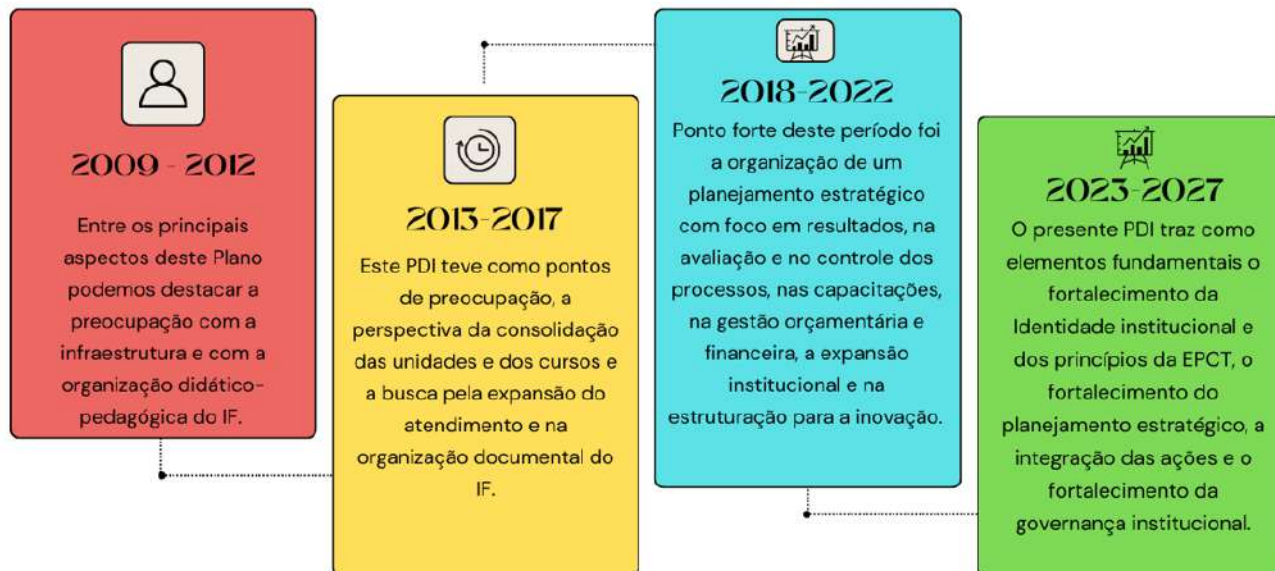
Decreto 9.235/2017
Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Instrução Normativa - IN 24/2020 - Dispõe sobre a elaboração e revisão do Plano Estratégico Institucional e de outras Providências.

Acesso aos documentos: <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027> - Base Legal

PDIS EXECUTADOS

Ao longo dos últimos 14 anos o IFRO elaborou 4 (quatro) Planos de Desenvolvimento Institucional, dos quais 3(três) estão cumpridos.



O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento indispensável à organização administrativa das instituições de ensino superior no Brasil. É a partir da apresentação desse documento que as instituições alcançam e preservam suas autonomias pedagógica, administrativa, disciplinar, orçamentária e financeira.

O Decreto 9.235/2017, estabelece que o PDI deve conter, no mínimo, os seguintes temas:

- I – missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento;
- II – projeto pedagógico da instituição;
- III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de *campus* fora de sede e de polos de educação a distância;
- IV – organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e *campus* para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*;

VI - perfil do corpo docente;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas;

a) biblioteca: (acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos / formas de atualização e expansão / espaço físico para estudos / laboratórios;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância.

Motivações para a elaboração do PDI

O desempenho da gestão pública reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados e constitui um tema de interesse aos cidadãos de qualquer país. A sociedade, no exercício legítimo da sua cidadania requer maior variedade e qualidade dos serviços prestados, com expectativas voltadas para a solução, a curto e médio prazo, dos problemas que vivencia na sua trajetória de desenvolvimento. Tais expectativas requerem, das organizações, atuações mais proativas, a redução de riscos e a estruturação de um planejamento para as ações futuras. Nesse contexto, os problemas correntes envolvem aspectos como o atendimento das várias demandas sociais, o uso eficiente de recursos, a precisão e a transparência sobre as informações e as ações desenvolvidas pela administração pública, bem como a coerência nessas ações.

A busca pela eficiência, eficácia e efetividade além do volume e a qualidade dos bens e serviços produzidos e oferecidos pela administração pública são aspectos que afetam diretamente a sociedade, envolvendo o bem-estar social e o desenvolvimento econômico do país. Dessa maneira, toda e qualquer mudança e esforços dedicados precisam estar orientados para o aperfeiçoamento do desempenho, que se manifestará em melhorias positivas na vida dos cidadãos. Para tanto, torna-se indispensável a adoção de ferramentas específicas para as fases de formulação, implementação e controle da estratégia organizacional, auxiliando os gestores nesses momentos considerados críticos para o alcance dos objetivos estipulados. Tais ferramentas devem viabilizar a gestão de diferentes indicadores pertinentes à estratégia da organização, bem como sua visualização de maneira adequada.

O planejamento estratégico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), importante ferramenta de auxílio para a boa gestão dessas organizações visto que se constitui tanto numa forma de avaliação destas pelos órgãos responsáveis, como um plano para a melhoria e acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas pela instituição.

Ao englobar elementos que influenciam na melhoria da qualidade do ensino, na uniformidade das ações administrativas e na gestão financeira eficiente, ele colabora para os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e transparência pública, o que deve ser objeto de incessante perseguição das gestões.

Outro aspecto importante que move a Instituição a elaborar o seu PDI é a condição que o documento proporciona de amplo conhecimento da organização (autoconhecimento institucional), conhecimento da realidade local e regional, além da condição de perceber os limites, as fragilidades, a força e as oportunidades do território onde está inserida e atua a organização, de tal modo que o documento tem potencial de conduzir o desenvolvimento institucional.

Descrição do processo de trabalho

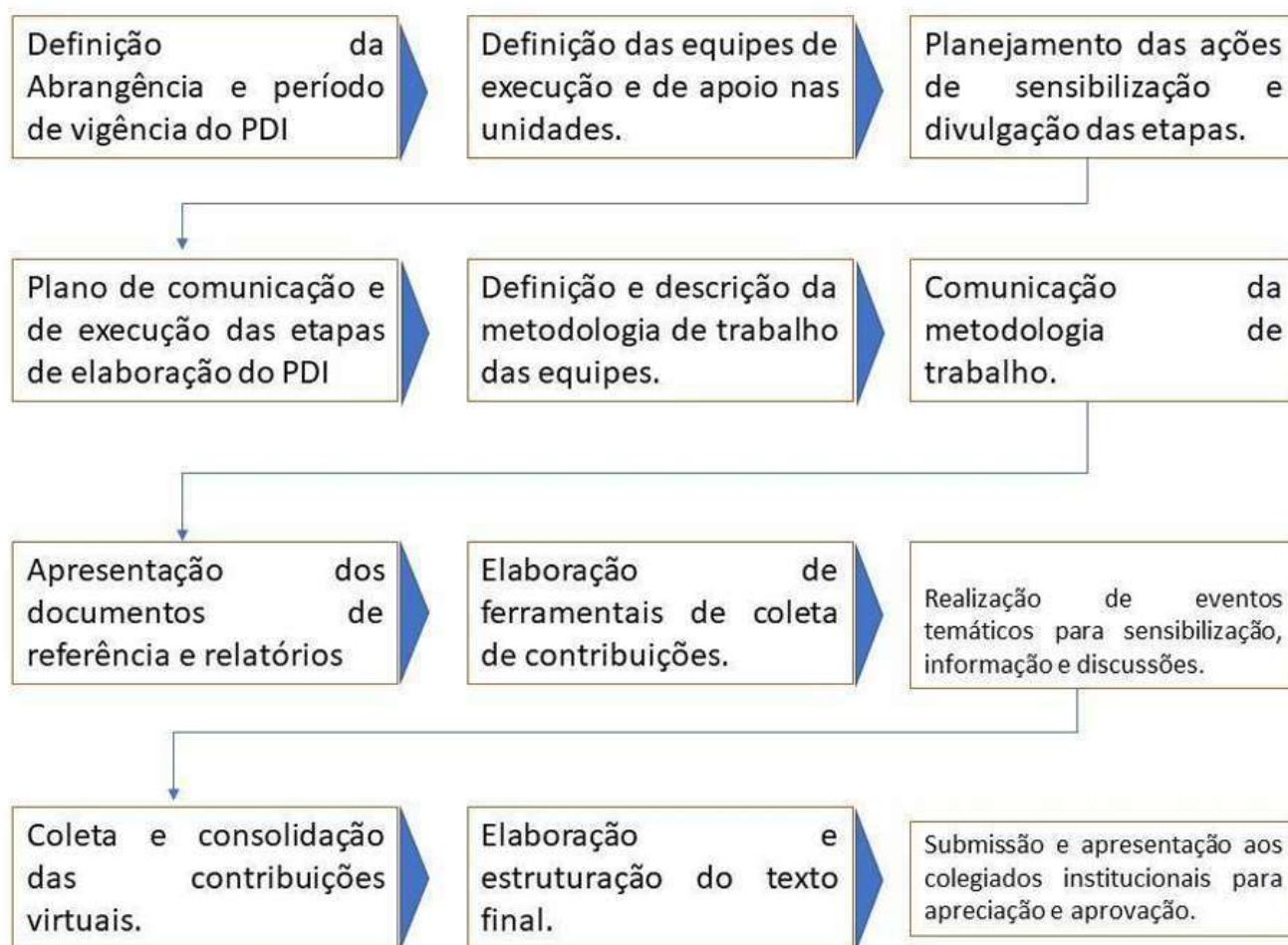
A elaboração do PDI para o período 2023–2027 teve como premissa geral a análise dos resultados entregues ao longo da execução do PDI 2018–2022. De posse e conhecimento dos dados referentes aos principais programas, projetos, objetivos, metas e indicadores disponibilizados e apresentados à comunidade, após as Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs), foi possível estabelecer o escopo do trabalho de construção do documento. Tal premissa decorre do fato de que a concepção de gestão institucional deve promover, tanto quanto possível, a continuidade de processos, programas e ações institucionais com vistas a construir e consolidar uma cultura institucional afeita ao planejamento de ações, à busca de resultados qualificados e à avaliação de processos e procedimentos.

A elaboração do novo PDI, para o período 2023–2027, foi coordenada por uma Comissão Central presidida pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional. Em cada um dos *campi* e na Reitoria foi constituída uma Comissão Local Representativa dos segmentos que compõem a Instituição.

Os trabalhos das comissões foram iniciados a partir da composição da Comissão Central designada pela Portaria nº 1675/REIT–CGAB/IFRO de 15 de Setembro de 2022. Após a designação da comissão central, foram definidas as diretrizes e o escopo temático do novo PDI, a partir do qual foram estruturadas as ações institucionais para sensibilizar a comunidade e garantir o envolvimento e ampla participação; a elaboração de material de apoio; a definição da metodologia de trabalho e a disponibilização de ferramentas de apoio, tais como: planilhas para elaboração dos catálogos de cursos e vagas, planilhas para a organização do catálogo de obras e infraestrutura; módulo SUAP para coleta de sugestões textuais.

Guia organizacional da elaboração do PDI

Figura 1 – Guia organizacional da elaboração do PDI



Fonte: Elaborado pelo IFRO

1 Definindo o escopo e a abrangência da construção do documento

A definição do escopo da elaboração do PDI levou em consideração os documentos normativos emanados dos órgãos gestores da educação brasileira, dos setores responsáveis pelo planejamento e gestão do Governo Federal, além dos órgãos de controle da administração pública.

Internamente, para orientar a abrangência do movimento institucional de construção do documento, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) valeu-se da experiência acumulada pela Instituição ao longo dos últimos anos em que o IFRO executou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022). Tal processo foi considerado ponto base de onde a organização partiu para elaborar o presente PDI.

2 Composição das equipes de trabalho

As equipes de trabalho designadas para coordenar a elaboração do PDI estão definidas pelas Portarias emanadas do Gabinete da Reitoria e publicadas no portal (<https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>).

3 Planejamento e sensibilização da comunidade

Ao longo dos primeiros meses de 2022, a equipe da Prodin e DPLAN dedicaram-se à construção da proposta do plano para a elaboração do PDI. As orientações e o modelo adotado para dialogar com a comunidade do IFRO estão publicadas no rol de eixos temáticos definidos como orientadores e motivadores das discussões nas unidades <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>.

Os denominados fóruns temáticos serviram como momentos indutores para o aprofundamento das discussões temáticas e da formulação de propostas ao documento.

4 Comunicação das etapas e divulgação da metodologia de trabalho

As etapas do processo de elaboração do PDI estão dispostas no portal <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027> no botão “Material de Apoio”. Nesses materiais estão descritas as etapas e as orientações sobre os procedimentos sugeridos para a realização dos fóruns temáticos do PDI nas unidades.

Também foram realizadas reuniões com as Comissões Locais e com as comunidades de todas as unidades para comunicar as etapas. Cada unidade teve autonomia para organizar o trabalho da maneira como melhor lhes atendessem.

5 Definição e apresentação de relatórios

Para realizar uma boa leitura dos cenários internos da Instituição, a Comissão Central, sob a coordenação da Prodin/DPLAN, elaborou um conjunto de relatórios do cumprimento do PDI 2018-2022 intitulado “IFRO em Números” (<https://shre.ink/lfgv>)

6 Elaboração das ferramentas de contribuições

Ao definir a metodologia de trabalho, a Comissão Central formulou e aprovou a proposta de criação de uma ferramenta eletrônica no SUAP para captar contribuições, da comunidade acadêmica ao documento final. Desse modo, a DGTI habilitou o módulo PDI no SUAP e a partir do qual os servidores e estudantes puderam elaborar as suas contribuições, de modo virtual. Ao longo do período de discussões, a ferramenta captou 715 proposições, as quais foram classificadas e consolidadas conforme o eixo temático aderente.

Além dessa ferramenta, foram disponibilizadas para o uso das comissões locais duas planilhas eletrônicas para a consolidação do catálogo de cursos e vagas e do portfólio de obras de infraestrutura de cada unidade.

7 Consolidação das contribuições

Coube à equipe da Prodin/DPLAN coordenar os fóruns de planejamento e consolidar as contribuições vindas de todas as unidades buscando a elaboração de um texto coeso e capaz de traduzir, de modo eficaz, as propostas e as aspirações da nossa comunidade.

8 Submissão aos colegiados

Após consolidadas todas as propostas e verificadas a coesão e coerência do texto e do próprio documento, a Prodin encaminhou os arquivos ao Gabinete da Reitoria para as providências quanto ao processo de diagramação junto à Assessoria de Comunicação e Eventos (Ascom) e envio ao Conselho Superior (Consup) para apreciação e posterior aprovação.

Diretrizes para definição do escopo dos trabalhos

A Comissão Central, instituída para coordenar e deliberar sobre a elaboração do PDI e a revisão do Plano Estratégico, deliberou os pontos a seguir.

1. Manter as premissas do referencial estratégico (Missão, Visão e Valores);
2. Revisar a Plano Estratégico Institucional, considerando a necessidade de ajustá-lo à IN 24/2020 e, atentando-se também para os seguintes pontos.
 - a) Os objetivos estratégicos já alcançados ou que precisem de alteração devido à mudança de conjuntura ou ainda devido ao realinhamento necessário constatado a partir das análises técnicas;
 - b) Repactuação de indicadores e metas (ajuste na descrição e modelagem dos indicadores estratégicos; redefinição de banco de dados e realinhamento dos indicadores aos objetivos estratégicos);
 - c) Reorganizar a estrutura de elaboração e acompanhamento de metas e indicadores para contemplar as unidades/*campi* no processo, conferindo a esses agentes mais autonomia e controle das ações;
 - d) Repactuação dos Projetos Estratégicos em decorrência do cumprimento do planejamento anterior e de novas necessidades observadas para o novo período.
3. Atualizar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), atribuindo-lhe centralidade no debate institucional como mecanismo de afirmação e consolidação da identidade institucional;
4. Ajustar as Políticas Institucionais (ensino / pesquisa, pós-graduação e inovação / extensão / assistência estudantil / internacionalização / de gestão / gestão de pessoas / comunicação) adequando-as às diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional;
5. Atualizar a política de gestão orçamentária e financeira da Instituição;
6. Incluir a Política de Acesso, Permanência e Êxito no contexto da estratégia institucional;
7. Reafirmar o papel estratégico das políticas de Assistência Estudantil do IFRO na permanência e êxito dos estudantes, bem como o compromisso com a participação dos estudantes e o protagonismo juvenil nas ações institucionais.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

OS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DO IFRO

Os referenciais estratégicos do Instituto foram construídos e validados pela comunidade quando do estabelecimento da primeira versão do Plano Estratégico institucional, em 2018.

Atendendo o que estabelecem os artigos 4º e 5º da IN 24/2020, em 2023, realizamos a revisão do documento ajustando-o à realidade do presente. O documento deverá ser devidamente revisado e ajustado, conforme o que estabelece a referida Instrução Normativa.

A MISSÃO

A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser. O critério de sucesso definitivo para uma organização da área pública é o desempenho no cumprimento da missão. Uma organização do setor público cumpre a sua missão ao atender às necessidades de seus *stakeholders* (partes interessadas e atores institucionais).

A missão exerce a função orientadora e delimitadora da ação organizacional definida num período de tempo, quando são comunicados os valores, crenças, expectativas, conceitos e recursos. Verifica-se que a missão é a determinação do motivo central do planejamento, da sua “razão de ser”. Corresponde a um horizonte dentro do qual a organização atua ou poderá atuar.

A missão do IFRO busca alinhar, ao seu sistema de valores, os aspectos filosóficos que orientam a sua atuação em cada área, com vistas ao alcance dos objetivos estabelecidos. A importância que se dá à missão está relacionada ao fato de que ela é uma diretriz da qual se derivam vários objetivos estratégicos voltados ao alcance da excelência.

A missão exerce função orientadora para todo o sistema de planejamento. É o “porquê” que justifica muitas ações empreendidas rotineiramente que constituem o IFRO.

“Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável.”

A VISÃO

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Seu enunciado deve ser claro, envolvente, fácil de memorizar, compatível com seus valores, representativo e possível de ser alcançado. É um lema motivacional, com objetivo de criar uma imagem que desafie e mobilize todas as pessoas envolvidas na construção dessa conquista.

A visão de futuro transmite a essência da organização em termos de seus propósitos, para prover a estrutura que regula as suas relações institucionais e organizacionais e os seus objetivos gerais de desempenho. Ela deve ser expressa de forma sucinta, inspiradora, pois deve sensibilizar as pessoas que atuam na organização, assegurando a sua mobilização e o seu alinhamento aos temas estratégicos.

Saber para onde vamos é crucial para estabelecer com clareza onde se pretende chegar. Para o IFRO, a visão representa “o que queremos ser” e deve estar sempre alinhada com a visão de futuro que os líderes possuem da organização. Deve, necessariamente, focalizar a energia de todas as pessoas que atuam no Instituto numa única direção.

Cabe, aos líderes do IFRO a responsabilidade de proporcionar significado prático à visão de futuro, além de alinhar a perspectiva de futuro de cada pessoa que atua na mesma direção, que deve ser escolhida pelas lideranças do Instituto.

Como se trata de uma organização com espírito fortemente democrático e participativo, a escolha dos rumos, feita pelas lideranças, é sempre validada pela comunidade.

“Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecida pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência”

OS VALORES

Toda organização que deseja implementar seu planejamento estratégico deve demonstrar com clareza os valores que orientam sua gestão estratégica. Os valores traduzem as crenças que estruturam a instituição e regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico.

Os valores são norteadores da gestão estratégica. A missão justifica para onde se está indo e os valores apontam os comportamentos que levarão até lá, eles promovem a orientação da atitude dos servidores e influenciam seu comportamento no dia a dia da organização, inspirando a execução das tarefas.

Nas atividades de revisão e validação dos referenciais estratégicos, foram sugeridos valores que personificam quem somos, quem sempre fomos e no que acreditamos, de forma a proporcionar maior representatividade e também o sentimento de pertencimento a todos os membros e servidores. Notamos que ao longo do período de execução do Plano Estratégico o IFRO atuou muito fortemente no tema da inclusão, em todos os âmbitos e processos institucionais, de modo que este tema foi incluído como um valor essencial da nossa organização, sendo os valores preexistentes, mantidos.

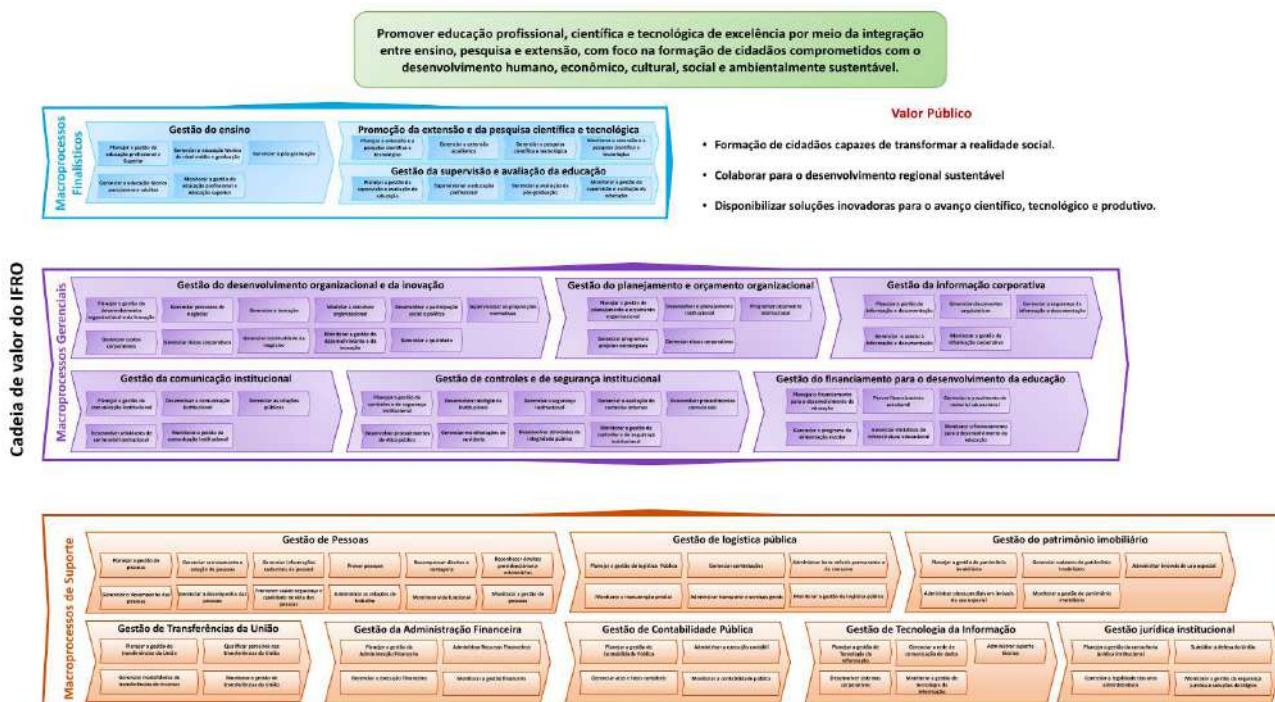
Assim, foram definidos que o IFRO vai atuar guiado pelos seguintes valores:

**“Ética | Transparência | Comprometimento | Equidade | Democracia |
Respeito | Efetividade e Inclusão.”**

A CADEIA DE VALOR DO IFRO

A Cadeia de Valor é um dos elementos mínimos obrigatórios do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2020B). A declaração da cadeia de valor ajuda as organizações a compreenderem seus objetivos, priorizarem processos, realizarem o planejamento estratégico e ajustarem suas estruturas organizacionais. Em síntese, é o primeiro passo para um órgão planejar e qualificar sua gestão (Ministério da Economia, 2023).

Esse instrumento reúne o diagnóstico do ambiente interno e externo dos processos e análise dos normativos constitutivos do IFRO, por meio de um diagrama que descreve todos os seus macroprocessos e respectivos processos (figura XX).



<https://docs.google.com/presentation/d/1EdHV5yul8KxyOUbEz-2matN2lf4kztRA/edit?usp=sharing&ouid=110876522919306168019&rtpof=true&sd=true>

O MAPA ESTRATÉGICO DO IFRO

O Mapa Estratégico é o instrumento *Balanced Scorecard* que visa a traduzir o caminho (estratégia) para realizar a missão (razão de ser) e se alcançar a visão do futuro (principal objetivo de longo prazo). Isso é feito por meio da articulação de objetivos estratégicos dispostos em perspectivas (sociedade, processos internos e recursos) e ligados por relações de causa e efeito que possibilitam a identificação de ações necessárias ao alcance de cada objetivo.

O Mapa Estratégico é a consolidação visual que agrega os referenciais estratégicos, as dimensões e os objetivos institucionais. A implantação da estratégia exige alinhamento e compromisso de todos os componentes da organização com o referencial estratégico organizacional. Para promover e assegurar tal conexão, a organização deve dispor de processo de comunicação eficaz, que demonstre a forma pela qual as ações da organização se convertem em resultados, que conduzam ao cumprimento da missão e alcance da visão de futuro.

O mapa é uma ferramenta de simplificação conceitual que materializa a visão e a estratégia que a organização precisa adotar para transformar essa visão em realidade, norteadas pela missão e pelos valores. Através de uma figura que ocupa um único ambiente (por isso é chamado de mapa), agrupam-se os objetivos estratégicos em perspectivas fundamentais. O Mapa Estratégico é elaborado após um processo de debates intensos, com ampla participação de todas as lideranças e colaboradores. Sua maior virtude é proporcionar o alinhamento entre os diversos objetivos estratégicos, traduzindo de forma direta a estratégia adotada.

No processo de revisão da estratégia, realizamos ampla discussão junto à alta gestão, gestores intermediários na Reitoria e as gestões dos *campi*, buscando, a partir da avaliação dos resultados alcançados e dos cenários (externo e interno) da organização, verificar quais objetivos permanecem vitais à organização e quais objetivos deveriam ser reconstruídos ou substituídos na construção do mapa.

Os propósitos do Mapa Estratégico são definir e comunicar, de modo claro e transparente, a todos os níveis da organização, o foco e a estratégia de atuação escolhidos, a forma como as ações impactam o alcance dos resultados desejados, bem como subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.

É recomendado que os seguintes componentes sejam apresentados no Mapa Estratégico.

- **MISSÃO:** razão de ser da organização;
- **VISÃO:** o que queremos ser no futuro;
- **PERSPECTIVAS:** dimensões de análise;
- **TEMAS:** grandes direcionadores de atuação;
- **OBJETIVOS:** desafios de longo prazo a serem alcançados;
- **RELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO:** hipóteses estratégicas.

O Mapa Estratégico do IFRO demonstra a tradução da estratégia em perspectivas encadeadas numa relação de causa e efeito, na qual são informadas as forças institucionais que, aplicadas aos processos internos, geram os resultados:

Orçamento, Infraestrutura e Pessoal – Processos Internos – Resultados.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

MISSÃO.: Promover a educação profissional, Científica e Tecnológica de **excelência** por meio da **Integração entre ensino pesquisa e extensão**, com **foco na formação integral de cidadãos comprometidos** com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambientalmente sustentável.

VISÃO.: Consolidar a atuação institucional, sendo **reconhecido** pela sociedade como **agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência**.

VALORES: Ética | Transparência | Comprometimento | Equidade | Responsabilidade | Efetividade | Inclusão



The background of the entire page is a photograph of a modern building with a large glass facade. The building is reflected in the glass panels. The sky is bright and clear. In the foreground, there is a paved plaza with light-colored tiles. Overlaid on the image are several green geometric shapes: a large semi-circle on the left, a large semi-circle on the right, and a large semi-circle at the bottom. The text is centered within the green semi-circle on the right.

CAPÍTULO 1

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Nesta seção serão apresentadas as características regionais de Rondônia e da Amazônia, suas potencialidades para o desenvolvimento e o modo como o IFRO deve contribuir para potencializar o desenvolvimento regional com responsabilidade sociocultural e ambiental.

Lista de itens desta seção.

1.1. Histórico do IFRO e de cada unidade;

1.2. Inserção Regional;

1.3. Áreas de atuação acadêmica da unidade:

- Onde o *campus* está inserido em termos regionais/microrregionais?
- Quais Arranjos Produtivos Locais/regionais o *campus* atende com suas ofertas?
- Quais as principais potencialidades do *campus* em termos de pesquisa e inovação para o atendimento às demandas da comunidade?
- Como o *campus* pretende organizar/reorganizar suas ofertas em termos de atendimento aos APLs?
- Quais são as áreas de atuação acadêmica do IFRO, considerando as atividades finalísticas e as especificidades de cada unidade?



1.1 Histórico do IFRO e de cada unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação – MEC, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nacionalmente, a Instituição faz parte de uma Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) centenária, que teve sua origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

A supracitada lei reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFRO, pela natureza da sua criação e a partir das avaliações regulatórias às quais se submete regularmente, é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. O IFRO é uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Regionalmente, sua história é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 anos de existência. A fusão originou uma reitoria e 05 *campi*. (2008/2009).

Territorialmente, o Instituto Federal de Rondônia está distribuído em 09 (nove) municípios e possui 10 *campi* presenciais, implantados em municípios estratégicos do Estado. Além disso, o processo de expansão e interiorização da Instituição se faz também pela criação e instalação de polos de Educação a Distância (EaD). Dessa forma, o IFRO se faz presente nos 52 municípios do Estado.

Neste processo de consolidação de unidades presenciais e ampliação das oportunidades de atendimento das demandas da sociedade, o IFRO expandiu sua atuação para além das fronteiras do estado de Rondônia, mantendo polos de Educação a Distância, também em outros estados, tais como Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e na Bolívia.

O Instituto Federal de Rondônia está situado num estado amazônico, sendo, portanto, parte intrínseca da sua identidade a consideração desse ambiente/bioma no planejamento de toda a ação educativa com a qual está envolvido. Nossa missão institucional estabelece que a formação dos cidadãos, pelo IFRO, terá foco no desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e **ambiental sustentável**.

O IFRO trabalha para consolidar uma identidade amplamente inclusiva no atendimento à sociedade, com forte conexão com o setor produtivo, por meio do atendimento aos Arranjos Produtivos Locais – APLs de cada *campus*, pelo incentivo a pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento de soluções e transferência de tecnologias.

Quadro 1 – Evolução temporal do IFRO

ANO	ACONTECIMENTO
1993	Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993 . Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, com a oferta do Curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária.
2005	Credenciamento da Escola Agrotécnica Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com a oferta dos primeiros cursos superiores criados: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios.
2007	Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste.
	Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 , com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. As escolas não foram implantadas.
2008	Autorização de funcionamento da Escola Técnica Federal de Rondônia Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 707, de 9 de junho de 2008.
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 706, de 9 de junho de 2008, e do <i>Campus</i> Colorado do Oeste pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 .
	Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 , que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Foram criados os <i>campi</i> Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena.
2009	Início das aulas do <i>campus</i> Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO.
	Primeiro curso de Especialização <i>Lato Sensu</i> do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), turmas em Colorado do Oeste e Ji-Paraná.
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ariquemes, por meio da Portaria nº 4, de 6 de janeiro de 2009 (alterada pela Portaria nº 331, de 24 de abril de 2013).

ANO	ACONTECIMENTO
2010	Início das atividades dos <i>Campi</i> Ariquemes, <i>Campus</i> Avançado Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena, respectivamente autorizados pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010, e pela Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010.
	Autorização do funcionamento do <i>Campus</i> Avançado Cacoal, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010; <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010; e <i>Campus</i> Vilhena, por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010.
	Ainda no primeiro semestre de 2010 passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no <i>Campus</i> Ji-Paraná.
2011	Início das atividades do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Início das atividades do <i>Campus</i> Avançado de Porto Velho. Início da oferta de Cursos Técnicos a Distância em Parceria com o IFPR, em 09 (nove) polos do Estado de Rondônia, com os seguintes cursos: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Eventos e Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste).
2012	Ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais.
	A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do IFRO, por meio da Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012 da Prefeitura Municipal, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados.
2013	Início da oferta de cursos pelo <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte com os cursos presenciais de Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Gestão Pública, além da oferta dos cursos técnicos EaD produzidos pelo IFRO de Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças. Mudança na categoria de <i>Campus</i> Avançado de Porto Velho para <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte. (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013). Abertura de 16 novos polos de EaD, totalizando 25 polos de EaD no Estado.
	Início, em janeiro, das obras do novo <i>Campus</i> Guajará-Mirim, através da Ordem de Serviço nº 17, de 20 de dezembro de 2012.
	Autorização de funcionamento dos <i>Campi</i> Ariquemes (Portaria nº 4 de 6 de janeiro de 2009 e Portaria nº 331 de 24 de abril de 2013), e Porto Velho Calama (Portaria nº 330 de 24 de abril de 2013); Mudança de categoria de <i>Campus</i> Avançado Cacoal para <i>Campus</i> Cacoal (Portaria nº 330 de 24 de abril de 2013).

ANO	ACONTECIMENTO
2014	Acordo de Cooperação Acadêmica com a <i>Universidad Nacional de Colombia</i> (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE) com possibilidade de capacitação para servidores e alunos.
	Primeira consulta à comunidade do IFRO para eleição do cargo de Reitor do IFRO. Neste ano também foram escolhidos os Diretores-Gerais dos <i>Campi</i> de Colorado do Oeste e Ji-Paraná.
2015	Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP) em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios.
	Mudança do <i>Campus</i> Porto Velho Calama para a sede definitiva.
2016	Ato autorizativo dos <i>Campi</i> Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016. Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional.
	Firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão.
2017	Realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do <i>Campus</i> Avançado Jaru no dia 12 de maio de 2017.
	Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências (Guajará-Mirim), e Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste).
2018	Implementação do PDI 2018-2022 e do modelo de gestão estratégica do IFRO;
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Avançado São Miguel do Guaporé;
	Ato de credenciamento Institucional emitido, Portaria de Recredenciamento nº 267/2018;
	Credenciamento do IFRO para ofertas EaD (Ensino superior e pós <i>stricto sensu</i>);
	Início da oferta de cursos do programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado profissional em Educação Profissional).
2019	Início da oferta dos cursos de Medicina Veterinária dos <i>Campi</i> Cacoal e Colorado do Oeste.
2020	Início da oferta do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT.
2022	Revisão da Estratégia Institucional;
	Elaboração do novo PDI (2023-2027);
	Entrega do Relatório Final do Diagnóstico para implantação do <i>Campus</i> São Miguel do Guaporé.

Fonte: IFRO (2023)

1.2 Inserção Regional

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, nos últimos 5 anos o IFRO ofertou 59.600 vagas em todos os níveis nos quais atua. Nesse período, foram consolidadas duas unidades/*campus* (*Campus Guajará-Mirim* e *Campus Jaru*) além da criação de uma nova unidade, o *Campus Avançado São Miguel do Guaporé*, de modo que a inserção regional do Instituto se fortaleceu e se consolidou para regiões mais interioranas do estado, cumprindo, assim, a função social para a qual foi criado.

Figura 2 - Inserção regional e ambiente de atuação



Fonte: IFRO (2023)

Atualmente, a presença territorial do IFRO abrange, além dos 52 municípios do Estado de Rondônia, os seguintes locais.

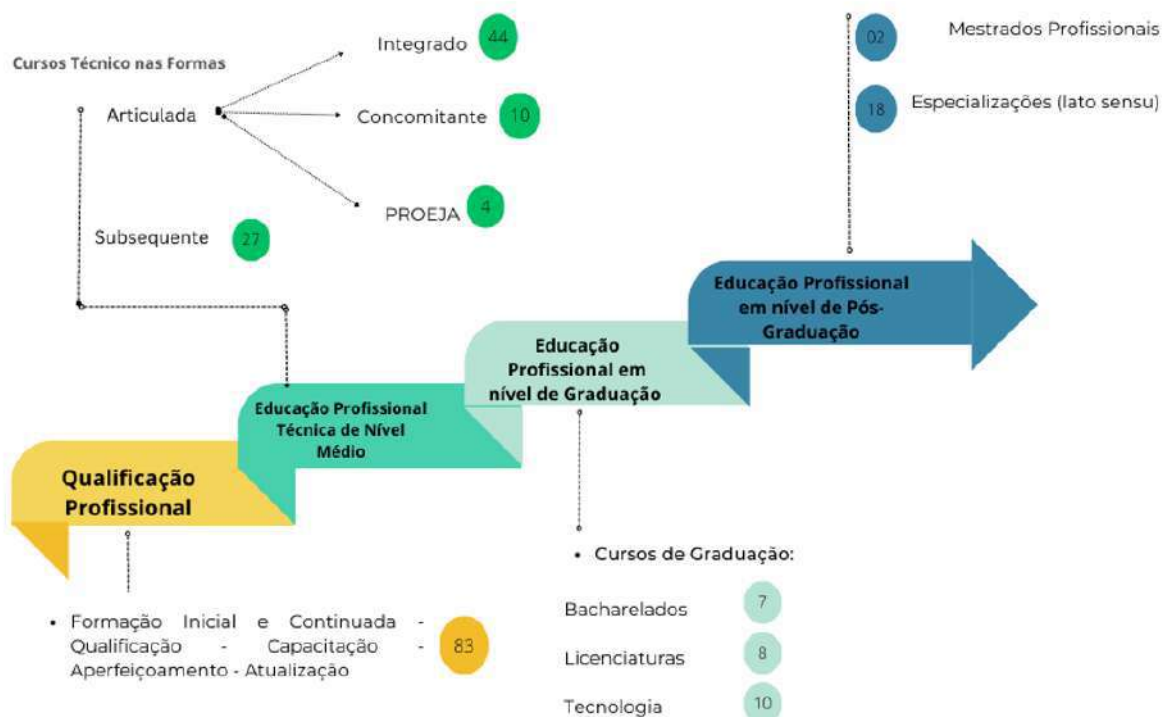
- **7 municípios na PB**
- **1 município em PE**
- **1 polo na Bolívia** (*Guayaramerín*)
- **2 municípios em MG**

1.3 Áreas de atuação acadêmica de cada Unidade (*campus*)

O IFRO está inserido no Estado de Rondônia como uma instituição de grande representatividade no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Inovação, gerando soluções para demandas sociais e do setor produtivo. Essas demandas não se limitam aos setores econômicos, envolvem também as questões ambientais, sociais e culturais. Sua atuação está voltada para a oferta de ensino, pesquisa e desenvolvimento de inovações que contribuem para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Figura 3 – Atuação acadêmica do IFRO por níveis de ofertas

ATUAÇÃO ACADÊMICA DO IFRO POR NÍVEIS DE OFERTAS



Fonte: IFRO (2023)

DADOS DOS CURSOS OFERTADOS NO Link – <https://shre.ink/lfgv>

DADOS DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA – <https://shre.ink/IRia>

1.4 Caracterização do IFRO

1.4.1 A Reitoria

A Reitoria do IFRO é a unidade administrativa responsável pela gestão integrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua atuação abrange as ações institucionais que são transversais ao funcionamento da instituição, na perspectiva de garantir o cumprimento da missão organizacional promovendo o respeito à diversidade, à autonomia, aos perfis e às características de cada *campus*.

A Reitoria coordena as ações estratégicas do IFRO e promove a gestão dos programas e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento do ensino; da pesquisa e inovação; e da extensão.

Nas áreas de apoio, a Reitoria promove e coordena ações que envolvem o desenvolvimento de pessoal; a gestão orçamentária e financeira do IFRO; as políticas de capacitação e qualificação dos servidores; a gestão dos cursos e dos processos seletivos; as políticas de assistência estudantil; a organização da gestão e da governança institucional; o desenvolvimento da infraestrutura física e tecnológica; as políticas de TIC; a promoção e fomento das políticas de internacionalização; os programas institucionais para a promoção da inovação e, em linhas gerais, as relações com a comunidade e o setor produtivo.

Do ponto de vista da relação com as suas unidades, a Reitoria é responsável pela garantia da gestão democrática e participativa em todos os processos que envolvem o interesse das comunidades de servidores e estudantes.

Neste aspecto, importante destacar que o IFRO está composto por 10 (dez) *campi*, instalados em municípios estratégicos do Estado de Rondônia e que, portanto, possuem características e perfis distintos que merecem e demandam tratamento similar, na medida dos elementos que os une e diverso, na medida das suas necessidades e desafios específicos.

A Reitoria é, portanto, um ambiente multifacetado em termos de composição e atribuições, à medida que abriga em sua área de atuação, a abrangência de toda a multiplicidade institucional que envolve as unidades presenciais e os polos de Educação a Distância.

Do ponto de vista da inserção regional e da consolidação do IFRO enquanto instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, promotora de inovação e inserção social, o IFRO tem se pautado pela compreensão de seu papel de indutor do desenvolvimento regional e local, de forma inclusiva e sustentável que agrega os diversos interesses territorializados neste Estado, resultado dos processos histórico-sociais que estão na base da nossa sociedade, os quais passamos a descrever, resumidamente.

O processo de ocupação do Estado se deu, principalmente, pela tendência migratória, entre os diversos ciclos econômicos que se desenvolveram desde o século XIX. Nos últimos cinquenta anos uma explosão demográfica trouxe inúmeras consequências marcantes: ocupação espacial desordenada sem dotação de infraestrutura; o desmatamento acelerado, crescente e contínuo da floresta primária; a existência de milhões de hectares de solos em processo de alteração; perda de biodiversidade; descaracterização das áreas protegidas; a apropriação das terras de populações tradicionais com consequentes desintegrações culturais; além do agravamento dos problemas sociais urbanos e no campo.

Rondônia é o segundo estado da Amazônia Legal que mais sofreu com o desmatamento em unidades de conservação e Território Indígena (TI) nos últimos anos e um dos estados com a maior incidência de conflitos agrários. Acentua-se a isso, num plano extensivo, as contradições entre capital e trabalho e capital e natureza. O IFRO está inserido em um estado amazônico, que apresenta características peculiares: uma rica diversidade populacional distribuída em áreas urbanas, rurais, ribeirinhas, terras indígenas, quilombolas e em Unidades de Conservação.

A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, uma vez que é preciso apreender processos sociais complexos e os riscos ambientais que se intensificam, em uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. É indispensável para a superação do cenário de desigualdades sociais o comprometimento institucional com um projeto de emancipação humana, em que os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais sejam valorizados e assegurados.

Portanto, a responsabilidade social da instituição deve ser considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da produção artística, da memória cultural e do patrimônio cultural. Para isso, a Instituição desenvolve a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), articulada ao mundo do

trabalho, centrando no desenvolvimento da região; objetivando a sustentabilidade socioambiental, por meio de iniciativas institucionais, atividades acadêmicas, pesquisa e extensão.

Nossa identidade institucional, ainda em formação, deve ter a perspectiva de que queremos ser um espaço de construção coletiva, que possibilite uma formação acerca da construção da sociedade amazônica; onde se preserva seu modo de vida, seu legado cultural, e se valoriza a produção histórica das diferentes comunidades que compõem nosso Estado. Essa é uma forma de promover a produção científica, o desenvolvimento e a transferências de tecnologias sociais voltadas ao povo amazônico.

Em um cenário de expansão da fronteira agrícola, impulsionada pelas forças do mercado global, progressivamente têm se convertido terras dos pequenos proprietários, expulsos para novas fronteiras agrícolas, em áreas de conflito fundiário. A monocultura mecanizada, juntamente com o enorme desenvolvimento da infraestrutura necessária ao transporte das colheitas e aos insumos agroquímicos, geram impactos ambientais que ameaçam a biodiversidade tropical. Associadas a isso, a expansão de desmatamento por queimada, voltada para ampliação das pastagens, causa danos irreparáveis aos ecossistemas; e a especulação de terra aumenta o número de conflitos violentos. Nesse contexto, vemos como é importante contribuir institucionalmente com políticas que reúnam eficiência econômica e efetividade ecológica, oferecendo suporte técnico ao Estado, municípios e suas instituições públicas, no âmbito da implementação de políticas ambientais sadias, visando a melhorar o conhecimento científico sobre os ecossistemas da Amazônia. Além disso, devemos contribuir para o uso e gestão sustentável de seus recursos, fundamentados em bases ecológicas, social, econômica e ética para a proteção do ser humano e da biodiversidade.

Este, portanto, é o desafio institucional do IFRO, na construção de sua identidade complexificada pelos processos histórico-sociais e pelas variações conjunturais às quais estão sujeitos os atores sociais e as organizações.

+ dados e informações sobre a região do *campus*
(<https://portal.ifro.edu.br/observatorioregional-nav>)

1.4.2 IFRO *Campus* Ariquemes

O *Campus* Ariquemes é um *campus* agrícola do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), agregado à rede federal a partir da Lei nº 11.892, de 29/12/08. O *Campus* Ariquemes foi autorizado pela Portaria nº 4 de 06/01/2009 (alterada pela Portaria nº 331 de 2013).

Geograficamente o *Campus* Ariquemes está situado na região leste do estado e tem como área de influência os municípios da Microrregião Ariquemes (Ariquemes, Machadinho do Oeste, Alto Paraíso, Monte Negro, Vale do Anari, Cacaúlândia e Rio Crespo) e Porto Velho (Buritis, Campo Novo de Rondônia e Cujubim).

Caracterizado como unidade agrícola, o *Campus* Ariquemes oferta cursos identificados com os arranjos produtivos da microrregião e da região, especialmente na área da produção agrícola com os cursos de técnico em Agropecuária e Piscicultura, graduação em Agronomia e na área de produção de alimentos e piscicultura.

De modo abrangente, além de ocupar-se do atendimento aos APLs, o *campus* avança para o atendimento às demandas do mundo do trabalho moderno, além de ofertar cursos que atendem, de modo genérico, a área de informática e tecnologia.

1.4.3 IFRO *Campus* Cacoal

O *Campus* Cacoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) surgiu ante a realidade de que o município – em vista de sua posição estratégica no eixo da BR 364 – necessitava de uma instituição educacional que oferecesse cursos de tecnologia, licenciatura, entre outros. A instalação do *campus* viabilizou-se pela doação da Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Auta Raupp ao IFRO, efetivada pela Lei Municipal nº 2.449, de 21 de maio de 2009, e abrange toda a área de ocupação da Escola Auta Raupp, composta por um lote de 50 hectares.

Inaugurada em 1997 a Escola Auta Raupp passou a oferecer as séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). A partir do convênio assinado entre o IFRO e a Prefeitura Municipal de Cacoal, em 2009, a escola passou a funcionar em fase de progressiva extinção, enquanto se estruturava o Núcleo Avançado de Cacoal, como extensão do *Campus* Ji-Paraná. Essa política foi fundamental para atender à demanda de interesses e necessidades de Cacoal e, ao mesmo, tempo viabilizar a expansão do Instituto Federal de Rondônia.

Em 1º de fevereiro de 2010, o Núcleo foi transformado em *Campus Avançado*, ainda como extensão do *Campus Ji-Paraná* e com a previsão de oferta do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio. A partir de 2012, o *Campus Avançado* tornou-se *Campus Cacoal* e passou a intensificar sua busca por uma política pedagógica que atendesse às necessidades da comunidade. Essa aproximação se tornou ainda mais estreita em 2014, quando o IFRO realizou uma audiência pública para apresentar um relatório de pesquisa com os cursos que seriam prioridades em futuras implementações oferecidas pelo *campus*.

Cacoal é um *campus* de perfil agrícola que atende aos arranjos produtivos da região, com forte preponderância na área de agrárias, tecnologias e formação de professores. Em termos de atendimento ao APLs da região, o *campus* tem buscado o desenvolvimento de forte identidade com a cadeia produtiva do café; já sendo reconhecido pela sua atuação junto a pequenos produtores e aos mecanismos de processamento e beneficiamento do produto, agregando valor à produção regional.

1.4.4 IFRO *Campus Colorado do Oeste*

O *Campus Colorado do Oeste* iniciou suas atividades enquanto Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (EAFCO), e é o marco inicial na oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Rondônia. A EAFCO foi criada pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, e transformada em autarquia em 16 de novembro do mesmo ano, pela Lei nº 8.731/93. Essa instituição está localizada a cerca de 70 km da BR 364, no Município de Colorado do Oeste, e dispõe de uma área de terras de 242 ha, sendo que 80 ha mantidos para reserva florestal. Possui, ainda, uma área de 90,3 ha, distante cerca de 30 km da sede, onde está sendo implantada uma fazenda experimental, destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, que se intensificam nos diferentes níveis de ensino e nos distintos cursos ofertados pelo *Campus Colorado do Oeste*.

O início das atividades didático-pedagógicas aconteceu em fevereiro de 1995 quando foi ofertado a 120 (cento e vinte) alunos – oriundos de diversos municípios do Estado – o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Em 2000, de acordo com as recomendações do Decreto Federal 2.208/97, foram implantados os cursos profissionalizantes em Agroindústria, Agricultura, Zootecnia e Agropecuária, na modalidade de Ensino Médio Técnico. Em 2002, foram criados os cursos pós-técnicos em Fruticultura e Bovinocultura. Três anos depois, com a flexibilização proporcionada pelo Decreto Federal 5.154/2004, a EAFCO optou pela

oferta do curso Técnico Agrícola Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Agropecuária. Naquele mesmo ano, a instituição foi credenciada como Faculdade Tecnológica, criando os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios. O ingresso das primeiras turmas ocorreu em 2006; já nos anos 2007 e 2008 foram implantados, respectivamente, os Cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroindústria, Integrados ao Ensino Médio, atendendo ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, foram unificadas em uma só Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Já como IFRO – *Campus* Colorado do Oeste iniciou, no primeiro semestre de 2010, o Curso de Licenciatura em Biologia e, em 2011, o curso de Engenharia Agrônômica.

Considerando sua história e área de atuação, o *Campus* é identificado pelo perfil agrícola tendo consolidada atuação na área da agronomia, zootecnia e medicina veterinária, atendendo a toda região do sul de Rondônia, mas, também, o norte do Mato Grosso e estudantes do Acre e do Amazonas.

1.4.5 IFRO *Campus* Guajará-Mirim

O *Campus* Guajará-Mirim teve sua concepção inicial idealizada em 2009, com a gestão do professor Raimundo Vicente Jimenez, na ocasião como Reitor do IFRO. O *Campus* foi concebido para atender a população de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e a cidade boliviana de *Guayaramerín*, atuando como escola de fronteira, na época idealizada com perfil binacional. No ano de 2011, a então presidente da república, Dilma Rousseff, autorizou a implantação de novos *campi* dos IFs, iniciando o estreitamento das relações entre a gestão do IFRO e a gestão municipal, para tratar da implantação da unidade. Já em 2012, a Câmara Municipal de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do Instituto Federal de Rondônia; e o prefeito sancionou a doação do terreno sob a Lei nº 1.548/2012, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados. Os procedimentos legais foram realizados e então a área que era ocupada pela Secretária Municipal de Meio Ambiente a Agricultura passou para o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). No mês de fevereiro de 2012, o senhor Atalíbio Pegorini, então prefeito da cidade de Guajará-Mirim, assinou o Termo de Compromisso para o credenciamento do município na condição de

beneficiado com a instalação do oitavo *campus* do IFRO a ser instalado no estado de Rondônia. De imediato, o IFRO passou a ofertar ensino na modalidade a distância, com a implantação de um Polo EaD, ofertando 10 cursos técnicos subsequentes ao ensino médio.

Em janeiro de 2013, as obras do novo *campus* tiveram início, por meio da ordem de serviço número 17 de 20 de dezembro de 2012. Com o começo das obras, foi projetado o início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim para o ano de 2014, juntamente com a transferência do polo EaD para as instalações do IFRO. Porém, no início do referido ano, a região foi assolada por grandes chuvas, o que isolou o município, não possibilitando a chegada de material de construção, bem como demais mercadorias à região, o que ocasionou atrasos na obra. Diante dos fatos, o novo cronograma passou para o segundo semestre de 2015. No dia 29 de agosto, o IFRO firmou um termo de cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão, estreitando, dessa forma, a relação com o país vizinho e seu sistema de ensino. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Guajará-Mirim contribui para o desenvolvimento da região por meio da oferta de cursos, além de programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio desde 2015.

Guajará-Mirim foi o primeiro município de Rondônia onde o IFRO ofertou à comunidade um Curso Técnico de Informática na modalidade Educação de Jovens e Adultos (CTI/EJA). O *campus* busca, ainda, melhorar a condição dos jovens e alavancar a economia local, mediante o atendimento à comunidade. Assim como recebe alunos vindos de comunidade indígenas e de Nova Mamoré, o *campus* recebe alunos da cidade co-irmã *Guayaramerín*, que pertence ao departamento do Beni/Bolívia e abriga uma população superior a 40 mil habitantes.

Com sede localizada na Avenida 15 de Novembro, nº 4849, inaugurada em 2016, o *campus* possui atualmente 80 profissionais, sendo 53 docentes e 25 técnicos administrativos, além de contar com 996 alunos matriculados em todos os níveis. O *Campus* Guajará-Mirim situa-se no bairro Planalto em uma área construída de cerca de 3.014,12 m² e uma área administrativa em construção. Contando com estrutura moderna, o *campus* executa ações de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à preparação dos alunos para o mercado de trabalho e para a cidadania.

O *Campus* Guajará-Mirim possui perfil industrial. Está inserido num contexto de grande diversidade quanto às características do processo de desenvolvimento socioeconômico visto que o município sede possui cerca de 90% da área territorial

demarcada para reservas florestais ou terras indígenas. Em contraponto, destina-se, também, a atender a população do município vizinho (Nova Mamoré), cuja principal atividade econômica é a pecuária e o agronegócio.

Tais características instigam a instituição (IFRO) a manter permanente estado de atenção às necessidades regionais, perseguindo, sempre, o seu adequado alinhamento e atendimento, com a finalidade de induzir o desenvolvimento à medida que respeita as características regionais.

1.4.6 IFRO *Campus Jaru*

O *Campus Jaru* do Instituto Federal de Rondônia está localizado na região central do Estado e possui uma área de influência direta sobre a microrregião compreendida pelos municípios de Jaru, Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Anari. Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Fruticultura (Cacaucultura), Mandiocultura, Piscicultura, Pecuária de Carne e Leite (bovinocultura), Suinocultura; Setor secundário: Madeira e Móveis; e Artesanato.

No tema “Quais Arranjos Produtivos locais/regionais o *campus* atende com suas ofertas”, foi sugerido: “Gestão e Negócios” (sendo atendidos pelos cursos Técnico em Comércio, Administração, Gestão Pública e Gestão Comercial); “Produção Agropecuária” (sendo atendido pelos cursos Técnico em Alimentos, Zootecnia); “Saúde Animal” (sendo atendida pelo curso de Medicina Veterinária); “Informação e Comunicação” (sendo atendidos pelo curso Técnico em Informática), e “Segurança” (sendo atendido pelo curso Técnico em Segurança do Trabalho). Além disso foi sugerido a retirada do item “Serviços”, pois não está de acordo com o perfil da região.

No tema “Quais as principais potencialidades do *campus* em termos de pesquisa e inovação para o atendimento às demandas da comunidade”, foram definidos: Pecuária – sanidade animal, bovinocultura de leite, nutrição animal; Alimentos – tecnologia de produtos de origem animal e vegetal; Gestão – *startups* na área de tecnologia e alimentos.

No tema “Como o *campus* pretende organizar/reorganizar suas ofertas em termos de atendimento aos APLs”, como o *campus* ainda está em implantação, estão sendo organizados as ofertas e futuros cursos para o perfil agropecuário, com implantação do CIT na área de alimentos; projetos estratégicos na área do cacau (Escola de Chocolate); Implantação dos laboratórios veterinários e clínica veterinária; planejamento de novos cursos (Zootecnia, Eng. de Alimentos, etc);

planejamento de infraestrutura (fazenda-escola e Agroindústria); planejamento da implantação da incubadora de empresas e Implantação do FABLAB. No tema “Quais são as áreas de atuação acadêmica do IFRO, considerando as atividades finalísticas e as especificidades de cada unidade”, foram apontadas: Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias.

1.4.7 IFRO Campus Ji-Paraná

No ano de 2007, ocorreu uma visita às instalações da Escola Silvio Gonçalves de Farias, com vistas à implantação da Escola Técnica Federal. Durante a visita, foi realizada uma avaliação da estrutura física da escola, a qual foi doada com toda a sua infraestrutura para a implantação da Escola Técnica Federal de Educação Tecnológica de Ji-Paraná (RO). Já em 2008, foi realizado o Concurso Público para provimento dos cargos para a Unidade de Ensino de Ji-Paraná, por meio de prova escrita. Em seguida, houve a realização do Exame de Seleção dos alunos para os cursos técnicos de Móveis, na modalidade subsequente; além de Florestas e Informática nas modalidades integrada e subsequente.

Em 22 de agosto de 2008 foi nomeado para Direção-Geral *Pro Tempore* do Campus Ji-Paraná o professor Jorge Luiz dos Santos Cavalcante, responsável pela implantação da unidade. O Campus Ji-Paraná iniciou suas atividades pedagógicas em 02 de março de 2009, com um quadro de 41 servidores, ofertando cursos eleitos pela comunidade, nas modalidades integrado e subsequente ao Ensino Médio. Nesse mesmo ano, foram iniciadas as obras de reforma e ampliação do Campus Ji-Paraná e o início do ano letivo. Ainda em 2009, por meio de comissão e audiência pública, foi definido o Curso de Graduação em Química a ser implantado a partir do ano de 2010. Em 2011, o campus iniciou os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos e Informática na Educação. Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), como Beleza e Estética (“Mulheres Mil”) e Biojoias foram ofertados a partir de 2012. Já a Escola de Conselho e o curso de *Design* Mobiliário, a partir de 2013.

Atualmente, o campus oferece também cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), de pós-graduação, inclusive na modalidade a distância, bem como realiza pesquisas e atividades de extensão. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Ji-Paraná contribui para o desenvolvimento da região por meio da oferta de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores e Educação Profissional e Técnica de nível médio, desde 2009, com perfil industrial.

Sediado na Rua Rio Amazonas, nº 151, inaugurado em 2009, o *campus* possui atualmente 131 profissionais, sendo 73 docentes e 48 técnicos administrativos. O *campus* conta com estrutura física em processo de consolidação, com espaços de salas de aulas, laboratórios equipados e ambientes administrativos em fase de conclusão, o que possibilitará melhores condições de trabalho e de atendimento à comunidade.

1.4.8 IFRO *Campus* Porto Velho Calama

O *Campus* Porto Velho Calama foi instituído, primeiramente, como Unidade Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal de Rondônia, criada pela Lei nº 11.534, de 25 de Outubro de 2007, sob a direção do professor Raimundo Vicente Jimenez. Em 14 de março de 2008 foi realizada a primeira Audiência Pública a respeito da implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia, UNED de Porto Velho, ocasião em que a Prefeitura Municipal doou uma área de 68 mil m² para a construção do *campus*, na Av. Calama, entre a Rua Apolo e a Rua do Igarapé. Em dezembro daquele mesmo ano, as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas e os CEFETs foram unificados sob a denominação de Institutos Federais, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

No dia 28 de maio de 2009, às 16 horas, foi lançada a Pedra Fundamental da edificação da obra no próprio local, com presença do Reitor, Raimundo Vicente Jimenez, de autoridades locais e de pessoas da comunidade.

Em agosto de 2010 iniciaram-se as atividades letivas do *Campus* Porto Velho nas dependências do Centro de Educação Tecnológica e de Negócios de Rondônia (Cetene), atual IFRO/*Campus* Porto Velho Zona Norte. Inicialmente, foram ofertados à comunidade os cursos Técnicos em Edificações; Eletrotécnica; além de Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade subsequente no segundo semestre de 2010; já os cursos Técnico em Edificações, Eletrotécnica e Informática, na modalidade integrado, foram implantados em 2011.

O *Campus* Porto Velho, depois denominado *Campus* Porto Velho Calama (referência a avenida homônima que está localizado), em 2015 passou a funcionar em sede própria. Atualmente oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio (Eletrotécnica, Edificações, Química e Informática); cursos subsequentes - pós ensino médio (Edificações, Eletrotécnica e Manutenção e Suporte em Informática); cursos superiores (Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Civil, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Física e Engenharia Química); pós graduação *lato sensu* em Gestão Ambiental, Metodologia de Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica; além do curso de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT).

1.4.9 IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Avançado de Porto Velho teve o seu funcionamento autorizado em 6 de dezembro de 2010 pela Portaria nº 1.366, de mesma data, assinada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Desde 2011, passou a condição de *campus*, com a denominação *Campus* Porto Velho Zona Norte. O primeiro Diretor *Pro Tempore* foi o professor Juarez Alves das Neves Júnior, nomeado pela Portaria nº 136, de 3 de março de 2011.

Posteriormente, assumiu a Direção-Geral a professora Mércia Gomes Bessa Coelho, nomeada pela Portaria nº 567, de 3 de Outubro de 2011, juntamente com uma equipe inicial de gestão e implantação: Coordenação Geral de Ensino (professor Miguel Fabrício Zamberlan – Portaria nº 485, de 2 de Setembro de 2011) e Coordenação Geral de Planejamento e Administração (professor Gilberto Laske – Portaria nº 516, de 12 de Dezembro de 2011), com a missão de realizar as atividades iniciais do *campus*.

No ano de 2012, o Professor Miguel Fabrício Zamberlan assumiu a Direção-Geral do *campus* (Portaria nº 580, de 17 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 21 de agosto de 2012).

A Educação a Distância é um dos focos deste *campus*, com os primeiros cursos iniciados no segundo semestre de 2011 por meio de parceria com o Instituto Federal do Paraná. Em 2013, iniciaram-se as turmas presenciais dos cursos Técnico em Finanças, Técnico em Informática para *Internet* (subsequente) e Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Graduação) e as primeiras ofertas de cursos a distância do *campus*: Técnico em Finanças e Técnico em Informática para Internet (Subsequente). No ano de 2014, houve um aumento considerável no número de polos gerenciados pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte, totalizando 19 polos. Em 2015 houve a primeira eleição do *campus* para Diretor-Geral, elegendo o Professor Miguel Fabrício Zamberlan, já no cargo, para dar continuidade aos trabalhos.

No primeiro semestre de 2016, iniciaram-se as primeiras turmas dos cursos concomitantes Técnico em Informática para *Internet* e Técnico em Finanças, já no segundo semestre foram ofertados os novos cursos concomitantes: Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Computação Gráfica, e o curso subsequente Técnico em Administração. Foi firmada uma parceria com a SEDUC na qual foi ofertado o curso Técnico em Cooperativismo para escolas da rede estadual de ensino. Em 2017, inicia-se mais um curso de graduação, sendo a estreia do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores. Mais recentemente, o *campus* aderiu ao Programa de Mestrado em Inovação Tecnológica (PROFNIT), da Rede Federal.

Para este período 2023-2027 o *campus* planeja ofertar cursos técnicos integrados no período diurno, decisão que deve promover nova dinâmica àquela unidade.

1.4.10 IFRO Campus Avançado São Miguel do Guaporé

O *Campus Avançado* São Miguel do Guaporé é a unidade mais recente do IFRO, criada em 28 de dezembro de 2018, por meio da Portaria nº 1429/MEC/2018. Mas sua história se inicia em meados de 2010, quando a comunidade local se mobiliza para solicitar a implantação de um *campus* do IFRO no município. Ao longo desse período, houve várias reuniões entre o IFRO e as lideranças locais e, com o esforço da Reitoria, o município de São Miguel do Guaporé ganhou em 2012 um Polo de Educação a Distância (EaD).

O fato de não haver na região uma Instituição Federal de Ensino que ofereça cursos para a formação profissional da população, e diante dos compromissos firmados no Plano Municipal de Educação (PME) e das articulações promovidas por vários representantes da sociedade civil, a população de São Miguel do Guaporé e região vislumbra que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia possa suprir essa lacuna existente, oportunizando à comunidade a oferta de cursos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Após consolidação da oferta de cursos, por meio do Polo de Educação a Distância, em dezembro de 2018, iniciou-se uma nova etapa da presença do IFRO na região com a implantação do *campus* avançado, que possibilita ampliar o atendimento com cursos presenciais de nível técnico, de graduação e pós-graduação, iniciando, de acordo com o planejamento institucional, no segundo semestre de 2019 com a oferta do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio, modalidade EaD, em parceria com a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Princesa Isabel, e o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em EJA, também na modalidade EaD.

Para o período 2023-2027, o *campus* elaborou um catálogo de cursos que atendem aos Arranjos Produtivos da região de influência pois deve receber a sede própria cuja infraestrutura abrigará 12 salas de aula, laboratórios, biblioteca, salas administrativas, entre outros ambientes destinados ao desenvolvimento das ações pedagógicas, de pesquisa e de extensão.

1.4.11 IFRO *Campus Vilhena*

O *Campus Vilhena* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia está localizado a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade de Vilhena. Fundado em 2010 com o propósito de colaborar com o desenvolvimento e o fortalecimento da economia local através da oferta de educação profissional e tecnológica, o *Campus Vilhena* possui características de *Campus* urbano e sua especialidade é a oferta de cursos industriais ou de docência e em áreas técnicas.

O *Campus Vilhena* entrou em funcionamento no segundo semestre de 2010, oferecendo gratuitamente cursos técnicos subsequentes em Edificações, Eletromecânica e Informática. A partir de 2011, os mesmos cursos também foram ofertados de forma integrada ao ensino médio.

O *Campus Vilhena* também oferece cursos de graduação. Em 2012 foi implantado o curso de Licenciatura em Matemática e, em 2016, o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, já em 2017, deu-se início ao Curso de Arquitetura e Urbanismo. O *Campus* oferece, ainda, dois cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo um em Ensino de Ciências e Matemática, com início em 2018, e outro em Desenvolvimento Web, com início em 2022.

Também são ofertados na unidade diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) tanto pelo Centro de Idiomas quanto pelos projetos e/ou programas, visando a ampliar a oferta de vagas e assim alcançar um público cada vez maior. Outra marca da atuação do *campus* está ligada à Educação a Distância e, atualmente, estão em andamento os cursos Técnicos Administrativos Subsequentes ao Ensino Médio, Tecnólogo em Gestão Pública e Tecnólogo em Gestão Comercial nessa modalidade.

Assim, com o compromisso de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em diversos níveis de escolaridade, o *Campus Vilhena* também promove programas de pesquisa e extensão que apoiam a produção cultural, o empreendedorismo, a inovação e a transferência de tecnologias, com ênfase no desenvolvimento da sociedade regional e na preservação do meio ambiente.

O IFRO *Campus Vilhena* reafirma seu compromisso com o avanço científico, tecnológico e produtivo do município e com a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade social, oferecendo a toda a população uma EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE.

1.5 Classificação dos Arranjos Produtivos Locais de Rondônia

Em termos de arranjos locais, de acordo com o professor Dr. Sergio Francisco Loss, estudioso do desenvolvimento regional, Rondônia possui 10 (dez) regiões de planejamento, nas quais estão identificados os Arranjos Produtivos inerentes às atividades econômicas ali desenvolvidas. Confira quais são eles.

Quadro 2 – APLs de Rondônia por Região de Planejamento e Gestão

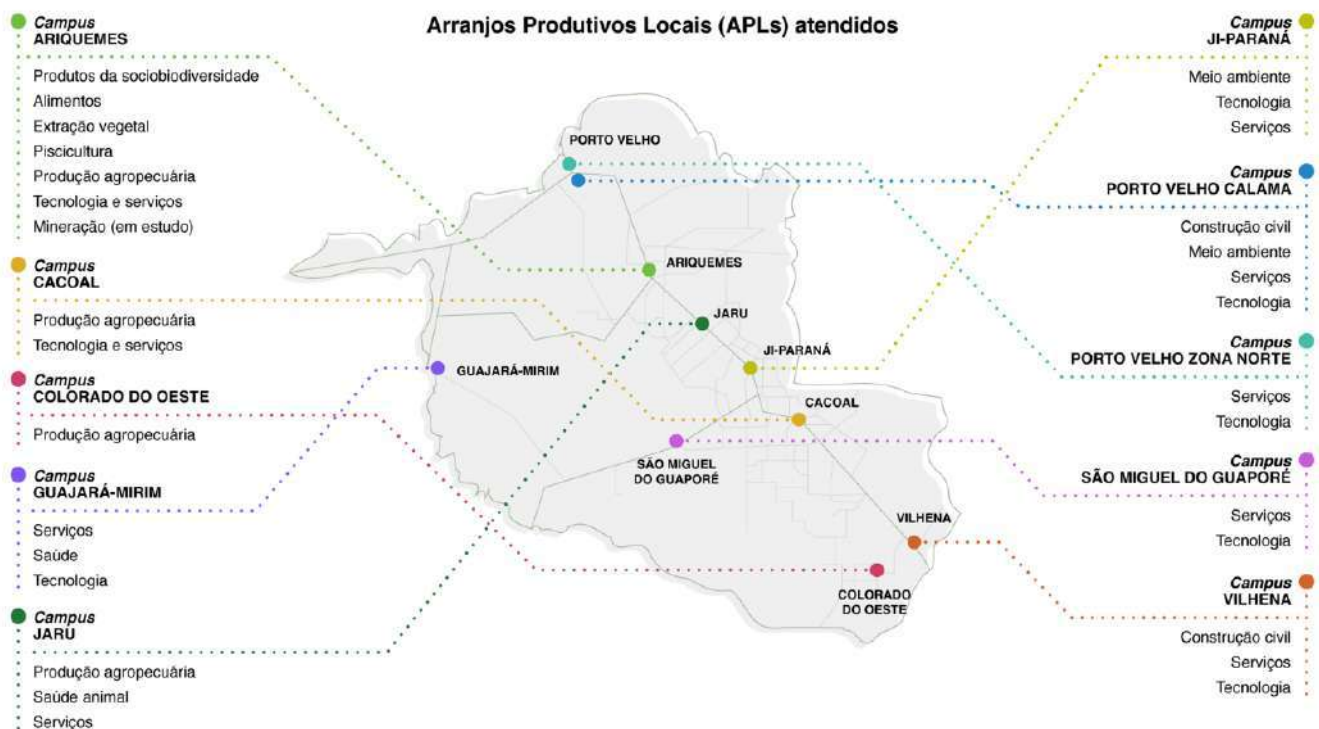
REGIÕES MUNICÍPIOS	APLs	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste	11	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Palmito, Fruticultura, Cereais, Mandioca, Piscicultura, Avicultura (codornas); Setor secundário: Construção Civil, Fabricação de Alimentos, Geração de Energia Elétrica, Artesanato. Setor terciário: serviços em geral (tecnologia, comércio, serviços hospitalares, atendimento ao público).
Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Monte Negro, Rio Crespo	12	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Fruticultura, Amendoim, Cereais, Mandioca, Soja, Piscicultura, Pecuária de Carne e Leite, Suinocultura; Setor secundário: Madeira e Móveis, Extração Mineral (estanho), Artesanato.
Jaru, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Vale do Anari, Machadinho do Oeste	9	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Fruticultura, Pimenta-do-Reino, Mandioca, Piscicultura, Pecuária de Carne e Leite, Suinocultura; Setor secundário: Madeira e Móveis, Artesanato.
Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso	13	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Silvicultura, Pimenta-do-Reino, Amendoim, Cereais, Mandioca, Horticultura, Piscicultura, Pecuária de Carne e Leite, Avicultura, Apicultura, Suinocultura, Artesanato.
Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Teixeiraópolis, Presidente Médici, Urupá	11	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Fruticultura, Amendoim, Horticultura, Piscicultura, Pecuária de Carne e Leite, Avicultura, Suinocultura; Setor secundário: Confeções, Construção Civil, Artesanato.

REGIÕES MUNICÍPIOS	APLs	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
Cacoal, Ministro Andreazza, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe do Oeste, Parecis	17	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Silvicultura, Fruticultura, Cafeicultura, Pimenta-do-Reino, Cana-de-Açúcar, Horticultura (tomate), Piscicultura, Pecuária de Carne e Leite, Avicultura, Apicultura, Suinocultura; Setor secundário: Construção Civil, Confecções, Madeira e Móveis, Cerâmica Não-Refratária, Artesanato.
Vilhena, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara	15	Setor primário: Silvicultura, Fruticultura, Urucum, Amendoim, Cereais, Cana-de-Açúcar, Soja, Horticultura, Pecuária de Carne e Leite, Avicultura, Apicultura, Suinocultura; Setor secundário: Construção Civil, Madeira e Móveis, Artesanato.
Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Alto Alegre do Parecis, Nova Brasilândia do Oeste, Castanheiras, Alta Floresta do Oeste	16	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Silvicultura, Cafeicultura, Fruticultura, Pimenta-do-Reino, Cana-de-Açúcar, Cereais, Horticultura, Piscicultura, Pecuária de Carne e Leite, Avicultura, Apicultura, Suinocultura; Setor secundário: Madeira e Móveis, Fabricação de Estruturas Metálicas, Artesanato.
São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras	8	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Fruticultura, Cafeicultura, Urucum, Cereais, Pecuária de Carne e Leite (ovinos); Setor secundário: Madeira e Móveis, Artesanato.
Guajará-Mirim, Nova Mamoré	4	Setor primário: Produtos da Sociobiodiversidade, Fruticultura; Setor secundário: Madeira e Móveis, Artesanato.

Fonte: IFRO (2023)

Assim, identificados os APLs no estado de Rondônia, o Instituto coloca-se no cenário como indutor do desenvolvimento com responsabilidade e respeito ao ambiente a as características regionais, de forma a atender as necessidades locais, ofertando cursos e vagas nos diversos níveis de ensino, além de realizar pesquisas gerais e aplicadas com vistas ao atendimento das demandas do setor produtivo e realizando atividades de extensão, a fim de promover o envolvimento da sociedade e a disseminação dos conhecimentos, da inovação e das oportunidades.

Figura 4 – Arranjos Produtivos Locais (APLs) atendidos



Fonte: IFRO (2023)

CAPÍTULO 2
PROJETO PEDAGÓGICO
INSTITUCIONAL - PPI

2.1 Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) é uma instituição que detém autonomia didático-pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, obedecendo ao arcabouço legal que rege a educação nacional. Desde sua implantação, o IFRO se constituiu como uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos para o mundo do trabalho, em diferentes níveis, etapas e modalidades. Isso sob uma perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática tanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, além de inclusiva em relação a sua ação educativa.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) desempenha o papel de orientar os compromissos sociopolíticos assumidos pela instituição, bem como guiar as ações educativas visando a uma integração efetiva entre a instituição e a sociedade. É por meio do PPI que a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão definem e planejam suas ações, estabelecendo suas concepções teórico-metodológicas, políticas e filosóficas.

Compreende-se que o desafio institucional lançado ao IFRO, a partir das perspectivas sobre as quais se alicerça o PPI, está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todas e todos, orientar a atuação institucional em sinergia e equilíbrio entre os setores produtivos e o meio ambiente, entre o mundo do trabalho e o desenvolvimento humano completo.

Esse PPI constitui-se como um instrumento de ação política e pedagógica que sela o compromisso educacional e social do IFRO ao definir seu ideal educativo em termos de políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Trata-se de um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, norteador dos processos e práticas, fundamental à construção da identidade institucional e que expressa as suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

O PPI apresenta as concepções do IFRO acerca da formação humana, da sociedade e, marcadamente, da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e seu papel na formação humana de trabalhadores para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. Dessa forma, esse documento define e reafirma a identidade institucional, bem como a sua relação com a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o seu modo de pensar e fazer a educação, na medida em que aponta caminhos para compreender a realidade na qual a Instituição está inserida, além de apontar as possibilidades de atendimento, orientação e/ou reorganização dos espaços produtivos, sociais e culturais nos quais o IFRO atua.

Ademais, o PPI firma o compromisso do IFRO com as políticas e estratégias delineadas coletivamente para cumprir sua missão e atingir seus objetivos, por fim, orienta a formulação e reformulação dos currículos dos cursos, das práticas pedagógicas, da formação continuada de servidores e demais políticas institucionais. Para tanto, vale destacar os elementos conceituais que devem orientar tais ações.

2.2 Concepções fundantes da educação profissional, científica e tecnológica que orientam o ensino, a pesquisa e a extensão

Ancorada nos princípios de uma formação humana integral, a Educação Profissional, Científica e Tecnológica no IFRO, fundamenta-se na superação do modelo tradicional e dualista, que separa o conhecimento em disciplinas estanques, visando à integração das diferentes áreas do conhecimento em um projeto educativo unitário, que busca superar a fragmentação do conhecimento e promover uma formação omnilateral e politécnica. Para tanto, esta seção tem como objetivo conceituar os elementos fundantes da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

2.2.1 Concepção de ser humano e de sociedade

O ser humano é um sujeito histórico e social que produz constantemente sua existência. Dotado de inteligência, transforma a natureza por meio do trabalho e, ao mesmo tempo, transforma-se nessa relação, produzindo, assim, sua humanidade.

A sociedade está caracterizada pela divisão de classes e, consequentemente, pela divisão social do trabalho e divisão do conhecimento. Enquanto uma classe detém os meios de produção, a outra vende sua força de trabalho para sobreviver; tais disparidades são históricas. Enquanto espaço privilegiado de formação, o IFRO tem o dever de contribuir para a superação dessas disparidades, ao promover uma educação emancipadora para a classe trabalhadora. Isso ocorre quando os conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade são disponibilizados como instrumentos para transformar a realidade individual e social.

2.2.2 Concepção de escola e conteúdos escolares

A escola é um espaço formativo social que tem o papel de promover a socialização do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, relacionando-o com a realidade social dos estudantes. Esse conhecimento é sistematizado pela escola de maneira pedagogicamente intencional e se constitui como conteúdos escolares ou conteúdos de ensino, devendo ser relacionados às práticas sociais, à significação humana, aos conhecimentos prévios e, a partir da mediação do/a professor/a, auxiliar os estudantes a elevar suas funções psíquicas superiores.

2.2.3 Concepção de formação omnilateral

A formação omnilateral enfatiza o desenvolvimento integral, completo, inteiro do indivíduo, ou seja, abrange todas as dimensões da sua existência: trabalho, ciência e cultura. Nessa perspectiva, a formação instrumentaliza o indivíduo para superar as condições de alienação e compreender as contradições presentes nas relações sociais, políticas, culturais, econômicas de produção da realidade concreta. Assim, a criticidade, a transformação social, a participação ativa dos indivíduos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária são elementos centrais do processo formativo.

2.2.4 Concepção de educação politécnica

A educação politécnica permite ao/à estudante ter domínio intelectual sobre a técnica, ou seja, viabiliza a compreensão dos conhecimentos teóricos, científicos, tecnológicos e históricos da produção moderna. A formação politécnica visa a formar sujeitos autônomos, conscientes e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2.5 Concepção de educação

A educação é compreendida como prática social, “[...] como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (Libâneo, 2003, p. 68)¹. Dessa forma, o IFRO como parte da Rede Federal de Educação,

¹LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 2003.

Ciência e Tecnologia, está fundamentado em uma concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora. Entende-se que o trabalho como princípio educativo geral “[...] se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (, 1989, p.13)².

2.2.6 Concepção de aprendizagem

A aprendizagem é um processo social e cultural mediado, no qual o indivíduo aprende na interação social e meio em que vive. Nessa perspectiva, vale explicitar o conceito de “zona de desenvolvimento próximo” ou “zona de desenvolvimento emergente” de Vigotski, definido como a distância entre o nível de desenvolvimento atual e o potencial de um indivíduo que, com o auxílio de uma pessoa mais experiente (que vai fazer a mediação); e em nosso contexto entendido como o/a docente ou profissional da educação, aprende e se desenvolve. Assim, a interação social é fundamental na aprendizagem e desenvolvimento, especialmente por meio da linguagem, uma vez que ela possibilita a aprendizagem de conceitos.

2.2.7 Concepção de ensino

O ensino envolve um processo de mediação pedagógica intencional e organizada, no qual o/a professor/a orienta, estabelece a intencionalidade pedagógica e realiza a mediação entre o conhecido e o desconhecido; entre os conhecimentos prévios e os mais complexos; entre a zona de desenvolvimento próximo e o potencial dos estudantes.

O ensino deve ter como base a relação dialética entre teoria e prática, a problematização da realidade, a investigação, a instrumentalização teórica, a reflexão crítica e a transformação da realidade. Assim, o ensino deve possibilitar a emancipação aos estudantes e prepará-los para agirem de forma crítica, autônoma e transformadora na sociedade.

O ensino profissionalizante é compreendido como uma modalidade que busca promover a formação integral, buscando a superação da dicotomia entre o trabalho manual e intelectual, ao articular o conhecimento técnico ao científico e humanístico, com vistas à promoção da compreensão crítica das relações sociais e do mundo do trabalho de modo que prepare trabalhadores comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

²SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

2.2.8 Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A proposta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFRO está fundamentada em uma concepção de educação integral do sujeito, na perspectiva da totalidade, compreendendo as dimensões da vida humana, tais como a dimensão identitária, cultural, social, ética, estética e que visa a superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, sem restringir-se a apenas um deles. (Silveira, 2007)³. A EPT busca formar os sujeitos para a emancipação social com vistas à intervenção crítica, criativa e qualificada no mundo para transformar a realidade.

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica é a modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento.

2.2.9 O tripé ensino, pesquisa e extensão

A tríade ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental na educação proporcionada pelo IFRO e deve estar presente nas atividades e projetos pedagógicos de cursos de maneira articulada. O ensino refere-se aos conhecimentos e conteúdos escolares que devem ser proporcionados aos estudantes; a pesquisa envolve a produção do conhecimento, investigação científica e busca de soluções inovadoras para problemas sociais e questões relevantes e a extensão consiste em levar o conhecimento produzido para a sociedade, por meio de ações e projetos que beneficiem e transformem a realidade social, promovam a inclusão e fomentam a cidadania. A integração do ensino, pesquisa e extensão contribui para a formação integral e integrada, superando a dicotomia entre teoria e prática e estimula o/a estudante a pensar criticamente sua realidade e a realidade social, além de engajar-se na transformação responsável da sociedade. As três dimensões devem estar articuladas; enquanto o ensino é enriquecido pela pesquisa, a pesquisa é direcionada às demandas sociais e a extensão se fundamenta em evidências científicas para transformar realidades.

³SILVEIRA, Zuleide Simas da. Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo histórico. In: *A organização do trabalho didático na História da Educação: Anais da VII Jornada do HISTEDBR*. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf>.

2.3 Princípios filosóficos, pedagógicos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

2.3.1 Princípios filosóficos estabelecidos para o projeto pedagógico do IFRO

Os pressupostos teóricos que sustentam os princípios filosóficos, pedagógicos e técnico-metodológicos gerais das práticas acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia são: 1. o trabalho como princípio educativo, considerando: a) o conhecimento se constrói na prática, sustentada pela teoria; b) a aprendizagem como construção de novas sínteses a partir de conhecimentos prévios; c) a concepção de competência como práxis; 2. docentes como mediadores/as na relação entre as/os estudantes e o conhecimento; 3. a prática social e os processos de trabalho como ponto de partida para a organização curricular e sua implementação.

1) O trabalho como princípio educativo

Tomar o trabalho como princípio educativo significa reconhecer a relação intrínseca entre a educação e o mundo do trabalho e, assim, fundamentar os projetos pedagógicos de curso e as políticas de ensino, assistência estudantil, pesquisa e extensão da educação profissional e tecnológica nos princípios da formação humana integral. Tais princípios devem estar comprometidos com a transformação social por meio da promoção de uma educação emancipadora para as pessoas e a sociedade, pela construção de relações solidárias, colaborativas, éticas e estéticas, sustentadas na articulação entre trabalho, ciência e cultura como forças motoras dessa transformação social.

A formação nessa perspectiva deve colocar o/a estudante como protagonista da sua própria formação a partir da mediação de situações de aprendizagem intencionais e sistematizadas que permita o estabelecimento de relações com a ciência, o conhecimento técnico e tecnológico, a cultura, o mundo do trabalho e dos modos de produção. Isso tudo de forma ativa, construtiva e criadora que possibilite ao/à estudante a permanente elaboração de novas sínteses em sua vida profissional para lidar com as situações concretas da sua existência, do mundo do trabalho e das demandas dos modos produtivos.

Uma formação com essas características requer o estabelecimento de condições que permitam tanto a estudantes quanto a docentes criar consensos que facilitem a transição de relações de autoridade para relações de autonomia – ética e estética. Isso possibilita que o estudante vá além de modelos pré-determinados.

A prática social integrada deve ser o ponto de partida para essa proposta de formação humanística, interdisciplinar e teórico-prática, com vistas à aprendizagem da prática profissional como parte, e suas relações com a totalidade complexa construída socialmente.

Ao abordar o trabalho como princípio educativo, três pressupostos são fundamentais para a garantia da sua objetivação, são eles: a concepção de conhecimento, a concepção de aprendizagem e a concepção de competência. Tais pressupostos devem orientar tanto a construção do currículo quanto das práticas pedagógicas da Educação Profissional e Tecnológica do IFRO e podem ser assim estabelecidos: o conhecimento se constrói na prática, sustentada pela teoria; a aprendizagem compreende a construção de novas sínteses, a partir de conhecimentos prévios; e a concepção de competência como práxis, conforme resumimos a seguir.

a) O conhecimento se constrói na prática, sustentada pela teoria

O conhecimento surge da atividade do ser humano e, no entanto, a prática não fala por si só. A observação prática é uma etapa da construção do conhecimento e só é possível avançar se o aparente for superado. Assim, o ato de conhecer exige o trabalho intelectual, teórico, de análise, interpretação, conexões mais elaboradas das práticas.

O aprofundamento dos conhecimentos teóricos deve ocorrer a partir de situações reais, mediante atividades teórico-práticas, tais como estudos de caso, simulações, soluções de problemas, dentre outras metodologias participativas, que levem o/a estudante a compreender, aprofundar e concretizar novas práticas e alcançar níveis mais elevados de conhecimento.

b) A aprendizagem como construção de novas sínteses a partir de conhecimentos prévios

O ponto de partida do processo de aprendizagem é o mesmo do ponto de chegada, embora esse ponto inicialmente seja nebuloso e abstrato, já que seu movimento é em espiral, de maneira cada vez mais crescente e ampliada. O pensamento chega, avança em resultados e descobertas que inicialmente não eram conhecidas. Esse processo é resultante do movimento que leva o pensamento a transitar entre o abstrato e o concreto; entre a forma e o conteúdo; entre o imediato e o mediato; entre o simples e o complexo; entre o que está dado e o que se anuncia.

Esse processo tem como ponto de partida um primeiro nível de abstração composto pela imediata e nebulosa representação do todo e como ponto de chegada as formulações conceituais abstratas. Nesse movimento, o pensamento, após debruçar-se sobre situações concretas, volta ao ponto de partida, agora para percebê-lo como totalidade ricamente articulada e compreendida, mas também como prenúncio de novos conhecimentos que estimulam novas buscas e formulações

c) A concepção de competência como práxis

A concepção de competência como práxis parte da compreensão da articulação dos conhecimentos teóricos e experiências anteriores, de forma interdisciplinar, para resolver situações-problema não previstas, ou seja, atuar de forma teoricamente sustentada para resolver problemas.

Para Kuenzer (2003) o ponto nodal da categoria competência é a necessidade de desenvolver a capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticas laborais. O simples domínio do conhecimento não é suficiente, posto que práxis é a “atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; é prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; é teórica, na medida em que esta ação é consciente” (Vazquez, 1968, p.17).

2) Docentes como mediadores/as na relação entre as/os estudantes e o conhecimento

Os processos pedagógicos são processos intencionais, deliberados e mediados por uma/um docente que têm por objetivo promover, em contextos culturais definidos e de modo sistematizado, relações significativas entre o aprendiz e o conhecimento construído pelos seres humanos em seu processo social e histórico de produção da sua existência.

Para Vigotski (1984), essa transição não se dá espontaneamente, conferindo à intervenção pedagógica decisivo papel; ou seja, se o ser humano é capaz de formular seus conceitos cotidianos espontaneamente, tal processo não se dá no caso do desenvolvimento de conceitos científicos, que demandam ações especificamente planejadas, e competentes, para esse fim. Ainda segundo Vigotski, as ações pedagógicas implicam práticas pedagógicas sistemáticas que conduzam as/os aprendizes a atitudes metacognitivas, o que vale dizer, passam a ter domínio

e controle consciente do sistema conceitual, de modo a compreender as suas próprias operações mentais, desenvolvendo a capacidade de refletir sobre e de reconstruir seus conceitos cotidianos a partir de sua interação com os conceitos científicos. Para tanto, a/o docente deve planejar situações de aprendizagem que estabeleçam um permanente movimento entre o sujeito que aprende e o objeto da aprendizagem; o interno e o externo; o intrapsicológico e o interpssicológico; o individual e o social; a parte e a totalidade.

3) A prática social e os processos de trabalho como ponto de partida para a organização curricular e sua implementação

O ponto de partida para a seleção e organização dos conteúdos é a prática social em geral; e na educação profissional integrada ao ensino médio, os processos de trabalho são o objeto da formação. Dessa forma, busca-se superar a lógica que rege as abordagens disciplinares, que expressam a fragmentação da ciência e a sua separação da prática; os princípios metodológicos de articulação entre teoria e prática, entre parte e totalidade e entre disciplinaridade e transdisciplinaridade; a integração entre saber tácito e conhecimento científico; entre conhecimentos e habilidades básicas, específicas e de gestão; a transferência de conhecimentos e experiências para novas situações.

Esse pressuposto deriva-se da natureza do processo de educação profissional, cujo foco é o trabalho articulado à ciência e à cultura, de modo a assegurar ao mesmo tempo a formação básica e a profissional. Segundo o princípio educativo do trabalho, portanto, a organização curricular parte da prática social e de trabalho que caracteriza a sociedade em seu processo histórico. Não há espaço, portanto, para a construção da proposta curricular a partir do enfoque disciplinar, de forma academicista e livresca. Ao contrário, o conhecimento produzido e sistematizado segundo a lógica disciplinar trará os fundamentos para que se compreendam e transformem as dimensões postas pela prática social e de trabalho, desde que também apreendida em sua dimensão interdisciplinar. Inverte-se, assim, o clássico movimento que vai da disciplina para a prática.

2.4 Princípios pedagógicos dos processos formativos

Confira os princípios pedagógicos que orientam as práticas pedagógicas e curriculares do IFRO.

- a. Produção do conhecimento é fruto da relação entre teoria e prática e resulta da articulação entre parte e totalidade;
- b. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- c. Educação inclusiva e a educação para a diversidade;
- d. Educação para a sustentabilidade ambiental;
- e. Avaliação ao longo do percurso formativo;
- f. Educação para os povos da floresta, do campo e das águas.

2.4.1 A produção do conhecimento é fruto da relação entre teoria e prática e resulta da articulação entre parte e totalidade

A produção do conhecimento é fruto da relação entre teoria e prática, por meio da atividade humana, resultante da articulação entre sujeito e objeto, pensamento e ação, homem e sociedade. Ademais, a produção do conhecimento resulta da articulação entre parte e totalidade, ou seja, conhecer fatos ou fenômenos é compreender o lugar que eles ocupam na totalidade concreta.

O ponto de partida para os processos formativos é a prática social e de trabalho compreendida como totalidade complexa, constituída pela intrincada teia de relações que estabelece com a sociedade em suas dimensões políticas, econômicas e culturais.

A partir dela, mediante a alternância entre espaços de aprofundamento teórico e de intervenção prática, é que, metodologicamente, viabilizará-se o constante movimento do pensamento sobre a realidade para problematizá-la, apreendê-la e compreendê-la em sua dimensão de síntese de complexas relações. Para tanto, as situações de aprendizagem em que teoria e prática devem ser organizadas de maneira articulada, quer pelo tratamento de situações concretas mediante exemplos, casos, problemas, simulações, laboratórios, jogos, quer pela inserção do aprendiz na prática laboral, através de visitas, estágios ou práticas vivenciais.

Também é importante observar que o conhecimento é produzido e apropriado por meio do pensamento que se move do mais simples para o mais complexo, do imediato para o mediato. O conhecimento de fatos ou fenômenos é o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade concreta. Se, para conhecer, é preciso operar uma cisão no todo, isolando temporariamente os fatos, esse processo só ganha sentido quando se reinsere a parte na totalidade, compreendendo as relações que entre elas se estabelecem. Pela análise da parte, atinge-se uma síntese qualitativamente superior do todo; a parte, por sua vez, só pode ser compreendida a partir de suas relações com a totalidade. Parte e totalidade, análise e síntese, são momentos entrelaçados na construção dos conhecimentos.

2.4.2 A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior, dando início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais. Está expresso na Lei nº 11.892/2008 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. Portanto, a integração entre pesquisa, ensino e extensão é um fator essencial para que os Institutos Federais, dentre eles o IFRO, passem a ter importância estratégica para o desenvolvimento regional na perspectiva do enfrentamento das desigualdades sociais.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.” (MEC, 2010, p. 15).

O IFRO busca articular o desenvolvimento científico e tecnológico às demandas da sociedade contemporânea ajustando-se aos cenários e construindo possibilidades de desenvolvimento que estejam contempladas nos seus referenciais estratégicos, de modo a intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local e regional.

Tomar a pesquisa e a extensão como princípios educativos significa valorizar a investigação e a interação entre a instituição e a comunidade por meio do compartilhamento do conhecimento produzido e a transformação social como

elementos centrais na formação dos/das estudantes, nas práticas acadêmicas e de pesquisa.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão busca promover o desenvolvimento da autonomia intelectual, consciência social, da produção do conhecimento fundado em um pensamento crítico e comprometido com a solução de problemas e a transformação social, os quais por sua vez podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e construção de uma sociedade mais justa.

A educação vai muito além de compartilhar conhecimentos e saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos dos processos de ensino e de aprendizagem, o espaço acadêmico será também um espaço para produzir novos conhecimentos e saberes. É importante entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática educativa, dando assim mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

O princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida.

É pela indissociabilidade entre essas funções que se articulam dialeticamente o regional e o mundial, a ciência básica e a tecnologia, a cultura e o trabalho, ao tempo que se reconhece que a vida social e produtiva exige das pessoas da pólis, ao mesmo tempo trabalhadoras, intelectuais e políticas, cada vez maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico, com o objetivo de desempenhar a multiplicidade de papéis que a contemporaneidade lhe determina, em contextos cada vez mais dinâmicos.

Isso porque as relações entre pesquisa, ensino e extensão relacionam diretamente a sociedade e o trabalho científico, mediante dois aspectos importantes, sendo a gênese deste processo as demandas sociais, que definem a sua pertinência e relevância, e a destinação dos resultados, que define a sua função social na perspectiva da qualidade de vida e da redução das desigualdades.

A pesquisa produz conhecimento por meio da atividade humana, pelo trabalho intelectual a partir da prática, tomando os problemas reais como ponto de partida; a extensão produz e compartilha conhecimentos por meio da integração

dos saberes sociais que se manifestam, não na academia, mas no interior dos movimentos, dos processos e das relações sociais.

Pesquisa e extensão ocorrem por meio de ações interdisciplinares que colocam professores e estudantes em contato direto com os seres humanos nas relações sociais que vivem, marcadas pela exclusão e pela desigualdade. A pesquisa integra-se ao ensino quando disponibiliza o acesso ao conhecimento já produzido, o processo e o método para sua produção, ao mesmo tempo que compartilha estudos em andamento, suas hipóteses e seus resultados parciais. A extensão também é ensino, à medida em que compartilha conhecimentos, sob a forma de aulas acadêmicas, mas também quando põe ideias em comum por meio de outras formas de ensino junto às comunidades e movimentos sociais, permitindo o acesso a novos conhecimentos elaborados coletivamente a partir do que para elas têm significado, dos seus próprios saberes e de suas linguagens.

Assim compreendida, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui princípio basilar que confere objetividade às funções e a natureza das instituições de ensino cujos itinerários formativos integram ensino médio, técnico, tecnológico e superior.

2.4.3 A educação inclusiva e a educação para a diversidade

Faz parte da missão do IFRO a promoção da educação inclusiva e o respeito à diversidade, com base nos princípios de equidade, respeito, valorização cultural, tolerância e justiça social. Para o cumprimento dessa missão é necessário orientar as políticas de ensino no sentido de buscar a garantia do acesso, da permanência e do êxito de todos os/as estudantes, considerando as necessidades específicas de atendimento educacional especializado; combate às desigualdades socioeconômicas; combate às injustiças sociais históricas sofridas por diferentes grupos identitários com base em sua raça, etnia ou a qualquer tipo de discriminação relacionada ao gênero, orientação sexual, uso de variação linguística ou outra forma de diversidade.

Além disso, também é necessário atender aos princípios da educação inclusiva e diversidade nos processos seletivos; nos projetos pedagógicos de cursos; nos programas de formação continuada para os trabalhadores da EPT no IFRO; nas práticas pedagógicas dentro ou fora da sala de aula; na pesquisa; na extensão; na gestão; nas atitudes e comportamentos do cotidiano etc.

Promover educação inclusiva e educação para a diversidade implica em garantir que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas no cotidiano institucional; em promover o diálogo e a formação permanente com base em princípios inclusivos; em viabilizar ambientes acolhedores e adaptados para a comunidade escolar; em desenvolver práticas pedagógicas e recursos diferenciados e adequados às especificidades dos/das estudantes; em valorizar a diversidade cultural e histórica dos diferentes grupos étnicos; em combater qualquer atitude racista, discriminatória ou ofensiva.

2.4.4 Educação para a sustentabilidade ambiental

A educação para a sustentabilidade ambiental visa a promover a conscientização e responsabilidade com o meio ambiente, sua preservação e conservação, por meio do uso responsável dos recursos naturais voltado ao desenvolvimento sustentável; a consciência acerca do consumismo; o uso de energias renováveis; o destino adequado para os resíduos sólidos; a adoção de práticas sustentáveis nos diferentes tipos de trabalho e atividades profissionais, industriais e empresariais; e a proteção da biodiversidade.

A sustentabilidade ambiental deve estar prevista nos currículos dos cursos sob o enfoque da Educação Ambiental enquanto tema transversal, articulando ensino, pesquisa e extensão, visando a formar cidadãos conscientes e críticos quanto aos desafios ambientais contemporâneos, especialmente relacionados ao mundo do trabalho e sua relação com os meios de produção.

2.4.5 Avaliação ao longo do percurso formativo

Considerando as concepções de conhecimento, competência e aprendizagem, bem como os princípios pedagógicos acima relacionados, a avaliação, no âmbito do trabalho complexo deve ser permanente e processual, intrínseca às relações de ensino e aprendizagem, não podendo se reduzir a momentos determinados do trabalho educativo, geralmente circunscritos à análise de um produto final.

A avaliação ao longo do processo formativo deve considerar as múltiplas dimensões do processo educativo e deve promover aos estudantes *feedback* contínuo que o auxilie a desenvolver a metacognição para compreender e se engajar em seu processo de aprendizagem.

Ao contrário, vincula-se ao acompanhamento da capacidade do sujeito enquanto estudante, de aprender interferindo no processo, descobrindo novas dimensões, recriando realidades a partir de novos aportes teóricos, das interações com docentes e com colegas. Nesse sentido, a avaliação integra a perspectiva emancipatória expressa nos pressupostos e princípios enunciados nesse texto.

A avaliação está, portanto, articulada a uma concepção de conhecimento que avalia os processos de formação das/os estudantes, em sua capacidade de compreender a complexidade da totalidade a partir da compreensão das partes e das relações que estabelecem entre si.

Tendo em vista essas premissas, concebe-se a avaliação como prática multidisciplinar que, integrando todo o processo pedagógico, tem como objetivo validar as soluções educacionais e seus resultados. Assim compreendida, a avaliação é também o ato de planejar, estabelecer objetivos e verificar seu alcance, envolvendo a tomada de decisão para a melhoria do processo como um todo.

A tomada de decisão deve acompanhar todo o processo de avaliação, possibilitando que se promovam os ajustes necessários para que sejam atingidos os objetivos propostos nos PPCs, inclusive os derivados da dinamicidade dos processos educativos em suas relações com as demandas do processo de trabalho. Tomando por base essa concepção, a avaliação tem por objetivo subsidiar as decisões relativas ao conjunto de atividades formativas que realiza.

2.5 Organização didático pedagógica da instituição

O IFRO atua com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas articulada/integrada e subsequente ao ensino médio, de graduação nas áreas tecnológicas, licenciaturas e bacharelado e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Os cursos do IFRO, nos diferentes níveis e modalidades, estão organizados em conformidade com os princípios, fins e critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas Diretrizes Nacionais para Elaboração dos Cursos de Licenciatura, nas diretrizes para os cursos de Bacharelados e Cursos Superiores de Tecnologia, orientações e especificações contidas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, nas Diretrizes para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas Normas para funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Decretos, Portarias e demais normativas nacionais e institucionais que estiverem vigentes.

2.5.1 Cursos de Extensão e Formação Inicial e Continuada

Os cursos de Extensão e de Formação Inicial e Continuada são horizontais no processo de formação dos trabalhadores e comunidade em geral, ou seja, não correspondem à carreira acadêmica ou escolar, mas sim a necessidades pontuais e diversas, com exceção da Formação Inicial e Continuada, vinculada ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental (PROEJA FIC), com o mínimo de 1.400 horas de duração, de acordo com o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.

Os cursos de Extensão são modalidades formadoras que se dividem em cursos e minicursos. Os minicursos possuem entre 4 e 8 horas, e os cursos com mais de 8 e menos de 40 horas de duração, conforme as características da área, as necessidades do público-alvo e as condições de oferta. Ações formadoras com menos de 4 horas devem ser tratadas como oficinas ou *workshops*.

Os cursos de Extensão desenvolvidos ou previstos para o IFRO são os de capacitação interna e de intervenção pontual para atendimento a demandas da sociedade ou determinado grupo social. Os cursos de Formação Inicial e Continuada se dividem em três grupos. Veja a seguir.

- a) Formação Inicial, com o mínimo de 160 horas, voltado para aqueles que buscam qualificação inicial, inserção no mercado de trabalho ou desenvolvimento de negócios próprios;
- b) Formação Continuada, com o mínimo de 40 horas, apropriado especialmente a grupos de trabalhadores que necessitam de atualização, aprofundamento ou aperfeiçoamento profissional em sua área de atuação, mas aberto ao público em geral também;
- c) Formação Inicial e Continuada, que é restrito ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental (PROEJA FIC), com o mínimo de 1.400 horas de duração, de acordo com o Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, que já tem previsão de ser fomentado no IFRO ao longo da execução desse PDI.

Os cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada são ofertados pelos *campi* e incentivados e regulados pela Pró-Reitoria de Extensão. A Pró-Reitoria coordena, inclusive, a oferta de cursos para demandas específicas, com recursos externos, a exemplo do Curso de Formação Inicial em Direitos da Criança e do Adolescente, constante do Projeto “Escola de Conselhos”, cuja formação é de 200

horas e contempla conselheiros tutelares e conselheiros do direito da criança e do adolescente de todos os Municípios de Rondônia, em parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; e o conjunto de cursos de Formação Inicial para Mulheres em Vulnerabilidade Socioeconômica, do projeto “Empoderamento da Mulher”, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça e Cidadania.

Outras ações de formação extensionista extensiva são incentivadas pelo IFRO, sob o planejamento e a coordenação da Pró-Reitoria e dos Departamentos de Extensão nos *campi*, a partir de iniciativas próprias ou em parcerias, sempre buscando a integração com o ensino e a pesquisa, na perspectiva de promover o intercâmbio e o fluxo de conhecimentos e soluções tecnológicas para a comunidade.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) são, em geral, transitórios, por atenderem a demandas pontuais das comunidades e de políticas públicas de atendimento prioritário, exceto em casos mais específicos de formação continuada ou de formação inicial dentro de determinados segmentos profissionais com demandas frequentes com a finalidade de promover atualizações, adaptações e complementações formativas profissionalizantes. Eles são ofertados, preferencialmente, seguindo os eixos tecnológicos das unidades e as oportunidades de parceria para atendimento.

2.5.2 Os cursos técnicos de nível médio

Os cursos técnicos de nível médio são organizados respeitando-se uma sequência lógico-formativa, de modo a fomentar o desenvolvimento de capacidades em ambientes de ensino que estimulem a busca de soluções e favoreçam o aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem, colaborando, dessa forma, na construção do perfil de formação almejado. Os cursos técnicos de nível médio são ofertados na forma articulada – integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio com diferentes organizações.

Os cursos ofertados na modalidade presencial são subdivididos em bimestres, no caso do Ensino Médio Integrado, e em semestres, no caso dos cursos concomitantes e subsequentes, em concordância com o Regulamento da Organização Acadêmica. A organização curricular dos cursos técnicos, ofertados na forma integrada ao ensino médio, é merecedora de atenção especial, pois engloba no mínimo o núcleo de conhecimentos da formação geral comum, núcleo de conhecimentos específicos da educação profissional e o núcleo politécnico. Todos eles devem articular estar articulados visando à formação integral dos educandos, na perspectiva da politecnia. Esses cursos são organizados em regime anual e devem atender às

Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRO, bem como o documento orientador do currículo de referência vigente.

O Núcleo Comum refere-se à formação geral e é constituído por disciplinas da Base Nacional Comum Curricular correspondendo ao currículo obrigatório, necessário à formação do aluno do ensino médio, com vistas ao preparo para a continuidade na vida acadêmica e à formação para a cidadania, organizadas em conformidade com as áreas do conhecimento indicadas pelo Ministério da Educação: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O Núcleo Profissionalizante compõe-se por disciplinas de acordo com a área profissional, conforme legislação vigente, as quais são agrupadas de forma que as bases tecnológicas, científicas de gestão e de conteúdos constituam ordenação e sequência lógicas para que se propiciem as aprendizagens referentes ao perfil profissional de conclusão do curso.

O Núcleo Politécnico compõe uma parte flexível do currículo, constituído por disciplinas com maior potencialidade de integração entre a formação geral e formação profissional, bem como projetos teórico-práticos que compreendam as práticas-sociais, resolução de problemas, resoluções e propostas para o mundo do trabalho, proposição de soluções para problemas sociais críticos relacionados ao campo profissional (por exemplo, descarte adequado de resíduos, tecnologias verdes etc.).

Além dos três núcleos básicos, há também possibilidades de inserção do núcleo diversificado e núcleo complementar, conforme legislação e normativas vigentes.

O Núcleo Diversificado é constituído pelas disciplinas entendidas como estratégicas para a complementaridade da formação cidadã e profissional. Essas envolvem linguagens aplicadas ao mundo globalizado, atitudes diante das vivências cotidianas e no mundo do trabalho, bem como outros aspectos da formação geral.

O Núcleo Complementar contempla a prática profissional supervisionada da formação pretendida e mostra a amplitude do trabalho na sociedade. Envolve ações de caráter prático, realizadas ao longo do curso, que consolidam as competências necessárias à formação para o mundo do trabalho.

2.5.3 Os cursos técnicos concomitantes e subsequentes

Os cursos técnicos de nível médio, ofertados nas formas concomitante e subsequente, são estruturados em regime semestral e disciplinas organizadas em dois núcleos: um profissional e um complementar, com os mesmos princípios e finalidades desses núcleos na forma integrada ao ensino médio.

2.5.4 Os cursos de graduação

Os cursos de graduação, nas modalidades de Cursos Superiores de Tecnologia (CST), Licenciaturas e Bacharelados, estão organizados de modo a garantir conhecimentos gerais e específicos da área de formação, estabelecendo a relação destes com o mundo do trabalho, com vistas a proporcionar uma formação sólida no perfil de profissional e cidadão ensejados.

Os cursos são organizados em regime semestral, com itinerário formativo, que envolve disciplinas distribuídas em quatro núcleos: de conteúdos básicos, de conteúdos específicos, de conteúdos profissionais/pedagógicos e, ainda, o núcleo complementar, que abrange as atividades científico-culturais, práticas profissionais e trabalho de conclusão de curso.

2.5.5 Os cursos de pós-graduação

Os cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, são cursos de formação continuada abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação com o objetivo de aprofundar conhecimentos, complementar a formação acadêmica e aprimoramento da atuação no mundo do trabalho. Organizam-se como cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

2.5.6 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

O IFRO oferece alternativas didático-pedagógicas para integralização curricular. Aos estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, devidamente aferidos mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Aos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio que não obtiveram aproveitamento satisfatório em um número limitado de disciplinas, estabelecido no Regulamento da Organização Acadêmica, será possibilitado o avanço nos estudos e a oportunidade de cursá-las em outra turma ou com oferta especial, conforme o caso e condições do *campus*, sob a decisão do Conselho de Classe.

Estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação podem matricular-se em outros cursos do IFRO, no mesmo nível de formação, para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção ou por necessidade de cumprimento de currículo em tempo hábil, nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO.

Aos estudantes que necessitem de maior tempo para integralização do curso, há a possibilidade de ampliação do tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos. Para os cursos de graduação e pós-graduação, admite-se também matrícula especial de estudantes advindos de outras instituições, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, além de editais específicos de seleção.

Aos estudantes interessados em ingressar no mercado de trabalho na área de atuação, antes mesmo da conclusão de curso, há a possibilidade de Certificação intermediária no âmbito dos cursos técnicos e tecnológicos, nos termos da legislação vigente, e orientações contidas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia. A certificação intermediária somente será possível se prevista no projeto pedagógico do curso, considerando-se os critérios estabelecidos em regulamentação para a emissão de tais certificações.

2.5.7 Atividades práticas e estágio

A prática de estágio no Instituto Federal de Rondônia é regulamentada pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e por resolução interna, que regulamenta a prática de Estágio dos Cursos Técnicos e Superiores do IFRO.

2.6 Políticas institucionais

2.6.1 Políticas de ensino

2.6.1.1 Políticas de ensino para formação inicial e continuada

A Formação Inicial e Continuada, com previsão de oferta pelos Institutos Federais no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho, para a elevação de escolaridade e para aprimoramento, aprofundamento e atualização profissional, segundo a regulamentação específica do IFRO.

Os cursos podem resultar de iniciativas da instituição, de atendimento a programas e projetos específicos ou de acordos ou convênios firmados entre o Instituto e outras entidades, tais como instituições públicas, empresas privadas, fundações, ONGs, entre outras.

A autonomia sobre a criação de cursos pelos Institutos se estende à Formação Inicial e Continuada. Os itinerários formativos devem desenvolver aptidões para a vida produtiva e social, de modo a promover a inclusão produtiva e a ampliação de conhecimentos nas diversas áreas.

Os cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada se diferenciam entre si, portanto, pela carga horária e pela forma como se integram nas experiências do público-alvo, como ponto de partida em uma qualificação ou como ampliação de conhecimentos e experiências já desenvolvidos.

O IFRO considera importante prever, neste PDI, uma oferta em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) correspondente a um percentual de até 30% do total das vagas planejadas para os cursos técnicos de nível médio e de graduação. Tais ofertas devem ser tratadas como transitórias, contudo, devem ser planejadas observando-se a disponibilidade de carga horária docente (no semestre) e os eixos tecnológicos atendidos pelas unidades, com vistas à promoção da verticalização dos estudos.

Também não é mensurável por antecipação a quantidade de turmas, cuja variabilidade é decorrente da diversidade de condições de oferta dos cursos (geralmente adota-se uma a duas turmas por curso). A quantidade de alunos por turma é também variável e deve ser definida conforme a natureza da formação, o perfil do público-alvo e a demanda existente, mas sempre observando os limites estabelecidos em regulamentações específicas para essas finalidades. A oferta dos cursos pode ocorrer de forma exclusivamente presencial; exclusivamente a distância, ou presencial e a distância, a qualquer tempo durante o ano letivo, conforme as condições de oferta dos *campi* e seus polos de apoio. Tal oferta se dará não somente nas unidades do IFRO, mas também em ambientes de parceiros ou grupos demandantes, para melhor aproveitamento de infraestrutura, serviços de suporte e condições de acesso. Assim, os cursos podem ocorrer em sindicatos, associações, cooperativas, empresas e outros espaços, desde que atendam às condições de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

2.6.1.2 Políticas de ensino para a educação profissional técnica de nível médio e para a graduação

As políticas definidas para o ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão pautadas nos pontos a seguir.

- No trabalho como princípio educativo;
- Na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- Na identidade institucional enquanto instituição da EPT inclusiva, democrática, inovadora e plural para a classe trabalhadora;
- Nos princípios e bases da EPT para a classe trabalhadora, na perspectiva da emancipação social, na elaboração dos programas e projetos de cursos;

- Na formação omnilateral e politécnica; teórico-prática; integral e integrada, do estudante para a vida e o mundo do trabalho;
- Na articulação entre os arranjos produtivos, sociais e culturais locais no currículo;
- Nos princípios da educação inclusiva e educação para a diversidade; da sustentabilidade ambiental na perspectiva crítico-social e na cultura de paz;
- Em um paradigma que supere a sobreposição entre os campos do conhecimento que compõem o currículo das nossas ofertas;
- Na investigação científica, a fim de promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação tecnológica, firmando o compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão;
- No fortalecimento da relação entre a EPT e a Educação Básica, a partir da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, introduzindo o jovem no universo temático do mundo do trabalho/ciência/tecnologia e na cultura, dimensões indissociáveis;
- Na aproximação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à EPT (PROEJA).
- Na avaliação formativa integrada ao longo do processo de aprendizagem;
- Na perspectiva de buscar soluções e engajamento social para as questões críticas da sociedade contemporânea (deterioração do meio ambiente, desigualdade social, exclusão, preconceito, discurso de ódio etc.).

Desafios

- Inclusão Social: dimensionando a EPT a partir do reconhecimento de demanda que resulta da exclusão dos processos de formação de milhares de pessoas;
- Inclusão Produtiva: reconhecer e incluir nas ações próprias da EPT, espaços e modelos produtivos tidos como periféricos;
- Reconhecimento de conexões intrínsecas entre a Educação Básica e Superior; entre formação humana, científica, cultural e profissionalização; e entre Educação Geral e Profissional;
- Oferta de cursos respeitando as diversidades e peculiaridades regionais, tendo como foco a formação reflexiva, crítica, criativa e comprometida com o desenvolvimento social e a preservação ambiental;

- Promoção, no processo de ensino e de aprendizagem, de conhecimentos teórico-práticos, acumulados historicamente pela humanidade, integrando ensino, pesquisa e extensão, visando a uma formação politécnica que permita ao/à estudante transformar sua própria realidade e a realidade social;
- Integração do ensino, pesquisa e extensão: é necessário criar condições alcançáveis, tanto em termos materiais e físicos quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula e que outros/novos espaços de aprendizagem e saberes devem ser considerados nos processos de ensino e de aprendizagem;
- Promoção de espaços mais acolhedores no ambiente escolar;
- Integração entre teoria e prática de forma significativa, por meio de organização curricular que contemple intervenções e vivência que oportunize a inter-relação dos conhecimentos teóricos e práticos essenciais, favorecendo a formação profissional e a autonomia do aluno;
- Articulação das demandas sociais do mundo do trabalho nos currículos de educação profissional, com a oferta de cursos organizados com margem de flexibilização para as especificidades locais;
- Articulação dos princípios e proposições contidas no projeto pedagógico com a gestão institucional e com os processos de acompanhamentos e avaliação continuada da formação efetivada;
- Promover formação continuada para o fortalecimento da identidade do IFRO enquanto instituição da EPT, valorizando os princípios da politecnia, da formação omnilateral, da emancipação humana, da transformação social, do trabalho como princípio educativo e categoria central da vida humana etc.;
- Melhorar os processos de avaliação institucional e de uso dos dados coletados para alimentar novos planejamentos para o ensino;
- Construir o currículo de referência prioritariamente para o Ensino Médio Integrado e posteriormente para outras modalidades de ensino;
- Atualizar regulamentações específicas, redimensionando os cursos existentes e criando novos, com base nas demandas e diretrizes.

Para o enfrentamento destes desafios, é necessário conhecer profundamente a realidade em que os *campi* estão inseridos, estabelecer com clareza as suas identidades e as suas áreas de atuação, levantando as demandas e possibilidades por meio de estudos que embasam a tomada de decisão sobre as ofertas

e direcionam para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos que possibilitem ao estudante atingir seus objetivos e permitam à instituição atender às demandas de desenvolvimento regionais e locais.

O ensino no Instituto Federal de Rondônia deve ser desenvolvido conforme os princípios da educação politécnica; de reflexão crítica; de atendimento solidário, ação responsável, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos. Tendo em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso aplicado e à valorização das peculiaridades regionais.

Quanto ao aspecto legal, as políticas de ensino do Instituto Federal de Rondônia estão pautadas pelas normas a seguir.

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações, que institui as Diretrizes e Bases para Educação;
- Plano Nacional de Educação;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, em conformidade com a modalidade/formação;
- Diretrizes e Normas para Oferta dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Diretrizes para oferta de cursos de mestrado e doutorado profissionais no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*;
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
- Políticas de Educação Ambiental;
- Políticas de Inclusão;
- Resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, dos conselhos profissionais.

No âmbito do IFRO, conduzem o desenvolvimento do ensino as seguintes normativas.

- Regimento Geral do IFRO;
- Regimento Geral dos *Campi*;
- Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos Técnicos de Nível Médio e cursos de Graduação;
- Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRO;
- Documento orientador – Currículo de Referência para o Ensino Médio Integrado;
- Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- Regulamentações específicas para elaboração/reformulação de projetos de curso, de estágio, de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Regulamento do NAPNE, dentre outros núcleos;
- Regulamento dos programas de curricularização da extensão.

2.6.2 Políticas para a pós-graduação

Os cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* são cursos de educação continuada, com o objetivo de complementar a formação acadêmica; atualizar e integrar competências técnicas; proporcionar ao estudante novas informações; incentivar a inovação, conhecimentos especializados; e conferir nível elevado, padrão técnico-científico, e profissional no exercício das funções correspondentes à área de formação; além de serem ferramentas essenciais para a emancipação dos indivíduos e desenvolvimento da sociedade.

No IFRO, a oferta de cursos de pós-graduação está condicionada à verticalização da produção do conhecimento nos eixos tecnológicos de atuação institucional e para o atendimento das demandas identificadas nas áreas de atuação do IFRO, desde que atendidas condições de oferta, como infraestrutura, corpo docente qualificado e carga horária compatíveis.

As políticas definidas para o ensino da pós-graduação no IFRO estão pautadas nos pontos a seguir.

- Formação omnilateral e politécnica de trabalhadores, teórico-prática, integral e integrada, do estudante para o mundo do trabalho;
- V complementaridade e aprofundamento do conhecimento em determinada área de estudo nas quais o IFRO possui profissionais qualificados e *expertise* de ofertas;
- Nos princípios da educação inclusiva e educação para a diversidade; da sustentabilidade ambiental na perspectiva crítico-social e na cultura de paz;
- Fortalecimento dos currículos que valorizem a diversidade, a inclusão, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento regional, a cultura. E que proporcionem aperfeiçoamento e aprendizagem continuada;
- Papel indutor do desenvolvimento regional, prioritariamente os cursos de mestrado;
- Integração com a realidade da demanda regional local, pela conexão e relação direta com a extensão;
- A capilarização da oferta da pós-graduação no estado de Rondônia, como mecanismo de cumprimento da missão precípua da Rede Federal, que é a interiorização do ensino, da pesquisa e da extensão com qualidade inovadora.

Desafios

- Manter e aprimorar a oferta da pós-graduação e atualizar regulamentações específicas, redimensionando os cursos existentes e criando novos, com base nas demandas e diretrizes;
- Promover alinhamentos das ações da pós-graduação em todos os *campi* do IFRO, valorizando a ampla divulgação de cursos; realização de eventos para alunos; capacitação de docentes e equipe pedagógica; entre outras atividades pertinentes;
- Fortalecer os programas de mobilidade para a vinda de professores de outras instituições do país e estrangeiras, referências em áreas que o IFRO possui interesse em implantar e fortalecer em cursos de pós-graduação;
- Manter e ampliar a oferta de cursos de mestrado profissional e acadêmico;
- Adotar indicadores da rede federal para a avaliação da pesquisa e da pós-graduação *lato sensu* e acompanhamento dos cursos *lato* e *stricto sensu*.

2.6.3 Políticas de pesquisa e inovação

2.6.3.1 Concepção pedagógica da pesquisa

A pesquisa é componente pedagógico indissociável do ensino e da extensão, visa ao desenvolvimento e à ampliação do conhecimento na perspectiva da formação omnilateral, que objetiva o homem completo pelo trabalho produtivo e pela vida em sociedade.

Na perspectiva adotada pelo IFRO, a pesquisa constitui-se em dimensão pedagógica associada ao desenvolvimento de conhecimentos e saberes que, para além da aplicação específica em determinada área, contribui, de modo determinante para o desenvolvimento do indivíduo, da região e da sociedade.

O desenvolvimento da pesquisa deve compreender, de um lado, a dimensão da produção do conhecimento básico como forma de articulação entre as áreas finalísticas institucionais e, de outro, deve ocorrer numa dialética que envolve a prospecção de demandas (instituições específicas), o desenvolvimento de soluções inovadoras, a partir da pesquisa aplicada e a disseminação (entrega da solução) à comunidade demandante.

2.6.3.2 Diretrizes para as políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação no IFRO

A pesquisa, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, deve ter como objetivo o desenvolvimento humano e social, valorizando a ciência como princípio formativo central na formação do cidadão, na plenitude da sua condição humana e em melhorias para a humanidade e o meio ambiente.

No Instituto Federal de Rondônia, o desenvolvimento da pesquisa deverá atender às diretrizes estabelecidas pela comunidade acadêmica, com o propósito de nortear a ação institucional no âmbito da pesquisa, da inovação e da pós-graduação.

Para dar fulcro às concepções pedagógicas delineadas para a pesquisa, o IFRO formula sua Política de Pesquisa em torno de estabelecer as condições para o desenvolvimento de pesquisas e soluções alinhadas às demandas da sociedade num movimento de “qualificação da pesquisa”, cujo desdobramento prático resultará em diferencial na formação dos acadêmicos. Ao tempo que se estimula o diálogo interdisciplinar, em virtude de uma maior interação e integração entre os pesquisadores, fomentando, de um lado, a prática da complementaridade de suas capacidades e, de outro, as especialidades do conhecimento, propiciando maior capacidade de inovação.

O principal objetivo da política institucional de pesquisa é definir as diretrizes e fomentar projetos e bolsas de pesquisa e inovação para servidores, alunos e pesquisadores parceiros para desenvolverem projetos em áreas de atuação do IFRO, como uma atividade indissociável dos processos de ensino e de aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, a pesquisa e inovação tecnológica representam os eixos formativos para os alunos que ingressam no IFRO.

As temáticas desenvolvidas têm relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos e advém de demandas sociais, produtivas e culturais. Como resultado, o IFRO forma profissionais capazes de identificar problemas, propor causas e possíveis soluções, além de executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

Como resultado desse modelo indissociável e complementar em que professores/pesquisadores – estudantes/pesquisadores – sociedade/demandante interagem de modo mais fluido, espera-se maior avanço na proposição de soluções técnicas e tecnológicas de problemas reais da comunidade. Ademais, vislumbra-se o aumento da produção científica e tecnológica na instituição.

As diretrizes expostas a seguir, orientam o desenvolvimento da pesquisa a partir do reconhecimento da sua dimensão pedagógica: o fomento e a consolidação da pesquisa básica e aplicada; o fomento à verticalização das ofertas em nível *lato* e *stricto sensu* e; o fomento à inovação por meio da articulação dos laboratórios de pesquisas, dos *habitats* de inovação como os Centros de Inovação Tecnológica – CITs e dos Espaços *Maker*.

As políticas estabelecidas para o desenvolvimento da pesquisa, inovação e pós-graduação no IFRO estão assentadas nos seguintes pontos.

- Na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- No reconhecimento e fortalecimento da dimensão pedagógica da pesquisa;
- Na consolidação e fortalecimento da pesquisa básica articulada com o ensino e a extensão;
- No fomento direto para a consolidação e desenvolvimento da pesquisa aplicada alinhada às demandas da sociedade, aos Arranjos Produtivos e ao desenvolvimento local e regional;
- No incentivo, articulação e suporte ao uso dos ambientes multiuso (espaço *Maker* e CITs) em favor da pesquisa e da inovação;

- Na promoção da inovação articulada à extensão, com a finalidade de garantir o acesso pela comunidade dos serviços e produtos resultados da inovação;
- Na instituição de programa permanente de incentivo à captação de recursos externos destinados à pesquisa e inovação;
- Na manutenção e ampliação dos incentivos à publicações qualificadas para implantação e manutenção de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Desafios

- Criar mecanismos e processos que viabilizem a integração do ensino, da pesquisa e da extensão nas propostas de projetos de ensino, pesquisa e extensão, na organização de comissões de trabalhos, na criação de regulamentos das áreas finalísticas, nos processos de gestão setoriais das áreas finalísticas etc.;
- Promover formação continuada aos servidores na perspectiva da integração entre ensino, pesquisa e extensão, da dimensão pedagógica da pesquisa e da extensão, do uso de ambientes multiuso como o Espaço *Maker* e CITs;
- Criar e fortalecer ambientes promotores e *habitats* de inovação;
- Fortalecer as ações do Observatório para subsidiar propostas de pesquisa, projetos e cursos;
- Aprimorar as Políticas institucionais de pesquisa, de incentivo à comunicação e participação em eventos, assim como a Política Institucional de Pós-Graduação e de Inovação Tecnológica;
- Ampliar e incentivar o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Inovação Tecnológica de acordo com os critérios da Política Institucional de Pesquisa e do Regulamento, para pagamento de bolsas e taxas de bancada;
- Fomentar e estruturar grupos de Pesquisa, seguindo os critérios do Diretório de Grupos de Pesquisa e da Regulamentação dos Grupos de Pesquisas do IFRO;
- Ampliar e/ou manter a realização de eventos organizados ou não pelo IFRO, mas voltados ao caráter científico e tecnológico, como palestras, *workshops*, seminários e congressos, com apresentação de trabalhos e resultados de pesquisas científicas;

- Promover a Inovação tecnológica através do desenvolvimento de produtos, processos, *softwares* ou *marketing*, passíveis de registro de propriedade intelectual em órgãos competentes, como o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI);
- Aumentar o percentual de ativos de propriedade intelectual licenciados ou transferidos em relação à totalidade dos produtos tecnológicos que resultaram em ativos de propriedade intelectual;
- Ampliar o leque de prestação de serviços, por meio dos ambientes de inovação;
- Desenvolver nos alunos o espírito investigativo, preparando-os para que se tornem capazes de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- Criar oportunidade para capacitação profissional constante, tendo a pesquisa como princípio educativo;
- Direcionar as atividades de pesquisa para a busca de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às necessidades da sociedade;
- Valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, incentivando-os a participar de atividades de pesquisa e inovação.

2.6.4 Políticas de extensão

A extensão é um dos elementos componentes indissociáveis da ação pedagógica nos Institutos Federais. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa a democratizar o acesso aos conhecimentos e a contribuir para uma educação que considere a omnilateralidade do ser humano na construção de uma sociedade ética e solidária.

A extensão, segundo a Lei nº 11.892/2008, pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso à educação, à ciência e à tecnologia para os demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”.

Na relação ensino-pesquisa-extensão, amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático

em resposta às necessidades que emergem da articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Os objetivos das atividades de extensão devem estar voltados para o desenvolvimento da sociedade; a interação entre servidores e comunidade externa; a articulação entre o IFRO e outras instituições públicas e privadas, empresas e entidades; a integração com o ensino e a pesquisa; a produção tecnológica e difusão cultural; a indução do desenvolvimento regional; a sustentabilidade socioeconômica e ambiental; o atendimento prioritário em favor da inclusão social; e o incentivo à geração de negócios e produtos inovadores.

Os cursos de extensão se integram nas ações gerais de extensão e possuem natureza semelhante à dos cursos de formação continuada, dos quais se diferem apenas por sua carga horária, que parte de 4 horas e é inferior a 40 horas. Esses cursos também devem ser ofertados com um projeto pedagógico previamente definido, para atendimento a demandas específicas internas e externas ao IFRO. Portanto, tais cursos são voltados para profissionais que já possuem experiências e formação profissional prévia, como forma de superação de lacunas de conhecimento que interferem no cotidiano dos trabalhadores ou pessoas, em geral da comunidade. Sua oferta, na forma de minicursos, é bastante apropriada em eventos. Nessas e em outras situações, responde rapidamente às demandas que surgem.

As políticas que regulam e orientam a extensão no IFRO, atravessam todas as modalidades desenvolvidas pela rede de Institutos Federais, sejam as políticas de governo ou de Estado, comuns a todos os institutos, sejam as políticas desenvolvidas internamente, por meio de programas, projetos e atividades com recursos próprios e apoio de parceiros.

2.6.4.1 A política de extensão deve atender aos seguintes princípios:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Caráter pedagógico da extensão no currículo e na formação do estudante;
- Papel sociocultural da extensão;
- Identidade institucional enquanto instituição da EPT inclusiva, democrática, inovadora e plural para a classe trabalhadora;
- Reconhecimento e fortalecimento da dimensão pedagógica da extensão;
- Acompanhamento efetivo de egressos;

- Fortalecimento de parcerias com setores produtivos, instituições públicas e privadas para o desenvolvimento das atividades finalísticas do IFRO;
- Princípios da educação inclusiva e educação para a diversidade;
- Sustentabilidade ambiental na perspectiva crítico-social e na cultura de paz;
- Formação de trabalhadores para a transformação social, desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida da sociedade e das populações vulneráveis do campo e das cidades;
- Interação dialógica entre segmentos da sociedade;
- Modelos de fomento e política institucional de extensão como instrumento de integração e desenvolvimento;
- Integração quanto ao uso dos espaços institucionais (CITs e Espaços *Maker*) para atendimento das demandas da comunidade;
- Interdisciplinaridade no atendimento às demandas formativas e sociais;
- Desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das estruturas e relações de poder existentes, incentivando ações coletivas, parcerias e outras formas de colaboração para enfrentamento dos desafios sociais e econômicos de forma mais justa e sustentável.

Desafios

- Implementar modelos de fomento à política institucional de extensão para fomentar o empreendedorismo; o cooperativismo; as empresas júnior; a rede inova; projetos institucionais de extensão; a curricularização; as Fábricas de *Software*, como instrumentos de integração entre com o ensino, a pesquisa e a sociedade;
- Compreender a extensão enquanto componente pedagógico curricularizado para a formação do estudante e enquanto ação indutora do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e tecnológico local;
- Fomentar as ofertas de cursos FIC atendendo aos eixos tecnológicos das unidades;
- Fortalecer o papel pedagógico e sociocultural da extensão;
- Fortalecer a relação com a sociedade e os setores produtivos com vistas ao atendimento das demandas dos APLs;

- Desenvolver mecanismos eficazes para acompanhamento de egressos com a perspectiva de ampliar a inserção regional da instituição;
- Consolidar parcerias na perspectiva de captação de recursos e no atendimento a demandas estratégicas da região;
- Ampliar as parcerias para oferta de estágios e outros programas de aprendizagem;
- Estabelecer mecanismos de gestão das parcerias (projetos e programas) através de indicadores de qualidade;
- Atuar de modo indissociável com o ensino e a pesquisa, garantindo o processo formativo e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade;
- Gerar impacto e transformação social, por meio de ações entre o IFRO e a sociedade, proporcionando o desenvolvimento local e regional, além da melhoria da qualidade de vida das populações;
- Promover o aprimoramento na formação do estudante envolvido na atividade, visando a ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos, culturais e de cidadania;
- Estabelecer interação dialógica com diferentes segmentos da sociedade para promoção da troca de conhecimentos e saberes, juntamente com o desenvolvimento de ações mútuas;
- Discutir e implementar modelos de fomento à política institucional de extensão como instrumento de integração e desenvolvimento;
- Articular, junto às comunidades interna e externa, o uso dos espaços institucionais (CITs e Espaços *Maker*), integrando ensino, pesquisa e extensão, para atendimento das demandas da comunidade;
- Garantir a interdisciplinaridade no atendimento às demandas formativas e sociais.

Confira as modalidades de extensão para o alcance dos objetivos institucionais são.

- Programa: diretriz de caráter orgânico-institucional, que articula projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços, produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino e da pesquisa e inovação.

- Projeto: conjunto de ações processuais, inter-relacionadas e contínuas, que propiciam a relação teoria-prática e envolvem docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade, vinculados ou não a um programa.
- Cursos de Extensão: cursos de atualização ou qualificação profissional que objetivam a atualização e ampliação dos conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área específica do conhecimento, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas e máxima de 40 (quarenta) horas.
- Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC): cursos de formação profissional das pessoas em geral ou grupos de trabalhadores em específico, com oferta não regular, em atendimento às necessidades de atualização e aperfeiçoamento profissional e às demandas dos setores produtivos locais e regionais, cuja carga horária parte de 40 horas (formação continuada) ou 160 horas (formação inicial).
- Eventos culturais, sociais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos: compreende ações com a participação da comunidade externa e interna.
- Fomento a estágio e emprego: está voltado para a inserção dos estudantes do IFRO no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, da captação de recursos, do levantamento de demandas e da prospecção de oportunidades de estágio e emprego no setor produtivo.
- Fomento ao emprego e renda: defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para proprietários rurais, formas cooperadas ou associadas de produção, empresas incubadas e empreendedores em geral, estimulando a proatividade e a inovação, preferencialmente em articulação com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).
- Desenvolvimento tecnológico: envolve propostas de desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos e processos, bem como prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas para consultoria, assessoria, laudos técnicos e outros produtos ou serviços, com agregado tecnológico para os setores produtivos.
- Visitas técnicas: visitas orientadas de alunos e professores a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso aplicado, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que podem ser computadas como aula, quando envolve toda a respectiva turma.
- Visitas gerenciais: interação das áreas da gestão do IFRO com o mundo do trabalho, visando ao estabelecimento de parcerias e acordos que contribuam para o aprimoramento dos processos de ensino, pesquisa e extensão.

- Relações interinstitucionais: intercâmbio e acordos de cooperação, como instrumento de melhoria do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão.
- Acompanhamento de egressos: ações implementadas que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
- Empreendedorismo e associativismo: difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais.
- Prestação de serviços: são atividades realizadas junto à comunidade externa e que permitem o desenvolvimento de produtos, processos, sistemas, tecnologias, treinamentos, consultorias, assessorias, vistorias, perícias, ensaios e análises laboratoriais; de natureza acadêmica ou administrativa; de domínio do IFRO; e de interesse para o desenvolvimento regional.

Essas modalidades de extensão podem ser agrupadas em quatro conjuntos de investimento: 1) cursos de Extensão e de Formação Inicial e Continuada; 2) desenvolvimento de projetos de extensão e atividades formadoras; 3) estabelecimento de parcerias com o setor produtivo e instituições; e 4) prestação de serviços.

2.6.4.2 Projetos de extensão e as atividades formadoras

Os Projetos de Extensão são tipos de ações da extensão que podem ser desenvolvidos em diversos meios: nos *campi*, nas comunidades, nos ambientes de entidades e empresas parceiras, dentre outros, sempre na perspectiva da ampliação e reconhecimento dos espaços de aprendizagem que podem e devem ser múltiplos e diversos.

Indica-se que estejam vinculados a projetos de pesquisa, quando se trata de experimentações, desenvolvimento de unidades demonstrativas, testes, modelagens e outras formas de geração de produtos ou metodologias de serviço. Os projetos de intervenção para induzir o desenvolvimento regional são prioritários, razão pela qual são lançados editais para fomento de práticas de empreendedorismo, assim como são prioritários aqueles voltados para atendimento a grupos em vulnerabilidade socioeconômica, para resolução de problemas ambientais e para o desenvolvimento de tecnologias sociais.

O desenvolvimento de práticas empreendedoras e de inovação tecnológica se materializa nos diversos tipos de projeto formulados a partir da identificação das demandas nas unidades, considerando, sempre, o Arranjo Produtivo e Social Local (APL) no qual está inserida, visto que uma das finalidades dos Projetos de Extensão é o fortalecimento dos APLs.

Os APLs são aglomerações de empresas, produtores e instituições que desenvolvem negócios em uma região, dos quais os Institutos fazem parte como instituições indutoras do desenvolvimento. Os cursos profissionalizantes, as pesquisas aplicadas e a extensão tecnológica são as linhas de ação mais objetivas de intervenção positiva nestes arranjos.

Parte significativa da atuação extensionista do IFRO são as práticas culturais e artísticas, as quais devem ser tratadas, não apenas como ações e eventos, mas, e principalmente, como práticas curriculares que fazem parte dos programas dos cursos, conforme estabelece a política de arte e cultura formulada no Instituto. Todavia, tais ações também devem ser temas de projetos institucionais e locais como resultado de ações estruturadas pedagogicamente.

As atividades formadoras, além dos cursos de Extensão e de Formação Inicial e Continuada e da prática geral de extensão, envolvem as visitas técnicas e as atividades de estágio.

As visitas técnicas são atividades com estudantes, propostas no âmbito das disciplinas ou dos cursos, como forma de vivenciar condições reais de trabalho de forma pontual e específica, nos ambientes externos de empresas ou instituições, sob a orientação docente. Essas visitas podem consistir em atividades de verificação de produtos ou processos, em instrução dos estudantes e docentes aos proprietários ou representantes institucionais (como visitas gerenciais) ou tanto em verificação quanto em instrução ao mesmo tempo (como visitas técnicas e gerenciais).

O estágio é uma atividade de formação incentivada aos cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, cuja realização e procedimentos estão descritos no projeto dos cursos e em regulamentos próprios. Portanto, sua prática deve estar devidamente alinhada com o ensino.

2.6.4.3 Parcerias

As parcerias com o setor produtivo e instituições governamentais e não governamentais se materializam por meio de acordos, convênios, termos de descentralização e ações conjuntas de desenvolvimento de programas, projetos e ações específicas identificadas a partir de demandas.

Tais modalidades de ação extensionista envolvem o atendimento à políticas já estabelecidas; à captação de recursos externos; e à disponibilização de infraestrutura e recursos próprios para as ações em favor do desenvolvimento local e regional.

As parcerias são estabelecidas de forma abrangente e sistêmica, entre o IFRO e as empresas e instituições ou, localmente, entre os *campi* e os agentes externos e devem considerar a missão, a visão e os valores institucionais, bem como as áreas estratégicas de atuação do IFRO.

Além das parcerias firmadas com finalidades específicas, devem ser consideradas também as participações em Editais e Chamadas Públicas que envolvem o fomento para o desenvolvimento de projetos especiais, de fomento ao desenvolvimento tecnológico e para o fortalecimento dos Centros de Inovação Tecnológica (CITs), dos Espaços *Maker* e demais estruturas institucionais voltadas para as atividades extensionistas ou para ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido nas diretrizes deste PDI.

2.6.4.4 Prestação de serviços

Além dos serviços de formação profissional, o IFRO também oferece assessorias técnicas, que incluem orientação vocacional, instruções para processos produtivos, desenvolvimento de negócios, assessoria às instituições governamentais na elaboração de projetos de interesse comunitário, realização de estudos e desenvolvimento de soluções, entre outros, por meio da extensão técnica e tecnológica.

A transferência de tecnologia é outro serviço fundamental, que envolve a geração e o uso de produtos e serviços inovadores para a sociedade e para o setor produtivo.

A Rede de Incubadoras do IFRO (Redinova), os Centros de Inovação e Tecnologia (CITs) e os Espaços *Maker* devem ser espaços indutores dos processos de desenvolvimento de tecnologia e inovação nas mais diversas áreas de atuação institucional.

A ação extensionista do IFRO agregou novos e desafiadores empreendimentos de parcerias com efeitos absolutamente positivos para a identidade e o reconhecimento institucional junto à comunidade regional, para a ampliação da captação extra de recursos orçamentários e, sobretudo, para a construção de *expertises* institucionais em áreas de interesse estratégico. Para a sociedade, os resultados significam a ampliação da cidadania, além de mais e melhores oportunidades e dignidade. Para o IFRO, tais ações consolidam a visão institucional de reconhecimento perante a sociedade e servem como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental.

A certificação de competências é um serviço planejado ainda a ser implantado pelo IFRO para viabilizar o atendimento às necessidades de reconhecimento das experiências dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, conduzi-los a processos de formação ainda não iniciados ou experimentados em sua trajetória profissional. Com essa política, há um fomento da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada e a ampliação das oportunidades de trabalho nas condições em que se exige a certificação ou o reconhecimento de saberes até então informais.

2.6.5 Relações e parcerias com a comunidade e com instituições

As relações do Instituto Federal de Rondônia com a comunidade são marcadas por diversas ações, programas e projetos que se estabelecem por meio da diversidade de áreas do conhecimento atendidas pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão.

As atividades de ensino reforçam as parcerias com a comunidade por meio da oferta de cursos que atendem as necessidades regionais; os programas de incentivo à permanência, que impactam social e economicamente a sociedade; e os programas de assistência estudantil, que viabilizam a permanência e o êxito dos estudantes nas atividades acadêmicas e extracurriculares, bem como sua participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos.

A pesquisa desenvolvida na Instituição tem proporcionado a sua inserção local, regional, nacional e internacional. Vários são os grupos de pesquisa que realizam intercâmbio, troca de experiências e conhecimentos com grupos consolidados dentro e fora do Brasil.

Os trabalhos e resultados alcançados são reconhecidos e utilizados para promover mudanças significativas na sociedade rondoniense.

A extensão do IFRO tem contemplado diversas ações de cunho científico, tecnológico, social, cultural e econômico, que proporcionam o fortalecimento de parcerias com a comunidade e instituições públicas e privadas. Dentre essas ações, pode-se destacar o que segue.

- Promoção de eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos;
- Estabelecimento de parcerias por meio de Convênios e Termos de Cooperação com diferentes instituições públicas e privadas em âmbito local, regional e nacional, além dos Acordos Internacionais;
- Participação em Fóruns, Conselhos, Câmaras, Núcleos e outros órgãos de fomento e apoio ao desenvolvimento regional;
- Viabilização de estágio obrigatório e não obrigatório por meio de cooperações técnicas;
- Acompanhamento de egressos, por meio de ações que estabeleçam a relação entre egressos instituto-mercado de trabalho-sociedade;
- Viabilização do registro dos projetos pedagógicos dos cursos nos órgãos de regularização profissional correlatos.

Ademais, projetos que fortalecem a infraestrutura do estado e que promovem o fortalecimento da sociedade civil têm sido incorporados pelo IFRO, a exemplo do projeto “Saber Viver” resultado de parceria com a FUNASA; o Projeto Geo Rondônia, resultado de parceria com o INCRA; o Projeto Cidades Inteligentes e Informatização Escolar, resultado de articulações com a Bancada Federal de Rondônia; o projeto Mulheres de origem; e o projeto Famílias Fortes também são exemplos de sucesso nessa sólida relação que o IFRO mantém com a comunidade do estado de Rondônia e que devem ser fortalecidos e consolidados ao longo do próximo período.

2.6.6 Política de acompanhamento dos egressos

A Política de Acompanhamento de Egressos do IFRO é constituída de ações, projetos e atividades articuladas entre ensino, pesquisa e extensão, que visam ao cadastramento, ao acompanhamento, à formação continuada, à inclusão e inserção dos egressos no processo produtivo, ao encaminhamento para o mundo do trabalho e à manutenção do vínculo institucional com os antigos estudantes.

A Política de Acompanhamento de Egressos do IFRO constitui-se em um instrumento pedagógico que regula as condições de organização e funcionamento das ações

de extensão voltadas para os egressos, em consonância com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional, Estatuto, Regimento Geral e nos demais atos normativos internos do IFRO.

Define-se egresso o estudante que tenha cursado integralmente todo e qualquer curso ofertado pelo IFRO, seja de formação inicial e/ou continuada, técnico, graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial ou a distância.

O acompanhamento de egressos permite a produção do conhecimento organizacional mediante a avaliação das formações profissionais ofertadas pelo IFRO, de forma a indicar a pertinência dos currículos dos cursos às demandas do setor produtivo, a reorganização e atualização dos processos formativos institucionais, bem como subsidiar a criação de novos cursos ou promover ajustes curriculares nos cursos já ofertados.

São atividades próprias de Acompanhamento de Egressos do IFRO. Veja a seguir.

- Pesquisa sobre inserção profissional e empregabilidade;
- Levantamento de informações acerca do ensino ofertado no IFRO e sua adequação à realidade do mercado de trabalho e área de formação;
- Pesquisa sobre inserção social enquanto atuação cidadã e formação humanística promovida pelo IFRO;
- Promoção de encontros anuais, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização e o envolvimento dos egressos;
- Manutenção do vínculo com os egressos, por meio de produtos e serviços, oferta de cursos, a fim de promover práticas contínuas e coletivas de benefício mútuo;
- Fomento às atividades de integração entre egressos e alunos em formação, visando à troca de informações e experiências;
- Atualização cadastral dos egressos;
- Criação de banco de currículos de egressos;
- Organização de cadastro de instituições e empresas que atuam nas áreas afins à formação dos egressos do IFRO;
- Divulgação de oportunidades de atuação profissional, concursos, trabalho e emprego.

A atividade do acompanhamento de egressos é coordenada e acompanhada no âmbito do IFRO pela Pró-Reitoria de Extensão, de forma articulada com os *campi* e as Pró-Reitorias de Ensino, Desenvolvimento Institucional, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

O planejamento, acompanhamento e a execução das ações institucionais para os egressos no âmbito dos *campi* são realizados pelo Departamento de Extensão (DEPEX), por meio da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC).

2.6.7 Políticas de internacionalização

Entende-se por políticas de internacionalização o conjunto estruturado de iniciativas, programas, projetos e ações desenvolvidas pelas instituições com a finalidade de promover as condições necessárias para que os conhecimentos produzidos pela organização possam ser dinamizados nos circuitos internacionais de produção do saber.

2.6.7.1 Caracterização das políticas de internacionalização

O IFRO deve estimular, por meio da sua política de internacionalização, a compreensão de que as ações de internacionalização são um meio para a promoção do respeito a diferentes culturas e, conseqüentemente para o desenvolvimento de uma cultura de paz, superando a ideia de que os programas de internacionalização possuem fim em si mesmos, de forma a garantir que as ações de internacionalização sejam integradas às ações de ensino e de pesquisa.

2.6.7.2 Princípios e diretrizes para a internacionalização

A concepção sob a qual o IFRO formula seu programa de internacionalização está fundamentada nos princípios norteadores da internacionalização da RFEPCT. Assim, nosso programa de internacionalização é compreendido como estratégico para qualificar o desempenho institucional e a excelência acadêmica. O instituto participa do entendimento que a internacionalização está intrinsecamente relacionada com a cultura organizacional da Rede Federal, reafirmando a natureza social do instituto e o espírito global da produção e circulação do conhecimento, decorrente do compromisso das instituições com o processo de geração e difusão do conhecimento e melhoria da sociedade.

As diretrizes discutidas pela comunidade do IFRO para delinear a política de internacionalização a ser praticada no período assentam-se sobre três aspectos: a) Internacionalização como intercâmbio e difusão de conhecimentos e aprimoramento/capacitação de estudantes, professores e técnicos administrativos; b) Internacionalização como estratégia de desenvolvimento e qualificação dos resultados; c) Internacionalização como mecanismo de suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

2.6.7.3 Perspectivas das parcerias e intercâmbios

A mobilidade internacional de estudantes e de servidores é uma ação importante da política de internacionalização e deve estar voltada para a formação profissional, científica, técnica e cidadã do indivíduo, bem como para a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pela instituição.

O estabelecimento de parcerias em nível internacional tem, para o instituto, significados que abrangem diferentes prismas da missão institucional com a qual nos comprometemos. Em primeira análise, o estabelecimento de programas de internacionalização eficazes podem gerar oportunidades concretas de absorção/troca de conhecimentos, tecnologias e inovações com potencial de oxigenar as capacidades internas da Instituição em um mundo cada vez mais globalizado em termos de conhecimento e inovações. No horizonte da aplicação de nossa política de internacionalização está, também, o estabelecimento de uma rede de relacionamentos setoriais com potencial de estimular a cooperação técnico-científica, com vistas a fortalecer e ampliar as possibilidades de intercâmbio que, por sua vez, são ferramentas de disseminação de conhecimentos e inovações produzidas internamente.

A teia de intercâmbios internacionais, setoriais e interinstitucionais contribui para a consolidação da identidade institucional e reafirma os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), onde o ensino, a pesquisa e a extensão estão comprometidos com a produção do conhecimento e a promoção de inovação.

A política de internacionalização do IFRO deve ser resultado das formulações das áreas finalísticas (ensino, pesquisa, inovação e extensão) em ações integradas e/ou específicas de cada área, conforme as demandas identificadas e priorizadas na instituição.

A política de internacionalização deve ter um componente de formação continuada de servidores e estudantes tomando por base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e compreende o empreendimento de esforços no sentido de criar condições para o desenvolvimento da pesquisa (básica e aplicada), a ampliação da inserção institucional nas redes internacionais de estudos, pesquisas e inovações nas áreas estratégicas para o IFRO, considerando as potencialidades regionais de cada unidade e o fomento à mobilidade “in” e “out” de estudantes e servidores, com objetivo de elevar as condições para a inovação tecnológica e o desenvolvimento socioeconômico do estado de Rondônia.

A política de relações internacionais proposta pelo IFRO tem os seguintes objetivos.

- a) Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;
- b) Desenvolver ações de internacionalização, articuladas entre os setores da Reitoria e *campi* com foco na promoção do desenvolvimento do conhecimento e da inovação;
- c) Proporcionar visibilidade das ações de internacionalização do instituto em âmbito local, regional, nacional e internacional;
- d) Ampliar os processos de cooperação promovendo atividades de intercâmbio internacionais presenciais e virtuais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- e) Fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação, tendo por base as ações de internacionalização;
- f) Qualificar estudantes, professores e técnicos administrativos a partir de programas interinstitucionais e parcerias internacionais alinhadas ao desenvolvimento institucional e aos interesses estratégicos do IFRO;
- g) Realizar cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram equipes de áreas que possuem interface com as políticas de internacionalização;
- h) Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal e indissociável das ações finalísticas no âmbito institucional.

2.6.7.4 Estratégias para a promoção da internacionalização no IFRO

- a) Reestruturação da Assessoria de Relações internacionais e fortalecimento dos Núcleos de Internacionalização. Considerando a experiência e o objetivo de internacionalização do Instituto Federal e o alinhamento às políticas de

internacionalização da RFEPT, ressalta-se a importância da atuação diligente dos setores afetos à internacionalização nas unidades. Essas unidades, de fundamental importância estratégica, devem ser dotadas de infraestrutura e recursos humanos adequados para o cumprimento dos objetivos de cooperação e intercâmbio internacionais.

- b) Capacitação da equipe que atua na Assessoria de Relações Internacionais e das equipes que atuam nos Centros de Idiomas, por meio da participação em seminários, congressos e cursos, de modo a propiciar maior capacidade de prospecção de parcerias e convênios internacionais e, assim, aumentar a internacionalização da instituição.
- c) Prospecção contínua de oportunidades de acordos com instituições estrangeiras: os acordos de cooperação devem ter consonância com as diretrizes propostas pela SETEC/MEC e estar dentro das estratégias elaboradas pelo IFRO, sob a supervisão de um ou mais coordenadores, que assumirão a responsabilidade pela elaboração de projetos, pelo desenvolvimento das atividades de cooperação técnico-científica e pela mobilidade de servidores e intercâmbio de estudantes.
- d) Participação em projetos de cooperação técnica: a cooperação técnica entre os IFs e instituições de países em desenvolvimento, é papel estratégico para a experiência institucional, visto que colaboram para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico de países em desenvolvimento. O estreitamento das relações institucionais com a SETEC/MEC e com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores são ferramentas fundamentais para o fortalecimento da internacionalização institucional.
- e) Incentivo ao intercâmbio e as atividades de mobilidade de estudantes, docentes e técnicos administrativos: a mobilidade promove o intercâmbio de experiências e aprendizagens dos participantes e eleva os resultados institucionais. As missões ao exterior são fundamentais para a reflexão sobre as identidades; a diversidade e a tolerância; o aprofundamento de experiências educativas; além do desenvolvimento e aperfeiçoamento de profissionais e cidadãos globais.
- f) Fomento à prática de idiomas: o conhecimento de línguas estrangeiras é indispensável para o desenvolvimento de programas bem sucedidos de internacionalização. No IFRO, os Centros de Idiomas têm a missão de realizar ações que promovam o desenvolvimento de habilidades e competências no aprendizado de línguas estrangeiras de maior interesse comunitário e/ou institucional, bem como o ensino da língua portuguesa para estrangeiros. As

ações desses centros de idiomas são ferramentas básicas para oportunizar à comunidade acadêmica, a participação em programas de intercâmbio e mobilidade, ampliação do desenvolvimento da ciência na Instituição; e o fluxo das produções científicas entre pesquisadores, grupos de pesquisas e instituições.

2.6.8 Políticas de gestão

2.6.8.1 Autonomia institucional e a gestão democrática e participativa

O movimento de implantação dos Institutos Federais, concebeu essas instituições como detentoras da autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica, pedagógica e disciplinar.

Na lei de criação dos IFs, está estabelecido, para efeito da regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos da educação superior, que os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. No tocante a esse ponto, confere-se-lhes uma autonomia que se constitui prerrogativa de autogoverno e auto-normatização, vinculada aos fins e aos interesses dessas instituições de ensino, pesquisa e extensão, que se define como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidas nessa vivência, que deve sempre ser dotada de componente pedagógico. A escola torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores.

A gestão democrática adotada no IFRO contempla a sua autonomia e a participação na tomada de decisões amparadas na concepção sociocrítica de indivíduo e de sociedade, e implica processos de participação, autonomia e responsabilidades compartilhadas que envolvem a descentralização de decisões, a consulta e consideração dos colegiados e a autonomia da gestão das unidades que compõem o Instituto, dentro dos limites legais estabelecidos. Tais atributos conferem a cada *campus* o exercício da sua singularidade e a valorização da identidade construída a partir da sua atuação junto às comunidades onde está inserido.

É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Soberania é a prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Num contexto institucional, a autonomia guarda relação

com a construção cotidiana do sentido de liberdade de atuação que deve ser pedagogicamente norteada pelos valores institucionais e exercida nos limites de um projeto esculpido democraticamente pela comunidade, a exemplo do que se fez com este PDI e com tantos outros processos que sustentam a institucionalidade do IFRO.

Sendo o IFRO uma estrutura *multicampi*, adota-se mecanismos de gestão que permitem a autonomia dos *campi* (no sentido supracitado), ao mesmo tempo em que prestigia e fortalece o caráter sistêmico da instituição, motivo pelo qual, as políticas institucionais em termos pedagógicos, disciplinares, administrativos e financeiros estão claramente estabelecidas nos documentos institucionais. Por outro lado, como os *campi* atuam em comunidades diferenciadas e diversas, com peculiaridades específicas e características próprias, precisam praticar a autonomia, nos limites circunscritos pela necessidade de garantir o pertencimento e a identidade de rede.

As Políticas de gestão do IFRO são as diretrizes da Instituição quanto às diferentes temáticas estratégicas a serem tratadas no âmbito institucional. Na construção dessas políticas é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com a missão, a visão e os valores, bem como aos princípios e diretrizes da educação profissional científica e tecnológica, adotados pela organização e insculpidos nos documentos orientadores do MEC, da Rede Federal e do próprio Instituto.

2.6.8.2 Princípios das políticas de gestão do IFRO

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, com a perspectiva da inclusão e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o IFRO se norteará pelos seguintes princípios.

1. Promover a gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária e transparente para toda a organização do Instituto;
2. Defesa intransigente dos princípios fundantes da identidade de instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
3. Fortalecer a isonomia no cumprimento dos direitos e deveres dos integrantes da comunidade acadêmica;
4. Defender o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão como atividades indissociáveis em torno das quais se organiza a gestão institucional;
5. Respeito à pluralidade de ideias;

6. Integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas entre os membros da comunidade acadêmica;
7. Promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
8. Defesa e promoção da sustentabilidade em todas as suas dimensões, na construção dos projetos pedagógicos e programas institucionais.

2.6.8.3 Desafios para a consolidação das políticas de gestão

1. Fortalecer e consolidar a identidade institucional;
2. Promover a inclusão no acesso, garantir a permanência e o êxito de estudantes dentro dos parâmetros e possibilidades institucionais;
3. Desenvolver as competências dos servidores, conforme as necessidades institucionais;
4. Promover e incentivar ações para a qualidade de vida de servidores e estudantes resguardados os limites institucionais;
5. Consolidar o modelo de gestão do IFRO e fortalecer a gestão em rede, considerando os níveis interno e externo;
6. Promover o intercâmbio com outras instituições visando a otimizar processos e ações correlatas à missão institucional do IFRO;
7. Fortalecer e valorizar os *campi* a partir das suas diversidades regionais e locais;
8. Avaliar continuamente o desempenho institucional a partir de indicadores de qualidade e eficiência;
9. Avaliar e adequar, continuamente, a estrutura organizacional do IFRO;
10. Consolidar o desenvolvimento tecnológico como ferramenta de gestão;
11. Avaliar e adequar, continuamente, a infraestrutura tecnológica do IFRO;
12. Promover a adequada gestão de dados, informações e conhecimentos estratégicos para a instituição;
13. Desenvolver programas de formação continuada para gestores e para servidores conforme as demandas institucionais;
14. Desburocratizar e promover a melhoria contínua dos processos institucionais;
15. Promover a transparência institucional, o aprimoramento dos sistemas internos de governança e a conformidade institucional;

16. Promover a sustentabilidade ambiental em todas as áreas de atuação institucional;
17. Promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as práticas *Environmental, Social and Governance* (ESG) no âmbito das ações institucionais.

2.6.9 Ofertas na modalidade EaD

2.6.9.1 Desafios à consolidação da institucionalização e à qualidade

O desafio da institucionalização da Educação a Distância na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passa pela articulação de mecanismos de planejamento e organização entre os diferentes agentes que se envolvem na oferta de cursos com a carga horária total ou parcialmente pensados para a modalidade a distância.

Para oferecer ensino a distância com recursos próprios, desvinculados dos programas de fomento externo, o IFRO precisa incentivar e propiciar as condições para que os *campi* possam propor e gerenciar suas ofertas.

Para isso, faz-se necessário capacitação, regulamentação, infraestrutura, especialmente tecnológica, e a estruturação de equipes multidisciplinares em cada unidade/*campus* ofertante, além de assessoramento e orientação na elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso.

Ao longo da execução do último PDI (2018–2022), muito se avançou na institucionalização da modalidade, com a oferta de cursos próprios e com a implementação de carga horária a distância em cursos presenciais, dentro de um conjunto de ações que buscavam a ampliação da oportunidade de acesso a mais pessoas em regiões desassistidas. Nesse contexto, foram ampliados os convênios com municípios e com o estado, bem como fortalecimento do apoio financeiro às unidades ofertantes. Em que pese os avanços já implementados, há desafios para o futuro desse processo de consolidação da modalidade no instituto, que seguem abaixo.

- Promover um modelo de institucionalização da Educação a Distância que considere, prioritariamente, as demandas locais e as capacidades dos *campi* em atendê-las, dentro do seu respectivo eixo tecnológico de atuação;
- Fomentar continuamente a capacitação em educação digital voltada a servidores, visando ao aprimoramento de uso e aplicação dos recursos e ferramentas virtuais atrelada a uma aderente intencionalidade pedagógica;

- Compatibilizar a oferta na modalidade a distância com o eixo tecnológico e o quadro de servidores das unidades, de acordo com o modelo de *campus* vigente;
- Dotar as unidades com infraestrutura mínima adequada à produção de conteúdo didático audiovisual para o ensino a distância;
- Alinhar as diretrizes pedagógicas que recaem sobre a oferta dos percentuais a distância de carga horária de cursos presenciais;
- Avaliar a eficiência acadêmica e o impacto local e regional das ofertas na modalidade exclusivamente EaD;
- Formular estratégias de aproveitamento da infraestrutura tecnológica à disposição do instituto, para ações institucionais de promoção da modalidade EaD.

Entre os desafios mais significativos a serem enfrentados está o processo de manutenção da capilarização institucional por via da implantação de polos de Educação a Distância, muitos dos quais resultados de parcerias com os municípios.

De acordo com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, o polo de apoio presencial “é a unidade acadêmica e descentralizada, no país ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância”.

O polo é o espaço físico de apoio presencial aos estudantes, cujas instalações físicas devem assegurar as condições necessárias ao atendimento dos discentes no que se refere aos aspectos tecnológicos, de laboratório, de biblioteca, entre outros.

As atividades dos cursos e programas da modalidade a distância do IFRO, tais como tutorias; avaliações; estágios; práticas profissionais e laboratoriais; e defesa de trabalhos de conclusão de curso, conforme preconizam os dispositivos legais vigentes, ocorrem nos polos institucionais, localizados em *campi* do próprio IFRO, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), credenciados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ou em polos próprios credenciados pelo IFRO, resultado de parcerias.

A manutenção da estrutura organizacional dos polos que garanta o suporte técnico e didático é imprescindível para que os processos de ensino e de aprendizagem possam se efetivar. A adequação e manutenção física e tecnológica dos polos de apoio presencial são condições determinantes para a realização de atividades presenciais.

O IFRO, por meio da Diretoria de Educação a Distância, deve promover a regulamentação institucional através do estabelecimento de diretrizes, para o credenciamento de polo, que assegurem as condições mínimas necessárias ao desenvolvimento das atividades administrativo-pedagógicas. Acompanhe abaixo.

- Localidade de fácil acesso à comunidade de interesse;
- Plano de atendimento em horários diversificados, com vistas a oportunizar e incluir os estudantes trabalhadores;
- Plano para capacidade para o atendimento de estudantes, considerando as especificidades dos cursos e das turmas;
- Infraestrutura física, tecnologias e equipamentos que assegurem as exigências de dispositivos oficiais do Ministério da Educação;
- Recursos humanos para atuar na gestão do espaço físico, nas ações didáticas e de apoio técnico.

A criação de polo de educação a distância deve ser condicionada ao cumprimento dos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação e apreciação do Conselho Superior do IFRO.

A criação e a extinção dos polos de educação a distância serão tornadas públicas e o IFRO, juntamente com os parceiros, promoverá toda a comunicação necessária para o amplo conhecimento da comunidade.

A implantação dos polos de apoio presencial será estabelecida pela Diretoria de Educação a Distância, após estudo de viabilidade e encaminhamento de parcerias, as quais serão submetidas ao Colégio de Dirigentes e ao Consup, justificando o processo de credenciamento a partir de estudos que consideram a distribuição geográfica, a demanda da região e os indicadores estabelecidos neste PDI.

2.6.10 Bibliotecas do IFRO

As bibliotecas do IFRO têm por finalidade reunir, organizar, divulgar, manter atualizado, preservado e em permanentes condições de uso todo o acervo existente e o que venha a ser incorporado ao patrimônio por aquisição, permuta ou doação. As bibliotecas guardam, conservam e gerenciam as bibliografias básicas e complementares gerais, além dos cursos, com acesso via *internet* ao Portal

de periódicos da CAPES e de outras instituições. As bibliografias são adquiridas em processo contínuo, visando a atender as recomendações do Ministério da Educação, aos Projetos Pedagógicos dos Cursos, referentes à bibliografia básica e complementar.

Além das bibliotecas físicas instaladas em cada uma das 10 (dez) unidades acadêmicas, o IFRO conta com uma biblioteca virtual, a qual está disponível para os usuários da comunidade acadêmica do instituto, com exemplares acessíveis em todas as áreas e eixos temáticos de atuação do IFRO.

2.6.10.1 Espaço físico da biblioteca

O espaço da biblioteca é destinado a atividades de estudos, em grupo ou individuais, e ao atendimento de toda a comunidade do *campus*. Há espaços para reuniões e orientações. São previstas consultas a bases de dados digitais e outros serviços. Para melhor atender os usuários, as bibliotecas são compostas por uma Coordenação e setores de Processamento Técnico, Referência, Empréstimo, Hemeroteca e Pesquisa Digital.

Cada *campus* possui espaço físico próprio que abriga os ambientes da biblioteca e onde se desenvolvem os serviços prestados pelo setor. Esses espaços estão identificados no endereço eletrônico > <https://portal.ifro.edu.br/bibliotecaifro-nav>

O IFRO também conta com uma biblioteca virtual disponível no endereço eletrônico <https://biblioteca.ifro.edu.br/> a qual pode ser acessada por todos os estudantes e servidores da instituição.

Quadro 3 – Quantidade de exemplares físicos das bibliotecas do IFRO

Unidade/Biblioteca	Quantidade de exemplares físicos disponíveis
<i>Campus</i> Colorado do Oeste	22760
<i>Campus</i> Vilhena	13710
<i>Campus</i> Porto Velho Calama	12734
<i>Campus</i> Ji-Paraná	11481
<i>Campus</i> Ariquemes	10263

<i>Campus Cacoal</i>	9954
<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>	7934
<i>Campus Guajará-Mirim</i>	3579
<i>Campus Jaru</i>	2059
IFRO	94474

Fonte: IFRO (2023)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) renovou por mais um ano o contrato de prestação de serviços da biblioteca virtual, “Minha Biblioteca”, reconhecida nacionalmente e disponível à comunidade interna da instituição. Desde 2021 o serviço encontra-se disponível de forma totalmente gratuita para estudantes, professores e técnicos administrativos do IFRO. Seu acesso é realizado por meio do Sistema [SUAP/IFRO](#) utilizando o mesmo *login* e senha dos demais sistemas institucionais.

O catálogo da plataforma “Minha Biblioteca” está integrado ao Sistema Gnuteca do IFRO, ao consultar em biblioteca.ifro.edu.br, é possível localizar os livros que estão disponíveis nas bibliotecas IFRO (livros físicos) e os livros que estão disponíveis virtualmente em Minha Biblioteca. Ao clicar em “Ler na Minha Biblioteca” o usuário é redirecionado para a plataforma, sendo necessário fazer *login* com usuário e senha. O mesmo *login* que é utilizado para demais sistemas institucionais, como SUAP e AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A biblioteca física é aberta para o atendimento ao público nos dias úteis e dias letivos, de acordo com o Calendário Escolar de cada *campus*. Os empréstimos domiciliares são permitidos aos alunos e servidores dos *campi*.

SERVIÇOS OFERECIDOS

As bibliotecas do IFRO oferecem os seguintes serviços: consulta ao acervo; empréstimo domiciliar; empréstimo para reprodução, desde que respeitadas as regulamentações de direitos autorais; empréstimo entre bibliotecas; renovação; reserva; devolução; comutação bibliográfica; elaboração de fichas institucionais e orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos; acesso à *internet*, a publicações eletrônicas, Salas de estudo em grupo e vídeo; além do acesso ao Portal de Periódicos.

2.6.10.2 Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo

A formação do acervo deve ser constituída por uma política de aquisição que, de acordo com os recursos orçamentários, deverá adquirir diferentes tipos de materiais, tais como: livros, obras de referência, periódicos, multimeios, monografias e outros. Estes materiais devem atender às finalidades abaixo.

- Atender aos projetos pedagógicos dos cursos do IFRO;
- Dar apoio aos programas de pesquisa e extensão do Instituto;
- Atender as demandas dos técnicos administrativos no exercício de suas atividades;
- Garantir um acervo que eleve o nível de conhecimento geral e específico dos usuários;
- Resguardar materiais que resgatam e preservam a história do Instituto, incluindo os documentos oficiais, publicações e demais materiais do interesse institucional.

As bibliotecas do IFRO têm prioridades de aquisição na ordem abaixo.

- a) Obras para cursos em fase de reconhecimento, credenciamento ou implantação;
- b) Obras da bibliografia básica das disciplinas dos cursos;
- c) Obras da bibliografia complementar;
- d) Assinatura de periódicos conforme indicação dos docentes;
- e) Obras que sejam de interesse geral para os cursos;
- f) Reposição de obras desaparecidas e/ou danificadas.

O IFRO possui uma Política de Desenvolvimento de Coleções, a qual norteia a seleção dos materiais que farão parte do acervo de todos os *campi* do Instituto. Para tanto, devem ser levados em consideração as fontes e critérios de seleção e as seleções qualitativa e quantitativa.

A participação dos docentes para a formação de uma coleção expressiva em qualidade é indispensável, visto que estes são conhecedores da literatura nas respectivas áreas, podendo contribuir na escolha do material a ser adquirido. A seleção quantitativa deve obedecer aos critérios de proporcionalidade pré-estabelecidos para cada tipo de material determinados pela Política de Desenvolvimento de Coleções.

2.6.11 Formas de acesso ao instituto e aos serviços e programas

2.6.11.1 Acesso aos cursos

O acesso aos cursos do IFRO é estabelecido de acordo com as legislações e políticas educacionais vigentes, as quais estão refletidas nos regulamentos institucionais.

É diretriz institucional que o IFRO garanta, em seus documentos norteadores do acesso, prioritariamente, a inclusão de Pessoas com Deficiência, a reserva de vagas a grupos vulnerabilizados e a verticalização do acesso dos seus próprios estudantes em níveis posteriores, sempre que necessário.

Dada a diversidade do espectro da atuação institucional (níveis, eixos tecnológicos, modalidades de ensino e tipos de cursos), o IFRO se reserva o direito de proceder, dentro da legalidade, a diferentes modalidades de seleções, desde que sejam inclusivas e democráticas.

A atualização da regulamentação do acesso será feita sempre que houver necessidade identificada no âmbito local e/ou regional da oferta, considerando estudos realizados e dados comprobatórios que alicercem justificativas de necessidade de mudança, sempre para ampliar a garantia de direitos sociais sem, jamais, cercear o acesso por qualquer justificativa ou condição.

2.6.11.2 Aos programas de pesquisa, pós-graduação, extensão e internacionalização

O Instituto Federal de Rondônia também regulamenta as formas de acesso aos programas de pesquisa, pós-graduação, extensão e internacionalização. As diretrizes para o acesso a tais programas, obedecem ao alinhamento com os arranjos produtivos sociais e culturais local e regional que promovem estreita interação do IFRO com a comunidade externa.

As formas de acesso aos Programas de Pesquisa do IFRO estão definidas no Programa Institucional de Pesquisa (PIP) e atende às diretrizes estabelecidas nos documentos norteadores da rede federal (lei de criação 11.892/2008), ao que sugerem os documentos do CNPq e ao que estabelecem as diretrizes dos programas de pesquisa, instituídos no Projeto Pedagógico Institucional – PPI do IFRO.

A Política Institucional de Extensão atende às diretrizes da extensão, estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional e o acesso às ações da extensão está regulamentado por resolução própria que abrange tanto o público estudantil quanto os servidores e colaboradores.

No âmbito da internacionalização, busca-se que a instituição, os grupos de pesquisa e os pesquisadores construam sinergias com instituições e pesquisadores internacionais de modo a possibilitar intercâmbios de conhecimentos e de pessoas com finalidade de ampliação da qualidade da produção científica da instituição. O acesso de servidores e estudantes aos programas de internacionalização está assentado nos regulamentos da mobilidade, no regulamento dos centros de idiomas, no regulamento dos exames em línguas estrangeiras e nos regulamentos de auxílios para estudantes estrangeiros.

Todas as regulamentações podem ser remodeladas e adequadas às necessidades institucionais de forma a garantir que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja inclusiva e propicie a permanência e o desenvolvimento amplo do estudante enquanto cidadão com múltiplas possibilidades de desenvolvimento de habilidades e competências.

2.6.11.3 Aos programas de apoio ao estudante

Considerando os diversos programas destinados ao atendimento ao discente e suas especificidades, o IFRO atua com duas formas de acesso: o acesso universal e o acesso específico.

O acesso universal é aquele destinado a toda comunidade discente e abrange os programas que objetivam favorecer o desenvolvimento integral do estudante. Este acesso acontece por livre demanda aos serviços oferecidos em cada *campus*.

O acesso específico está voltado aos programas que visam a atender às demandas dos estudantes em suas necessidades específicas, advindas das condições socioeconômicas que ameaçam sua permanência na instituição e o êxito nos seus cursos.

O acesso aos programas de auxílio e assistência estudantil acontece por meio de seleção, via edital, no qual são regulamentadas as diretrizes para a análise socioeconômica dos concorrentes e estabelecidas as prioridades aos indivíduos de grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A photograph of three students in a library setting. A young man with glasses is pointing at a laptop screen, while a young woman and another student look on. The image is overlaid with green geometric shapes and a text box.

CAPÍTULO 3 ***ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL*** ***INCLUSÃO, DIVERSIDADE*** ***E PROTAGONISMO JUVENIL***

3.1 Políticas de inclusão e diversidade

Nesta seção devem ser delineadas as principais diretrizes das políticas de inclusão e diversidade praticadas pela instituição, assim como devem ser descritos os principais programas/projetos/ações estruturados pelo IFRO e quais as perspectivas para um atendimento cada vez mais inclusivo e abrangente.

Com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos, éticos e pelo respeito à diferença e à diversidade, o IFRO vem desenvolvendo ações que visam à democratização e à equiparação das oportunidades educacionais a todos os estudantes da instituição.

3.1.1 Atendimento às pessoas com necessidades específicas

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um setor de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar, e tem a finalidade de articular atividades relativas à inclusão dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, com implementação de ações que visem à permanência e à aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, transtornos de aprendizagem e de desenvolvimento, e estudantes com altas habilidades, proporcionando uma educação com base na promoção da cultura, da educação para a convivência, do respeito às diferenças e da igualdade de oportunidades, para que nenhum estudante seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, é da competência do NAPNE, fomentar a eliminação das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, tecnológicas e metodológicas.

Dentre as principais ações desenvolvidas, vale destacar o que segue.

1. Mediação em inclusão educacional

A mediação inclusiva tem como objetivo a promoção da cooperação mútua entre os estudantes, por meio da estratégia de mediação/tutoria, na qual os estudantes acompanhados pelos NAPNEs recebem mediação de colegas de sua turma/curso. Os estudantes mediadores, selecionados por edital, acompanham os estudantes da educação inclusiva em suas atividades estudantis, visando ao suporte no processo de ensino-aprendizagem, melhoria nas relações e convívio interpessoal. Essa ação tem sido essencial para integração e êxito acadêmico dos estudantes, trazendo muitos benefícios para eles e os profissionais envolvidos.

2. Aquisição de tecnologias assistivas

A aquisição de tecnologias assistivas para estudantes com deficiência é realizada por meio de edital, que tem como principal objetivo fornecer auxílio financeiro aos estudantes que necessitem da aquisição de alguma tecnologia assistiva educacional indicada para as atividades acadêmicas dos componentes curriculares, de modo a ampliar as condições de aprendizagem e bom desempenho acadêmico. Assim, o objetivo pedagógico das tecnologias assistivas educacionais é o de possibilitar a ampliação das habilidades cognitivas, executivas e sociais dos estudantes acompanhados pelos NAPNEs, favorecendo, por meio dos recursos de tecnologia assistiva, a equidade de oportunidades e a justiça social.

3. Librif_ro

Com o objetivo de suprir as demandas por cursos/acessibilidade linguística em Libras e a falta de profissionais capacitados para ministração das aulas, o Programa Librif_ro foi institucionalizado no IFRO em fevereiro de 2022. O Programa oferece curso de Libras para os alunos ouvintes e surdos do IFRO, na modalidade híbrida, visando a trabalhar com o ensino e a aprendizagem da Língua de Sinais (LS) por meio das redes sociais, buscando uma aproximação com os interesses e aptidões dos estudantes e aproveitando os diferentes níveis de aquisição linguística para tornar esse processo mais acessível e interativo.

4. Módulo NAPNE

O módulo NAPNE no SUAP é uma ferramenta que permite o acompanhamento dos alunos da educação inclusiva, tanto no que tange a comunicação entre professores e equipe do NAPNE, quanto no atendimento, encaminhamento e resolução das eventuais demandas. O módulo sistematizou um trabalho que antes era manual, gerando dinamicidade ao processo de acompanhamento dos estudantes do NAPNE. Além disso, desempenha importante papel como ferramenta de registro deste acompanhamento e possibilita a geração de importantes dados e indicadores do processo de inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFRO.

5. Contratação de profissionais terceirizados

Desde o ano de 2019, o IFRO realiza a contratação de profissionais terceirizados para acompanhamento de estudantes com demandas específicas de acessibilidade comunicacional e apoio escolar, tais como os postos de Tradutor e Intérprete de Libras, Ledor e Transcritor em Braille e Cuidador. Com esta ação foi possível garantir os direitos dos alunos com necessidades específicas e propiciar condições indispensáveis para a superação das barreiras comunicacionais e de apoio educacional.

6. Das perspectivas de ampliação das ações

A Coordenação de Educação Inclusiva (CEI), que é o setor da Reitoria responsável pela coordenação das ações de educação inclusiva e diversidade desenvolvidas no âmbito do IFRO, está em fase de reformulação, visando à ampliação das ações de educação inclusiva. Para tanto, a CEI será transformada em Departamento de Educação Inclusiva e Diversidade (DEID) que gerenciará ações de inclusão para além do público de estudantes atendidos pelos NAPNEs, ampliando o escopo de ações para as questões étnico-raciais, culturais, de gênero, e de sexualidade. Será atribuição do DEID implantar e coordenar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (NEABI) que têm por finalidade desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais e os Núcleos de Gênero e Diversidade (NUGED), os quais são os responsáveis por desenvolverem ações referentes à temática de gênero e diversidade sexual.

Comporá o DEID a Coordenação de Ações Inclusivas (CAIN), que terá atribuições voltadas aos NAPNEs, tendo em vista o nível de complexidade gerado pelo atendimento dos estudantes com necessidades específicas e o crescente número de estudantes matriculados na instituição, nos diversos níveis de ensino.

Dessa forma, propõe-se ampliação de ações para a construção de um espaço educacional cada vez mais aberto e acolhedor, focado na inclusão das pessoas com deficiência, no fortalecimento da cultura afro-brasileira e indígena, na equidade das relações de gênero e demais diversidades.

3.2 Organização, participação e protagonismo estudantil

Uma das diretrizes relacionadas ao fazer da instituição é estimular a organização da comunidade escolar (estudantes, pais e servidores) para que todos participem ativamente da instituição. Sob essa ótica, as formas de organização estudantil autônomas deverão ser delineadas nos *campi* do IFRO nas seguintes formas: Grêmio Estudantil, representando os alunos do ensino técnico de nível médio, e os Centros Acadêmicos, representando os alunos dos cursos de graduação.

Além disso, os estudantes possuem participação em diversos fóruns de decisões institucionais, conforme determinado e orientado pelos documentos institucionais. No âmbito da Reitoria, o Estatuto do IFRO assegura a representação discente no Conselho Superior e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRO, que são importantes esferas de deliberações institucionais. Bem como, na Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem por finalidade conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional, e nessa comissão a representação discente é assegurada pelo Regimento Geral do IFRO.

No âmbito de cada *campus*, o Conselho Escolar é o órgão máximo, e a representação estudantil é assegurada pelo Regimento Geral do IFRO bem como pelos demais documentos que compõem o arcabouço regulatório institucional. Assim como é garantida a representação estudantil nos Conselhos de Classe e Colegiados de Cursos, conforme regulamentos próprios.

Além destas vias de participação, anualmente o IFRO realiza o Encontro de Líderes Estudantes, que possibilita, por meio de um diálogo aberto e coletivo, o fortalecimento da gestão participativa e democrática na instituição e a valorização do protagonismo estudantil na proposição e avaliação das políticas institucionais.

Na perspectiva de fortalecimento e ampliação dos mecanismos de participação estudantil, está em fase implantação a Central de Líderes Estudantis do IFRO, formada por representantes estudantis de todas as unidades do IFRO, visando a uma maior integração dos líderes estudantis dos *campi* e maior conhecimento das realidades locais.

As diversas formas de representação estudantil se constituem como mecanismo fundamental no processo de gestão democrática, uma vez que permite aos estudantes exercitarem a cidadania no seu processo formativo e possibilita a participação ativa nas ações e decisões institucionais, contribuindo para que os estudantes se apropriem do processo educacional, desenvolvam o sentimento de pertencimento à instituição e fortaleçam o vínculo com a comunidade.

3.2.1 Políticas de assistência ao estudante

A Política de Assistência Estudantil no IFRO foi concebida a partir da publicação do Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010, o qual cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No IFRO, há regulamentada uma Política dos Programas de Assistência Estudantil considerando as especificidades na gestão de programas e na operacionalização de concessões de auxílios, no decorrer dos anos o documento norteador das ações de Assistência Estudantil passou por duas reformulações resultando na publicação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE), com vigência atual.

O IFRO instituiu sua política de assistência estudantil com vistas ao atendimento de estudantes matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo por finalidade trabalhar os aspectos educacionais e psicossociais que interferem no processo educativo, de forma a minimizar dificuldades e promover a permanência e êxito desses estudantes, contribuindo para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, princípio estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Política tem como foco o desenvolvimento de ações voltadas ao apoio pedagógico, apoio psicológico e social, atendimento e orientação familiar, atendimento às necessidades educacionais, ações de promoção à saúde e apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a promoção da igualdade e inclusão social e educacional. Para tal, cada *campus* dispõe de uma equipe multiprofissional responsável pelo planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da gestão dos Programas de Assistência Estudantil.

A Política se efetiva por meio de regulamentação própria, com a proposição de programas, projetos e ações de assistência estudantil, tendo os principais objetivos abaixo.

- Contribuir nas condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo;
- Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais;
- Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

Os programas de assistência estudantil se subdividem em ações de atendimento universal e de atendimento exclusivo à estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações de atendimento universal são destinadas a todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e não-presencial.

Para o desenvolvimento das ações universais existe o Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PROSAPEX), que mesmo sendo de cunho universal, em algumas ações, é concedido prioridade para o atendimento ao público em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações que constituem este programa são:

- Ações de atenção à saúde e apoio biopsicossocial;
- Ações de acompanhamento e suporte ao ensino;
- Ações de pró-cidadania;
- Ações de incentivo à atividades esportivas e lazer.

Conta, ainda, com ações de apoio às pessoas com necessidades educativas específicas, educação para a diversidade, além de subsidiar projetos de ensino, inclusão e monitoria, entre outros.

Por meio da Política de Assistência Estudantil do IFRO, todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos de nível médio e graduação são atendidos com o benefício do Seguro Escolar, tendo em vista a natureza dos cursos formativos e as atividades práticas desenvolvidas.

As ações de atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são destinadas, especificamente, aos estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio e graduação, com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimo e se constituem na concessão de auxílio financeiro, com o intuito de minimizar os reflexos das necessidades básicas que possam comprometer a permanência e êxito do estudante no processo educativo.

Para o desenvolvimento das ações de atendimento socioeconômico, figura três programas, que seguem abaixo.

- O Programa de Auxílio à Permanência (PROAP), que tem por objetivo atender às demandas básicas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre essas necessidades básicas, compreende-se alimentação, transporte, material didático, entre outros.

- O Programa de Auxílio à Moradia (PROMORE), que constitui uma ação específica que visa a atender estudantes que residem em outros municípios, fora da sede do *campus*, ou que residam no mesmo município, mas em área rural, que impossibilitem acesso diário ao *campus*.
- O Programa de Auxílio Complementar (PROAC), que visa a atender demandas e situações de extrema vulnerabilidade ou que necessitem de complementação no apoio financeiro.

No quadro abaixo, consta o recorte dos últimos quatro (04) anos, com dados dos programas executados pela Assistência Estudantil no IFRO, dispondo da quantidade de auxílios concedidos por programa.

Quadro 4 – Auxílios Concedidos aos estudantes de 2018 a 2022

PROGRAMA	ANO				
	2018	2019	2020	2021	2022
Programa de Auxílio Complementar (PROAC)	108	125	32	310	300
Programa de Auxílio à Permanência (PROAP)	2651	3071	3370*	2227	2200
Programa de Auxílio à Moradia (PROMORE)	246	557	125	0	80
Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PROSAPEX)	862	726	43	70	56
Programa de Auxílio Inclusão Digital	-	-	1220	886	967
TOTAL	3.867	4.479	4.790	3.493	3.603

Fonte: CAEDs/DEPAEs dos *campi* e CAE/Reitoria (2022)

Com o objetivo de avaliar os resultados das concessões dos auxílios financeiros por meio dos Programas de Assistência Estudantil, têm-se aplicado o mapeamento e levantamento dos indicadores quanto à efetividade da Política, tendo sido obtidos o percentual de aprovação acadêmica dentre os estudantes contemplados com os auxílios financeiros no decorrer dos últimos 4 (quatro) anos, conforme consta no quadro identificado por *campus* e média geral:

Quadro 5 – Quantidade de estudantes atendidos por campus e percentual de aprovação

Unidades	2018	2019	2020	2021	2022
	Quant. / % de aprovação	Quant. / % de aprovação	Quant. / % de aprovação	Quant. / % de aprovação	Quant. / % de aprovação
Ariquemes	402 / 93,5%	550 / 91,8%	454 / 66,5%	558 / 83,16%	344 / 98,25%
Cacoal	358 / 93,8%	443 / 97,2%	376 / 94,4%	352 / 94,6%	331 / 95,11%
Colorado	452 / 93,3%	593 / 94%	490 / 92,2%	239 / 90,37%	s/i*
Guajará-Mirim	136 / 77,2%	195 / 84,6%	271 / 88,1%	186 / 83,87%	187 / 85%
Jaru	267 / 91,7%	269 / 97,7%	192 / 96,8%	125 / 96%	153 / 99,35%
Ji-Paraná	435 / 94%	421 / 97,3%	453 / 92,9%	268 / 98,47%	250 / 87,10%
Pvh Calama	448 / 81%	583 / 88,3%	594 / 81,8%	446 / 81,39%	378 / 91%
Pvh Zona Norte	386 / 83%	550 / 92%	332 / 80,4%	364 / 81%	211 / 88,29%
São Miguel do Guaporé	-	1 / 100%	35 / 88,5%	30 / 100%	s/i*
Vilhena	242 / 90,9%	375 / 78,6%	286 / 80,7%	291 / 83%	259 / 83%
Média Geral / Ano	88,71%	92,15%	86,23%	89,19%	

Fonte: CAEDs/DEPAEs dos *campi* e CAE/Reitoria (2022)

*s/i – Sem Informação consolidada.

No sentido de identificar o público-alvo dos Programas de Assistência Estudantil, bem como de respaldar a gestão nas ações desenvolvidas para atender às demandas, o IFRO por meio da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), tem desenvolvido ao longo dos últimos anos, a pesquisa do perfil do estudante, com base na aplicação do questionário de Caracterização Socioeconômica. Nos últimos 4 (quatro) anos, obtivemos o seguinte cenário:

Quadro 6 – Perfil Socioeconômico dos estudantes de 2018 a 2022

Perfil dos estudantes do IFRO	2018	2019	2020	2021	2022
	Quant. / %	Quant. / %	Quant. / %	Quant. / %	Quant. / %
Composição familiar de 4 a 9 pessoas	3.784 / 56,8%	3.569 / 55%	2.102 / 48,8%	6.457 / 44,2%	s/i
Renda Bruta familiar de até 5 Salários Mínimos	6.104 / 91,6%	5.864 / 90,5%	3.882 / 90%	13.109 / 89,9%	12.787 / 81,3%
Ensino Fundamental em Escola Pública	5.725 / 85,9%	5.515 / 85%	3.762 / 87,2%	12.555 / 86%	8656 / 68%
Ensino Médio em Escola Pública (ou em curso)	6.356 / 95,3%	6.110 / 94,2%	3.064 / 71%	10.225 / 70,1%	10.737 / 84%

Fonte: CAE/Reitoria (2022)

Com o mapeamento do perfil socioeconômico dos nossos estudantes, as equipes multiprofissionais de Assistência Estudantil e os gestores têm um importante instrumento para subsidiar no planejamento e execução das ações e programas de Assistência Estudantil. O percentual obtido é com base no número de estudantes que responderam ao questionário de Caracterização Socioeconômica no período do ano cível pesquisado.

Considerando a importância das ações de Assistência Estudantil, os dados de efetividade da política e o perfil dos estudantes tem-se como perspectiva a ampliação das ações e do número de estudantes atendidos, visando a aumentar as condições de permanência dos estudantes, contudo tal perspectiva depende da ampliação dos recursos financeiros destinados para a ação.

3.3 Programas de apoio financeiro aos estudantes

Os programas executados pelo IFRO ao longo dos últimos anos são os descritos a seguir:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): programa nacional que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais;
- Programa Bolsa Permanência (PBP): Programa do Ministério da Educação (MEC) criado por meio da Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, que visa a atender os estudantes matriculados em cursos de graduação na modalidade presencial. São públicos do PBP/MEC estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e matriculados em curso com carga horária média igual ou superior a cinco horas diárias, e estudantes indígenas e quilombolas, que nesse caso, não necessitam comprovar a carga horária do curso e nem a condição de renda familiar. A inserção do estudante como bolsista no PBP/MEC se dá mediante a disponibilização de vagas pelo MEC, e a abertura do Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP) <<http://sisbp.mec.gov.br/>>.
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI): as bolsas serão concedidas no âmbito do Programa Institucional de Pesquisa (PIP), com finalidade de promover e incentivar a realização de programas e projetos institucionais que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e de inovação no país; apoiar programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento ou inovação – em atendimento às demandas do setor produtivo, de instituições governamentais ou de organizações sociais, sempre que possível em esforço conjunto com outras instituições de ciência e tecnologia do Brasil ou do exterior; e consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais no âmbito de atuação do Instituto Federal de Rondônia.

Cronograma de cursos e vagas

Ver catálogo por *campus*

(<https://shre.ink/IV5T>)

Unidades	2023	2024	2025	2026	2027	Contagem de vagas previstas
<i>Campus Ariquemes</i>	280	400	480	520	520	2200
<i>Campus Cacoal</i>	520	560	640	720	720	3160
<i>Campus Colorado do Oeste</i>	410	465	590	565	617	2647
<i>Campus Guajará-Mirim</i>	1030	920	1030	1110	1180	5270
<i>Campus Jaru</i>	550	580	710	670	740	3250
<i>Campus Ji-Paraná</i>	1510	1280	1320	1310	1320	6740
<i>Campus Porto Velho Calama</i>	560	600	640	680	640	3120
<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>	1363	953	634	725	715	4390
<i>Campus Vilhena</i>	480	440	560	480	620	2580
<i>Campus São Miguel do Guaporê</i>	270	270	270	270	270	1350
Projeção de Vagas	6973	6468	6874	7050	7342	34707

The background image shows two women in a professional setting. They are seated at a wooden desk, looking down at a large document or blueprint. The woman on the left has dark, curly hair and is wearing a brown blazer over a white shirt. The woman on the right has long, wavy brown hair and is wearing a white top. The desk is cluttered with various office items: a calculator, a pen, a small wooden gavel, a laptop, a pen holder with several pens, a coffee cup, and some papers. The image is overlaid with a green geometric pattern consisting of overlapping circles and triangles. The title text is centered within a dark green circular area.

CAPÍTULO 4 ***ORGANIZAÇÃO*** ***ADMINISTRATIVA DO IFRO***

Figura 5 – Diagrama da Organização Administrativa do IFRO



Fonte: IFRO (2023)

A organização administrativa do IFRO agrega aspectos relativos aos processos institucionais, à governança e ao sistema de gestão institucional em diferentes instâncias da organização. Tal modelo possibilita que os processos de gestão sejam estruturados de modo a produzirem os efeitos para os quais são realizados, de maneira eficaz e transparente.

Os colegiados que atuam em todas as instâncias institucionais garantem a participação da comunidade e, por consequência, a gestão democrática do IFRO.

Os controles institucionais, presentes nas comissões permanentes, nas instâncias institucionais garantem a lisura e transparência dos atos de gestão.

Para garantir a transparência e o diálogo com a comunidade do IFRO e com a sociedade, o IFRO adota mecanismos e ferramentas que auxiliam na promoção da transparência e facilitam o controle social sobre as ações institucionais.

4.1 Mecanismos e ferramentas de promoção da transparência

O IFRO tem adotado práticas de transparência em seus processos institucionais de modo a garantir que os serviços prestados à comunidade possam ser acompanhados e controlados pelo conjunto da sociedade e pelos órgãos de controle.

Na sua estrutura organizacional, para efeitos de promoção da transparência e integridade institucional, o IFRO instituiu o Comitê de Integridade, o qual é composto por diversos setores responsáveis pelo planejamento e execução de ações de promoção da transparência e pela busca da integridade institucional.

Como ferramentas para propiciar o acesso a informações por parte da comunidade, o IFRO atende à IN 84/TCU/2020 que estabelece as diretrizes para a promoção da transparência ativa nas instituições. Assim, o IFRO atualizou o Portal conforme as orientações contidas na referida IN.

Para promover a transparência ativa, o IFRO adota como práticas, a atualização do portal institucional, a divulgação das ações nas redes sociais oficiais e a divulgação contínua de relatórios diversos. Outra ação importante de promoção da transparência é a publicação dos dados abertos estabelecidos no Plano de Dados Abertos (PDA).

Figura 6 – Imagens do portal institucional do IFRO



Fonte: IFRO (2023)

Mais informações e dados Aqui <https://portal.ifro.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>

Entre as ferramentas disponibilizadas pelo IFRO para a promoção da transparência está a Ouvidoria. A Ouvidoria do Instituto Federal de Rondônia é um espaço aberto para a sociedade. Por meio deste canal de atendimento, o IFRO recebe e responde às manifestações de Sugestões, Elogios, Solicitações, Reclamações e Denúncias sobre as políticas e os serviços públicos oferecidos pelo Instituto.

A participação do aluno, servidor ou membro da comunidade nos permite identificar problemas e propor melhorias e mudanças, assim como corrigir situações irregulares que possam ocorrer.

Qualquer cidadão pode procurar a Ouvidoria e apresentar uma manifestação, isto é, expressar suas ideias, fazer questionamentos, sugerir melhorias. Essa atitude contribui para o aperfeiçoamento da gestão pública e melhora a qualidade do ensino ofertado pelo IFRO.

A Ouvidoria é coordenada por um servidor da instituição, o qual chamamos de Ouvidor. É ele que recebe e dá os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, das denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição.

Figura 7 – Logo da plataforma integrada de ouvidoria



Fonte: Fala.BR (2023)

Nota: Disponível em: <https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/>. Acesso em: 23 ago. 2023

Outro mecanismo interno utilizado pelo IFRO para garantir o controle de uma boa gestão institucional é a política de integridade, a política de governança, a gestão de riscos e os controles internos. Essas políticas possibilitam que a gestão administrativa do instituto atue de modo transparente e que a instituição alcance a integridade em seus processos.

4.2 Avaliação e acompanhamento do plano de desenvolvimento institucional

O Desenvolvimento Institucional é, de modo conciso, o conjunto sistematizado de condições materiais, humanas e tecnológicas disponibilizadas para o gerenciamento do desenvolvimento da instituição conforme os parâmetros estabelecidos nos seus documentos norteadores.

O modelo de acompanhamento e avaliação desse documento está definido no Plano Estratégico Institucional, no qual estão definidas as metodologias, as ferramentas, as métricas, os fluxos e as instâncias institucionais responsáveis por cada etapa do processo.

A avaliação da educação superior no Brasil foi regulamentada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentada pela Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Para melhor sistematizar o processo avaliativo, foi publicado o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino.

Para coordenar e sistematizar o processo de avaliação do SINAES, foi instituída a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), enquanto que ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) coube a responsabilidade por operacionalizar os processos coordenados pela CONAES.

Cada instituição de ensino superior tem a responsabilidade de constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A avaliação proposta pelo SINAES tem como uma de suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, respeitando a identidade institucional. Assim, o SINAES congrega um sistema de avaliação global e integrado às atividades acadêmicas, compondo-se de três modalidades de instrumentos de avaliação aplicados em diferentes momentos, a saber: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), que se subdivide em autoavaliação – coordenada pela CPA de cada instituição – e avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP; Avaliação dos Cursos Superiores (ACS) e Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Para que a concepção emancipadora da avaliação se concretize na prática, é preciso a constância do processo de avaliação, com participação e envolvimento de todos os atores na construção de uma cultura de avaliação que confira legitimidade e continuidade ao processo que se quer reflexivo, dinâmico, aberto

e polissêmico. No IFRO, a autoavaliação institucional está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que realiza, periodicamente, reuniões com a finalidade de levantar elementos que possibilitem a conformação de relatório anual, o qual deverá ser amplamente divulgado e seus resultados motivo de debates e estudos por parte da comunidade acadêmica, que tem como objetivo principal garantir a qualidade das suas ações na promoção de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A autoavaliação institucional caracteriza-se por um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, analisa-se internamente, na perspectiva de relacionar o que efetivamente é com o que deseja ser e de refletir sobre suas realizações, sobre o modo como se organiza, se governa e atua. Segundo as diretrizes do SINAES, tal processo deve engendrar a análise situacional de dez dimensões institucionais, distribuídas nos eixos abaixo descritos.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional;

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional;

Eixo 3: Políticas Acadêmicas;

Eixo 4: Políticas de Gestão;

Eixo 5: Infraestrutura Física.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A CPA é uma comissão itinerante, constituída por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e representantes da sociedade civil organizada.

A autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), é realizada anualmente, a partir da aplicação de instrumentos avaliativos, organizados com base nas dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Essa comissão coordena e sistematiza a autoavaliação nas dez dimensões. Veja.

- Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- Responsabilidade Social da Instituição;

- Comunicação com a Sociedade;
- Políticas de Pessoal;
- Organização e Gestão da Instituição;
- Infraestrutura Física;
- Planejamento e Avaliação;
- Política de Atendimento aos Discentes;
- Sustentabilidade Financeira.

4.2.1 Programa de avaliação integrada

Conforme já descrito, o Plano de Desenvolvimento Institucional é uma das principais ferramentas da gestão institucional. Como tal, é um documento que agrega as políticas, os programas, os projetos, os objetivos e as metas institucionais.

Monitorar esse extenso conjunto de elementos exige que a instituição elabore e aplique um programa de avaliação que seja integrado e sistemático e que possibilite à gestão uma percepção sistêmica da evolução e da execução do Plano para eventuais ajustes e correções de rotas. Em complemento, é necessário que a avaliação institucional possibilite a apropriação do seu conteúdo por todos os sujeitos da Instituição e que contemple os principais processos planejados em cada área da instituição.

Para acompanhar e avaliar a execução deste PDI e monitorar os resultados institucionais, o IFRO adotará diferentes ferramentas e aplicará mecanismos distintos de avaliação, adequados a cada área avaliada.

A avaliação do PDI implica em proceder ao monitoramento, especialmente dos seguintes temas:

1. Projeto Pedagógico Institucional – PPI e as Políticas Institucionais;
2. Plano Estratégico Institucional – PE;
3. Execução do Catálogo de Cursos e Vagas;
4. Execução do Catálogo de Infraestrutura e Obras;
5. Projetos Estratégicos;

6. Metas Institucionais pactuadas;

7. Plano Anual de Trabalho.

A estratégia e os mecanismos formulados para a avaliação dos programas, políticas, planos, objetivos e metas estão descritas no Plano Estratégico Institucional (PEI), assim como estão estabelecidas as instâncias da governança e os responsáveis pelo monitoramento de cada ação.

A autoavaliação institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), será considerada como avaliação qualitativa das dimensões do Plano de Desenvolvimento Institucional, e os seus relatórios serão considerados subsídios para revisão de metas, proposição de projetos estratégicos e referência para o desenvolvimento de políticas e programas institucionais.

4.2.2 Governança gestão de riscos e integridade institucional

Governança

<https://lnk.dev/RiBTv> – **(Estrutura de Governança institucional)**

A Governança do IFRO compreende a Gestão Estratégica, Tática e Operacional. Está estruturada a partir dos órgãos colegiados que representam a alta administração, pelos setores administrativos na Reitoria e nos *campi* e pelos órgãos colegiados a quem compete atribuições consultivas e deliberativas.

As boas práticas de gestão estabelecem que as organizações dediquem-se a estruturar modelo de governança que favoreça o bom gerenciamento institucional e que possibilite avaliar o desempenho e a conformidade da instituição.

No IFRO, a política de Governança está alinhada ao que estabelecem o Decreto nº 9.203, de 2017 e os regulamentos normativos afetos à temática. Assim, a política de governança do instituto alicerça-se sobre os seguintes princípios:

- Integridade;
- Confiabilidade;
- Melhoria Regulatória;
- Prestação de Contas e Responsabilidade;
- Transparência;
- Capacidade de Resposta.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos é um processo conduzido em uma organização para identificar eventos em potencial, capazes de afetá-la na consecução dos seus objetivos institucionais e administrar os riscos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco da organização e prover garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

Integridade

Neste mesmo sentido, o IFRO adota programa de integridade alinhado aos marcos legais estabelecidos para cada área específica que compõe o programa de integridade pública. Confira.

- Lei nº 8.429/92 Improbidade Administrativa;
- Lei nº 12.813/13 Conflito de Interesses;
- Decreto nº 10.756/21 - Institui o Sistema de Integridade Pública do Executivo Federal - SIPEF;
- Decreto nº 1.171/94 Código de Ética do Servidor Público;
- Decreto nº 9.203/17 Política de Governança Pública.

A Política de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno (PGGRCI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – se constitui na declaração das diretrizes, objetivos, estruturas e responsabilidades aplicáveis aos planos, às metas, às estratégias, às ações, aos objetivos, aos programas, aos projetos e às atividades relacionadas à gestão institucional.

A PGGRCI do IFRO busca apresentar os princípios e diretrizes gerais, estabelecendo os objetivos e o comprometimento do Instituto relacionadas à gestão de riscos, apresentando os princípios, a implementação, onde e quando é aplicada, quem são os responsáveis em todos os níveis, dentre outros aspectos, de forma a subsidiar a construção de um processo estruturado de gestão organizacional, capaz de impactar no atingimento dos objetivos estratégicos do IFRO.

CAPÍTULO 5
***PERFIL DO CORPO DOCENTE
E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO***

5.1 Apresentação

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) busca organizar e promover ações participativas, articulando-se com as demais unidades administrativas e unidades acadêmicas, que envolvam corpo de servidores do IFRO, a fim de fundamentar estratégias e planejar a gestão com vistas à melhoria contínua dos processos de trabalho, contribuindo com o fortalecimento da instituição. As ações da DGP alinham-se aos objetivos estratégicos do IFRO e são pensadas na perspectiva da promoção, do desenvolvimento, crescimento dos servidores e do IFRO como um todo e, para isso, atuam diretamente nas ações do planejamento estratégico da instituição.

A estrutura da Diretoria é composta por um Departamento de Administração de Pessoal (DAP) e quatro Coordenações, sendo estas: Coordenação de Seleção, Cadastro e Aposentadoria (CSCA), Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social (CDHS), Coordenação de Pagamento de Pessoal (CPP) e Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida (CASQV), que são responsáveis pelos processos de admissão de servidores, administração de pessoal, desenvolvimento, capacitação, atenção à saúde, qualidade de vida, aposentadoria e pensões, e demais atividades envolvidas no gerenciamento do capital humano da instituição. Alinhado com as diretrizes da Gestão e com as ações do Planejamento Estratégico, a Gestão de Pessoas do IFRO é desenvolvida visando à integração das pessoas com as necessidades institucionais, buscando a primazia do atendimento e possibilitando a construção do futuro do IFRO com base no desenvolvimento de sua comunidade.

5.2 Composição

A Portaria MEC nº 713, de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFRO 790 Professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e 718 Técnicos Administrativos em Educação, distribuídos conforme tabela 1.

Atualmente o IFRO possui uma força de trabalho composta por 1.192 servidores efetivos e professores substitutos distribuídos em seus 10 (dez) *campi* e Reitoria.

Tal composição leva em consideração o perfil das unidades, estabelecido em Portaria, o banco de equivalência para os cargos de docentes, a existência/liberação de códigos de vagas e, no caso dos cargos TAE, consideram-se os níveis C, D e E, bem como as especificidades dos cargos.

Considerando a Portaria 713/2021, cada unidade do IFRO tem a configuração a seguir.

Tabela 1 – Quadro Demonstrativo de servidores por cargo, nível e funções por unidade

Unidade	Existência	Tipologia	TAE C	TAE D	TAE E	EBT T	CD 1	CD 2	CD 3	CD 4	FG 1	FG 2	FC C	FG1 (NAPNE)
IFRO	-	-	92	342	284	790	1	14	20	39	59	84	68	11
Reitoria	-	Reitorias de 10 a 16 campi	0	90	90	0	1	5	11	10	18	2	0	1
Colorado do Oeste	Pré Expansão	IF Campus - 90/70 Agrícola	12	30	28	90	0	1	2	4	4	8	6	1
Vilhena	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	8	22	15	70	0	1	0	2	4	8	6	1
Cacoal	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/60 Agrícola	11	26	23	70	0	1	0	2	4	8	7	1
Ji-Paraná	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	8	22	15	70	0	1	0	2	4	8	6	1
São Miguel do Guaporé	Expansão 2017/2018	IF Campus Avançado 20/13*	3	5	5	40	0	0	1	1	0	2	3	1
Jaru	Expansão 2015/2016	IF Campus - 70/45	8	22	15	70	0	1	0	2	4	8	5	1
Ariquemes	Expansão 2013/2014	IF Campus - 90/70 Agrícola	12	30	28	90	0	1	2	4	4	8	7	1
Porto Velho Calama	Expansão 2011/2012	IF Campus - 150/100 Industrial	14	51	35	150	0	1	4	8	9	16	10	1
Porto Velho Zona Norte	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	8	22	15	70	0	1	0	2	4	8	10	1
Guajará-Mirim	Expansão 2015/2016	IF Campus - 70/45	8	22	15	70	0	1	0	2	4	8	8	1

Fonte: Sistema SUAP e SIAPE (2022)

*haverá correção do quantitativo de servidores para o modelo 40/26

5.3 Plano de carreira docente

O Plano de Carreira dos servidores docentes do IFRO está definido na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, sendo estruturada em cinco classes: D I, D II, D III, D IV e Titular.

Cada classe possui suas subdivisões em níveis, de acordo com o Anexo I da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. A passagem de um nível para o outro, dentro da classe, ou a promoção para a classe subsequente, é realizada após o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante avaliação do desempenho das atividades do docente.

Os docentes são submetidos a um período de estágio probatório de 03 (três) anos, nos quais permanecem na Classe D I. Após o término do estágio probatório, que ocorre mediante aprovação em avaliação de desempenho, pode haver a aceleração da promoção para a Classe D II nível I, vinculada à apresentação do título de especialista, e para D III nível I, ligada à apresentação do título de mestre ou doutor (conforme art. 15 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012).

5.4 Plano de carreira dos técnicos administrativos em educação

O Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos do Instituto Federal de Rondônia está definido pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A carreira é estruturada em cinco níveis de Classificação - A, B, C, D e E, classificados de acordo com requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. No âmbito do IFRO, os cargos de nível A e B são cargos em extinção, portanto o quadro de referência é composto apenas por cargos nível C, D e E.

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, respeitado o interstício de 18 meses em cada progressão.

A progressão por Capacitação Profissional, que se desenvolve em 04 níveis, se dá por meio da participação em cursos de capacitação compatíveis com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida. Já a progressão por Mérito Profissional se desenvolve em 16 níveis, mediante a aprovação em avaliação periódica de desempenho, realizada anualmente.

A obtenção de titulação superior exigida ao cargo ao qual o servidor está investido, assegura ao servidor a obtenção de Incentivo à Qualificação, com o acréscimo de percentual sobre a remuneração do servidor na forma definida no Anexo IV da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

5.5 Critérios de seleção para docentes, técnicos administrativos e professor substituto

A seleção dos candidatos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dará a partir da publicação de edital de concurso público para as áreas de ensino conforme os cursos ofertados pelo IFRO. O processo de seleção será composto por prova objetiva, prova de desempenho didático e prova de títulos. A prova objetiva será composta por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação, Didática e Conhecimentos Específicos, selecionados de acordo com a área que o docente irá atuar. A prova de desempenho didático tem por finalidade avaliar a atuação pedagógica do docente em atividade de sala de aula. A prova de títulos visa a pontuar a experiência profissional do professor, bem como valorizar a sua formação acadêmica. A nomeação será realizada conforme a disponibilidade de vagas seguindo a ordem de classificação do concurso.

Os Técnicos Administrativos em Educação serão selecionados por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas, são definidos no edital do certame. As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos selecionados de acordo com conhecimentos necessários para desempenhar as funções que o cargo demanda. A nomeação será realizada conforme a disponibilidade de vagas seguindo a ordem de classificação do concurso.

A contratação de professor substituto está prevista na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e pode ocorrer para suprir a ausência de professor efetivo em razão de: vacância do cargo, afastamento ou licença, de acordo com o art. 14 do Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, ou nomeação para ocupar cargo de Reitor, Pró-Reitor e Diretor-Geral de *campus*. O número total de contratação de professor substituto não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do número de professores

efetivos em exercício na instituição. O regime de trabalho do professor substituto fica limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

No âmbito do IFRO as contratações ocorrem para atender aos afastamentos do docente para programas de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país, para atender a demandas geradas por afastamentos via SIASS e, em casos específicos para composição temporária de força de trabalho destinada a oferta de componentes curriculares em cursos que estão em fase de integralização.

5.6 Plano de expansão do quadro docente e de técnicos administrativos

Com base na totalidade dos cargos vagos disponíveis, no modelo de dimensionamento dos Institutos Federais, estabelecido pela Portaria MEC nº 713, no Banco de Professor Equivalente, instituído pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, e com alterações promovidas pela Portaria Conjunta MPDG e MEC nº 405, de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016, e ainda o Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, para admissão de docentes e técnicos administrativos, projeta-se a execução de admissão e preenchimento dessas vagas na seguinte proporção até 2027.

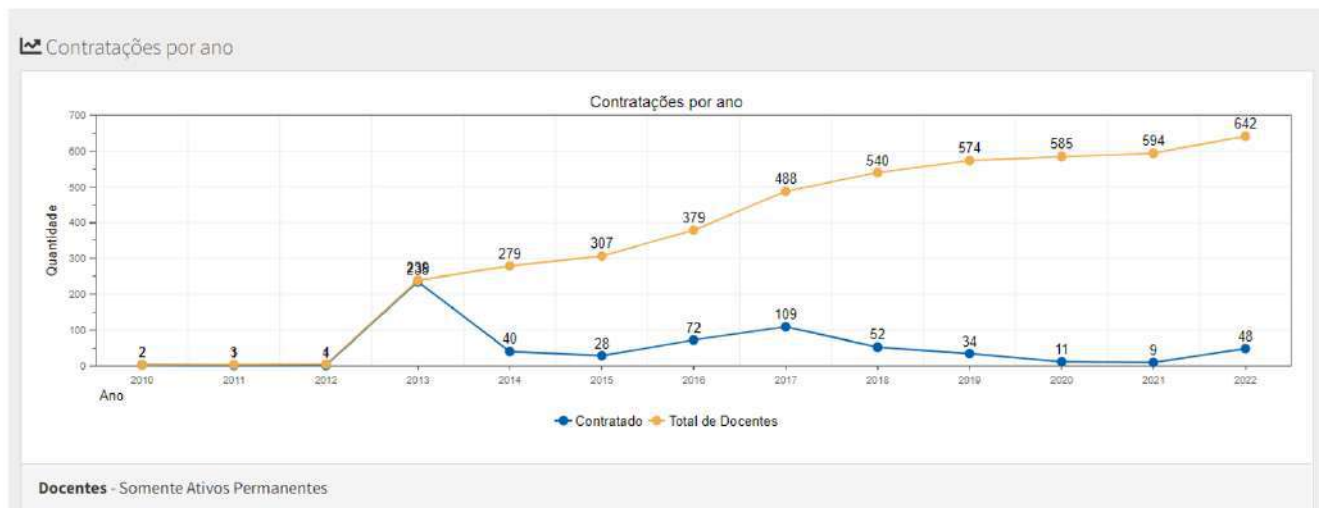
Com relação ao preenchimento de cargos Técnico-Administrativos, previstos a partir de 2019 está condicionado à liberação de códigos de vaga pela SETEC/MEC e atualização do Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Já o preenchimento dos docentes está condicionado ao alcance da Relação Alunos Professores (RAP), início de novos cursos e, a partir de 2020, disponibilidade de códigos pela SETEC/MEC.

O plano de expansão do quadro de servidores TAE e Docentes do IFRO considera o perfil de cada unidade, conforme quadro Demonstrativo da Estrutura de Cargos do IFRO - Portaria 713/2021 e 44/2022 - MEC e a expectativa de mudança de perfis das unidades que já atingiram os seus perfis e que atendem aos critérios definidos para pleitear as mudanças dos quantitativos de TAE e Docentes.

Conforme o perfil atual de cada uma das unidades, o IFRO deverá ter seu quadro de docentes e técnicos consolidados ao atingir 718 (setecentos e dezoito) TAEs e 790 (setecentos e noventa) docentes. Necessário considerar, também, que tal configuração do quadro de servidores pode ser alterada pelo plano de expansão da rede e do próprio instituto.

A evolução do processo de composição do quadro de servidores docentes do IFRO se deu conforme estabelece a legislação, observando-se a seguinte distribuição ano a ano.

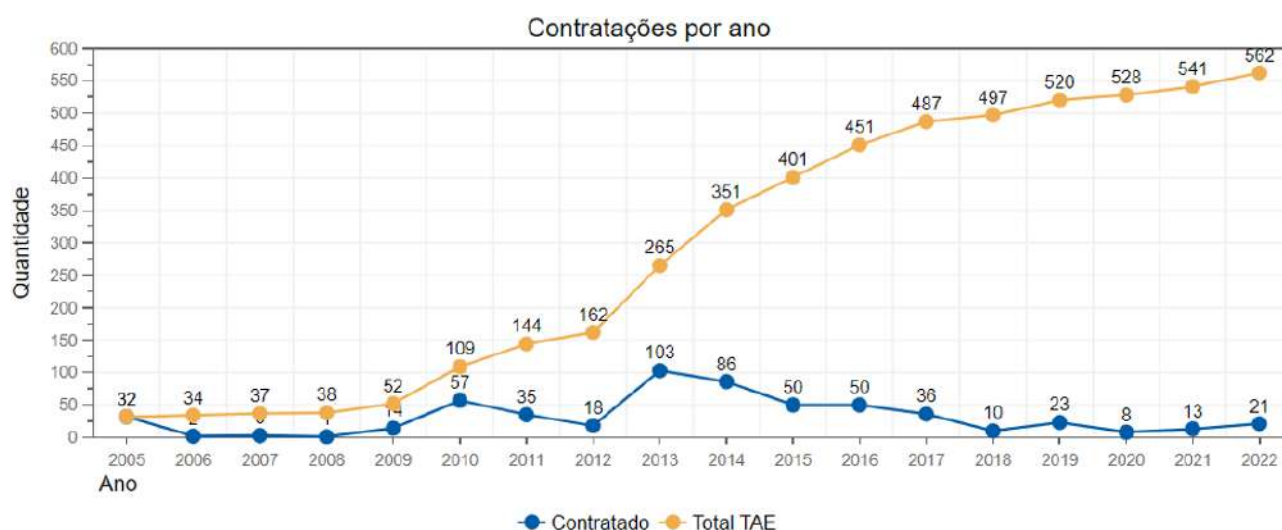
Figura 8 – Evolução da composição do quadro de servidores docentes do IFRO



Fonte: IFRO (2023)⁶

Já na carreira TAE, a evolução do processo de composição do quadro de servidores se deu conforme estabelece a legislação, observando-se a seguinte distribuição ano a ano.

Figura 9 – Evolução da composição do quadro de servidores TAEs do IFRO



Fonte: IFRO (2023)⁷

⁶ Disponível em: <https://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/dgpdocente>.

Acesso em: 24 ago. 2023.

⁷ Disponível em: <https://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/dgpdocente>.

Acesso em: 24 ago. 2023.

5.7 Plano de capacitação

- a) É necessário elaborar políticas de capacitação com base nos quantitativos de servidores por nível. (incentivo ao *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e incentivos a ampliação da titulação dos servidores.
- b) Uma política de qualificação alinhada aos objetivos institucionais, considerando as competências exigidas pelo tipo de trabalho realizado pelo servidor nos setores, sem perder de vista as expectativas dos servidores.

A capacitação dos servidores, no âmbito do IFRO, está dividida em duas principais ações sendo estas: capacitação de curta duração e qualificação. A responsabilidade de tais ações está atribuída à Coordenação de Desenvolvimento Humano e Pessoal (CDHS) e à Coordenação de Pós-Graduação (CPOSG) em conjunto com o Departamento de Administração de Pessoal (DAP), Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propesp).

O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta os artigos 87 e 102, incisos IV e VII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. No âmbito do IFRO, a Política de Capacitação dos Servidores foi instituída pela Resolução nº 7/Consup/ IFRO, de 15 de abril de 2011, e tem por objetivo promover e prover ações e estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem ao quadro profissional a construção e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento profissional, para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição e, ainda, para a Resolução nº 53/Consup/ IFRO, de 01 de dezembro de 2017, que tem por objetivo qualificar os servidores do IFRO e estimular a atividade de construção de novos conhecimentos.

5.8 Política de capacitação de servidores

O Instituto Federal de Rondônia – IFRO, autarquia federal de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, especializada na oferta da educação profissional, científica e tecnológica (EPCT) nas diferentes modalidades de ensino com base na conjunção de conhecimentos técnicos e tecnológicos acumulados em sua prática pedagógica, e tendo como referência seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), estabelece sua Política de Capacitação de Servidores com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

O IFRO continuará envidando esforços para possibilitar a capacitação contínua de seu quadro de pessoal. Durante a execução do último plano de desenvolvimento institucional, as políticas de capacitação se concentraram, especialmente, em processos verticais de incentivo à titulação do quadro, tais ações elevaram

sobremaneira os índices de titulação de Docentes e TAEs. Essa ação focada no aprimoramento do desempenho profissional dos servidores propicia resultados bilaterais, pois assegura benefícios mútuos aos envolvidos: ao servidor, que enriquece seu repertório de conhecimentos e cresce em termos de valorização pessoal e profissional; e à Administração, que melhora a prestação de seus serviços aos cidadãos, contando com servidores mais satisfeitos e aptos para o trabalho.

Neste próximo período, além da manutenção das parcerias e dos investimentos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, o IFRO deverá implementar e consolidar programas de capacitação e qualificação com vistas à formação continuada, com a perspectiva de alinhar as habilidades e competências dos servidores às necessidades setoriais/institucionais para induzir ao alcance de suas metas e garantir o cumprimento da missão institucional.

Os esforços institucionais para promover a contínua qualificação e capacitação do seu quadro de servidores devem ser conduzidos de forma que a Instituição possa acompanhar as mudanças e as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas, além de assegurar a identidade da educação profissional, científica e tecnológica que se impõem ao contexto laboral e à manutenção da qualidade do serviço prestado ao cidadão, bem como fornecer oportunidade de crescimento pessoal e profissional ao servidor.

Para tornar exequíveis as ações de capacitação e qualificação dos servidores, o IFRO elaborou uma Política de Capacitação (Resolução 53/2015 do Conselho Superior (Consup/IFRO), a qual tomou como base as necessidades institucionais e o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PDP) para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O Decreto que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal foi atualizado para o nº [9.991/2019](#), da mesma forma que a Política de Capacitação do IFRO está em reformulação para atender às necessidades de ajustes internos. O decreto pressupõe que a capacitação permanente do servidor é ponto estratégico e que cabe à Administração Pública incentivar, assistir e apoiar o servidor a capacitar-se, bem como valorizar as habilidades e competências de seus servidores na realização de eventos de capacitação no âmbito da própria instituição.

Os eventos de capacitação que serão adotados, balizados pelas políticas de capacitação de servidores do IFRO, deverão alinhar as competências individuais às necessidades organizacionais e sustentam dois eixos bem definidos: 1) Capacitação com vistas à elevação da titulação dos servidores e, 2) Capacitação em termos de formação continuada, estas, de curta duração com foco no alinhamento das

necessidades setoriais. Sempre que possível, os servidores deverão ser valorizados, com foco em suas habilidades e competências para ofertar cursos dentro da Instituição.

A responsabilidade pelo planejamento, prospecção, realização e monitoramento das ações de capacitação e qualificação de servidores está atribuída conjuntamente à Coordenação de Desenvolvimento Humano e Pessoal (CDHS) e à Coordenação de Pós-Graduação (CPOSG) em conjunto com o Departamento de Administração de Pessoal (DAP), Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propesp).

Para materializar os objetivos estabelecidos neste PDI e no Plano Institucional de Capacitação e Qualificação de Servidores, os setores envolvidos no processo de planejamento, articulação e fomento dos programas realizam as ações a seguir.

1. Elaboram o Plano Anual de Capacitação, o qual contempla cursos de curta duração nas modalidades presencial, EaD e *in company*;
2. Prospectam as demandas institucionais e as parcerias e convênios para oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais;
3. Lançam editais de afastamento Integral para participação em curso de pós-graduação na modalidade *stricto sensu*;
4. Lançam editais para a participação dos servidores em eventos científicos, tecnológicos, culturais e visitas técnicas no país e no exterior;
5. Avaliam as requisições e concedem as licenças para as capacitações.

No âmbito do IFRO, os recursos para capacitação de servidores são gerenciados da seguinte forma.

O recurso destinado ao provimento de capacitações é, majoritariamente, oriundo da ação 4572 - Capacitação de Servidores. A gestão desses recursos é realizada de modo descentralizado (Reitoria + *campi*), quando se trata de capacitação do tipo formação continuada ou cursos específicos demandados por uma ou mais unidades do IFRO. Na Reitoria esses recursos são gerenciados, especialmente pela DGP/CDHS que realizam as contratações de cursos *in company* e dos cursos do Plano Anual de Capacitação (PAC) referentes às demandas prospectadas na Reitoria.

Para os programas de qualificação de servidores com vistas à verticalização da titulação em nível *stricto sensu*, cabe à Propesp a prospecção das demandas institucionais, e de possíveis parceiros para as ofertas, a coordenação dos acordos de parcerias/convênios para mestrados e doutorados institucionais, a publicação de editais para participação dos servidores em eventos científicos, tecnológicos, culturais e visitas técnicas, no país e no exterior.

Para tais eventos, os recursos são, majoritariamente, da ação 4572 – Qualificação e Capacitação de Servidores e são gerenciados de modo centralizado na Reitoria, para garantir a institucionalidade dos programas, agilidade e eficiência na execução dos mesmos.

1. A Política de Capacitação de servidores deve se orientar pelos princípios e objetivos abaixo.

- a) Consolidar a identidade institucional;
- b) Estimular o servidor ao aprendizado contínuo;
- c) Valorizar e aproveitar suas habilidades e competências na elaboração e oferta de cursos, treinamentos e eventos no âmbito da Institucional;
- d) Consolidar e fortalecer a política de qualificação e capacitação dos servidores com foco na ampliação da titulação e na formação continuada;
- e) Orientar os esforços institucionais para o atendimento às necessidades institucionais, a partir de um programa de formação continuada para servidores, na perspectiva da EPCT;
- f) Adequar as políticas de incentivo à capacitação com base nos quantitativos de servidores por nível e por unidade de atuação/lotação;
- g) Alinhar os programas e planos de capacitação aos objetivos institucionais, considerando as competências exigidas pelo tipo de trabalho realizado pelo servidor nos setores, sem perder de vista as expectativas de ascensão profissional de cada servidor;
- h) Incentivar e promover as capacitações de servidores com foco na internacionalização e na integração do IFRO a sistemas de pesquisa e inovação internacionais.

2. Desafios para a implementação e consolidação da Política de Qualificação e Capacitação de Servidores.

- Limitado número de vagas para afastamento integral de docentes;
- Ausência de código de vagas para a contratação de servidores substitutos para Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) para cursar programas *stricto sensu*;
- Instituir uma comissão específica para tratar do planejamento, execução e avaliação da Política de Qualificação e Capacitação de Servidores;
- Propor e implantar a avaliação da eficiência na permanência e êxito dos programas e cursos oferecidos;
- Elaborar e implementar plano de regresso com previsão de atuação programada dos servidores afastados, em atividades estratégicas da instituição, alinhadas à área da titulação;
- Elaboração e implementação da gestão por competências especialmente na carreira TAE.

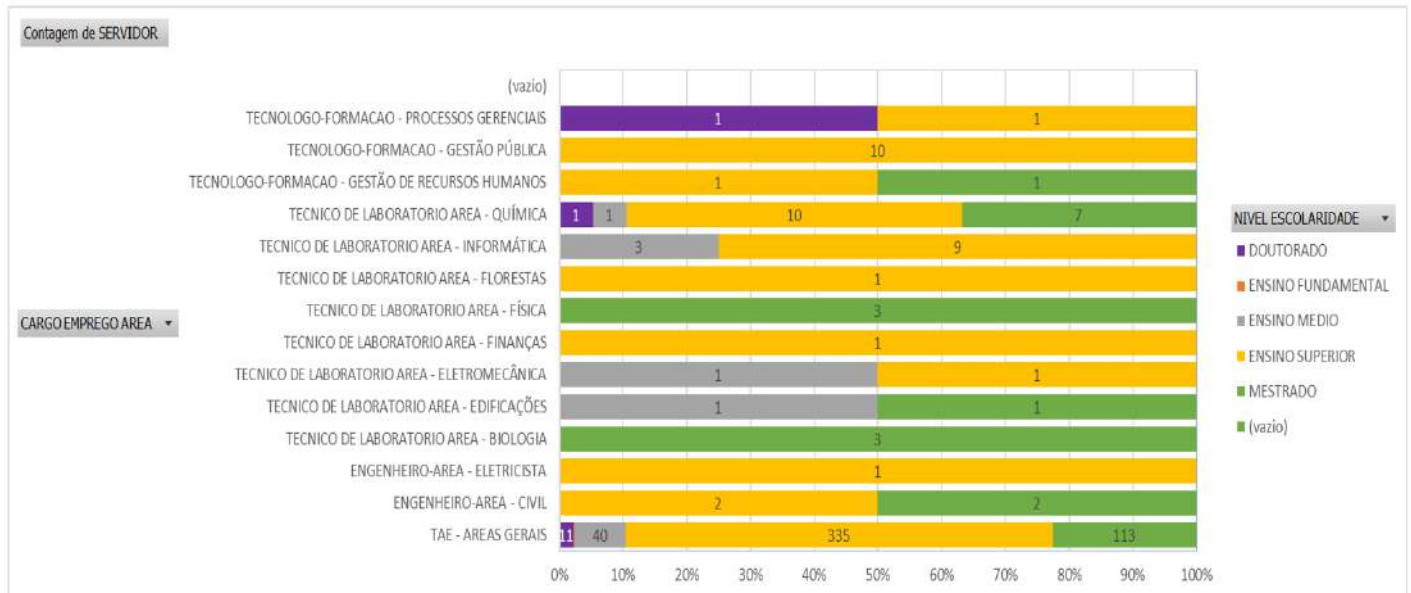
Tabela 2 – Estrutura de cargos do IFRO

Demonstrativo da Estrutura de Cargos do IFRO – Portaria 713/2021 e 44/2022 – MEC

Unidade	Existência	Tipologia	TAE C	TAE D	TAE E	EBTT
IFRO	-	-	92	342	284	790
Reitoria	-	Reitorias de 10 a 16 <i>campi</i>	0	90	90	0
Colorado do Oeste	Pré Expansão	IF Campus – 90/70 Agrícola	12	30	28	90
Vilhena	Expansão 2003/2010	IF Campus – 70/45	8	22	15	70
Cacoal	Expansão 2003/2010	IF Campus – 70/60 Agrícola	11	26	23	70
Ji-Paraná	Expansão 2003/2010	IF Campus – 70/45	8	22	15	70
São Miguel do Guaporé	Expansão 2017/2018	IF Campus Avançado 20/13	3	5	5	20
Jaru	Expansão 2015/2016	IF Campus – 70/45	8	22	15	70
Ariquemes	Expansão 2013/2014	IF Campus – 90/70 Agrícola	12	30	28	90
Porto Velho Calama	Expansão 2011/2012	IF Campus – 150/100	14	51	35	150
Porto Velho Zona Norte	Expansão 2003/2010	IF Campus – 70/45	8	22	15	70
Guajará-Mirim	Expansão 2015/2016	IF Campus – 70/45	8	22	15	70

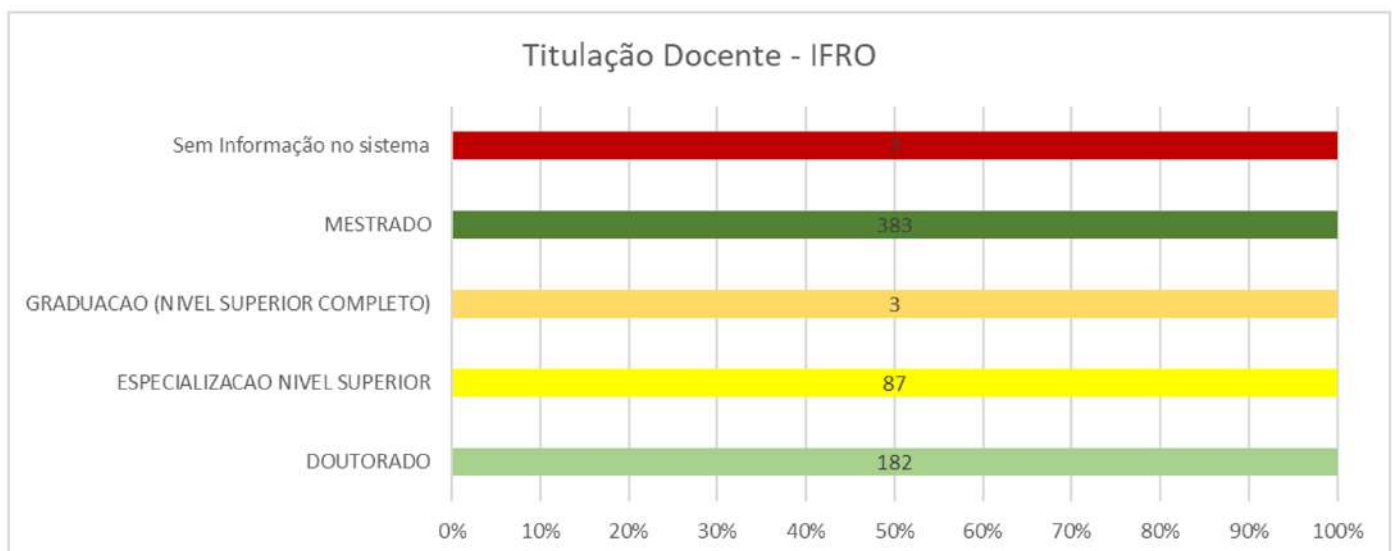
Fonte: Portaria nº 713 (2021) e 44 (2022) – MEC

Quadro 7 – Titulação dos servidores TAE do IFRO



Fonte: SUAP/IFRO (2023)

Quadro 8 – Titulação dos servidores DOCENTES do IFRO



Fonte: SUAP/IFRO (2023)

5.9 Saúde e qualidade de vida no IFRO

São várias e intensas as atividades que sobrecarregam a rotina dos trabalhadores do mundo contemporâneo, não é difícil observar que esses indivíduos estão muitas vezes com baixa autoestima, estressados, sequiosos de reconhecimento, sobrecarregados e exigidos. Associado a esta situação, com a sobrecarga e o aumento da jornada de trabalho, por vezes o profissional não encontra tempo nem recebe oportunidade da instituição empregadora para capacitação e aperfeiçoamento profissional, então este é levado ao despreparo e à falta de qualificação, o que acaba refletindo no seu desempenho profissional.

Além dessas situações, existem outros aspectos inerentes ao desgaste no mundo do trabalho, como as extensas e desgastantes jornadas de trabalho, os problemas administrativos, os problemas de comunicação com a equipe, a sobrecarga física e mental, a falta de servidores, a falta de reconhecimento profissional, exposição a riscos, conflitos no trabalho, as baixas remunerações salariais, os desvios de função, os conflitos interpessoais, as pressões sofridas, dentre outras.

Essas situações causadoras de tensão, apesar de presentes no cotidiano do trabalho, e conhecidas, muitas vezes, podem fugir do seu controle, seja por falta de preparo para lidar com as mesmas, pelas precárias condições de trabalho que os obrigam a conviver com elas, por inexistência de solução ou até mesmo por falta de vontade política para solucioná-las ou amenizá-las.

Diante destas constatações, o Governo Federal vem criando e propondo instrumentos de orientação, implantação de serviços e ações preventivas direcionadas para área de Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor Público Federal, a exemplo da Portaria Normativa nº 03, de 07 de Maio de 2010, a qual define as diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor, e tem por finalidade priorizar a prevenção dos riscos à saúde, a avaliação ambiental e a melhoria das condições e da organização do processo de trabalho de modo a ampliar a autonomia e o protagonismo dos servidores, da Portaria Normativa nº 03, de 03 de Março de 2013, a qual institui as diretrizes para subsidiar políticas e projetos de promoção da saúde e de qualidade de vida no trabalho, a serem implantados por meio da área de gestão de pessoas, e também do Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, o qual institui a criação do Subsistema de Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, com o objetivo de coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo.

O IFRO reconhece que o contexto atual da sociedade produz influência direta sobre a saúde e a qualidade de vida dos servidores e dos estudantes que compõem a nossa comunidade acadêmica. Diante disso, o IFRO deverá elaborar e implementar política de saúde e qualidade de vida de servidores e estudantes, que considerem os eixos de atenção abaixo.

- Saúde Mental e Bem-estar Psicossocial;
- Saúde Física e Bem-Estar Corporal;
- Segurança do Trabalho e Prevenção de Acidentes;
- Equilíbrio entre Vida Pessoal e Profissional;
- Relacionamento Interpessoal e Clima Organizacional;
- Educação em Saúde e Prevenção de Doenças;
- Reconhecimento e Valorização Profissional Saúde Financeira e Previdenciária;
- Ética e Integridade;
- Cultura Organizacional e Engajamento;
- Comunicação Efetiva e Gestão do Conhecimento;
- Diversidade, Equidade e Inclusão.

Os desafios a serem superados pela política de saúde e qualidade de vida devem ser mapeados a partir das pesquisas de clima organizacional e outros mecanismos que se fizerem eficazes. O monitoramento será realizado pelos indicadores estabelecidos no painel de indicadores da área.

Confira os eixos de abrangência da política e dos programas de saúde e qualidade de vida.

- 1. Melhoria da saúde dos servidores:** espera-se que o programa contribua para a melhoria da saúde física e mental dos servidores, reduzindo a incidência de doenças ocupacionais, o estresse relacionado ao trabalho e promovendo hábitos de vida saudáveis;
- 2. Redução do absenteísmo e presenteísmo:** a implementação de ações voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho pode resultar na redução do absenteísmo, diminuindo as faltas por motivos de saúde, bem como no presenteísmo, aumentando a produtividade e o engajamento dos servidores;
- 3. Aumento da satisfação e engajamento dos servidores:** ao promover um ambiente de trabalho saudável e acolhedor, o programa pode contribuir para o aumento da satisfação e do engajamento dos servidores, fortalecendo o vínculo com a instituição e favorecendo o trabalho em equipe e a colaboração;

- 4. Retenção de talentos e atração de novos servidores:** a implementação de um programa de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho pode ser um diferencial na retenção de talentos, contribuindo para a manutenção dos profissionais qualificados na instituição. Além disso, a oferta de um ambiente de trabalho saudável e equilibrado pode atrair novos servidores interessados em um local de trabalho que valorize o bem-estar;
- 5. Melhoria do clima organizacional:** espera-se que o programa contribua para a melhoria do clima organizacional, promovendo relações interpessoais saudáveis, fortalecendo a comunicação interna e criando um ambiente de trabalho positivo e colaborativo;
- 6. Redução de custos relacionados à saúde:** a adoção de medidas preventivas e de promoção da saúde pode resultar em uma redução dos custos relacionados à saúde, como licenças médicas e substituições temporárias de servidores;
- 7. Fortalecimento da imagem institucional:** ao implementar um programa de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho, o IFRO demonstra seu compromisso com o bem-estar de seus servidores, fortalecendo sua imagem perante a comunidade acadêmica, colaboradores e sociedade em geral; e
- 8. Estímulo à cultura de autocuidado:** o programa busca estimular uma cultura de autocuidado entre os servidores, conscientizando-os sobre a importância de adotar hábitos saudáveis não apenas no ambiente de trabalho, mas também em suas vidas pessoais, contribuindo para uma melhoria geral na qualidade de vida.



CAPÍTULO 6 ***DEMONSTRAÇÃO*** ***DA SUSTENTABILIDADE*** ***ORÇAMENTÁRIA*** ***E FINANCEIRA DO IFRO***



6.1 A matriz CONIF

Em 2021, por meio da Portaria nº 319, de 20 de maio, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. A esta comissão foi atribuída a responsabilidade de elaborar os parâmetros e critérios para a distribuição orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPC).

Em agosto de 2022, pela Portaria nº 646, o MEC Instituiu a Matriz de Distribuição Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento de custeio e assistência estudantil destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal de EPCT.

A sistemática de elaboração da matriz orçamentária leva em consideração dados e indicadores oficiais apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha e tem focado principalmente no número de matrículas totais atendidas pela instituição e os indicadores acadêmicos (Eficiência, RAP, Percentuais Legais e RFP).

De acordo com a Portaria nº 646/2022, em seu art. 5º, o montante de recursos destinados à distribuição orçamentária da Rede Federal de EPCT será fixado pelo MEC.

No IFRO, a distribuição orçamentária de custeio e assistência estudantil, para o período de vigência do PDI deverá ocorrer, em regra, conforme o que estabelecem os documentos supracitados, contudo, fica reservado ao Colégio de Dirigentes (CODIR) efetuar ajustes e adequações que garantam a composição de um orçamento solidário entre as unidades a fim de que o funcionamento das mesmas seja garantido com equanimidade.

Em relação ao orçamento de investimento, é necessário ressaltar que, conforme os dados de anos anteriores, a previsão, na LOA, deste grupo de despesas é insuficiente frente às necessidades institucionais, (ver relatório demonstrativo <https://encurtador.com.br/ilqw7>) o que leva à necessidade de intensa articulação com a bancada federal e com outros setores do poder público, a fim de buscar a composição do orçamento de investimentos via emenda parlamentar, Convênios, parcerias e Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Importante destacar que as emendas devem ser pleiteadas ao IFRO, a quem cabe o gerenciamento da distribuição interna dos recursos às unidades, por decisão colegiada, conforme a priorização das obras e investimentos a serem realizados.

Portanto, para estabelecer a sustentabilidade orçamentária do IFRO é necessário considerar a capacidade da mantenedora (SETEC/MEC) para a composição orçamentária da rede federal, bem como a capacidade e as condições estabelecidas para captações externas próprias do Instituto.

A distribuição dos recursos na rede é feita a partir da construção da matriz CONIF que é um modelo matemático, elaborado em conjunto com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (FORPLAN), e a SETEC/MEC, tendo como parâmetros os documentos supracitados, parametrizados pelos dados extraídos do Plataforma Nilo Peçanha (PNP) referentes ao ano anterior à programação orçamentária, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), e a renda familiar *per capita*, entre outros já citados.

Dessa forma, as principais variáveis que impactam no valor destinado a cada instituição são a quantidade de alunos matriculados, os pesos distintos para os vários cursos ofertados, a Renda Familiar *per capita* (RFP) dos matriculados e os indicadores de qualidade e eficiência da instituição. Os pesos são definidos considerando-se o custo de implantação e manutenção de um curso na Rede Federal. As matrículas são equalizadas pela carga horária anualizada de cada curso e seu período de oferta ao longo de um semestre, a RFP e os indicadores de qualidade e eficiência (Relação Aluno por professor / Cumprimento dos percentuais legais e eficiência acadêmica) são extraídos a partir dos dados validados na PNP.

Após a conformação e ajustes entre o CONIF e a SETEC/MEC, é definido o orçamento da rede federal e seguem-se os trâmites para apreciação e aprovação do orçamento (LOA) pelo Congresso Nacional. A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da Instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades, instrumentalizando o contínuo caminho para um orçamento participativo, e, sobretudo, buscando maior eficiência na gestão da despesa pública.

A projeção orçamentária para a manutenção das unidades do Instituto, considerando suas necessidades, pode ser observada na tabela.

Os recursos distribuídos na Matriz Conif são previstos, na LOA, como créditos orçamentários vinculados às principais ações orçamentárias referentes ao funcionamento da educação profissional, à capacitação de servidores e à assistência estudantil.

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal ainda traz créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e a outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa.

O IFRO é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação e, como tal, sua sustentabilidade financeira é viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional. Desta forma, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativos e pensionistas são consignados anualmente no orçamento da Instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira.

Além dos recursos da União, o IFRO conta com recursos diretamente arrecadados e com outros obtidos por meio de convênios firmados com a iniciativa privada de parcerias com entes públicos das demais esferas governamentais e poderes do estado.

Os recursos diretamente arrecadados são gerados mediante a comercialização da produção excedente, dos projetos decorrentes do processo ensino-aprendizagem, bem como da prestação de serviços e outras formas de captação. Os convênios firmados subsidiam as ações de expansão e melhoria da educação tecnológica.

O Orçamento de Custeio e Capital (OCC), exceto benefícios, convênios e emendas, oriundo do Tesouro Nacional é enviado para cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC, com base numa matriz parametrizada.

A totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, exceto de pessoal e benefícios, deverá ser submetida aos procedimentos e normas da gestão pública, em respeito à legislação vigente.

Tabela 3 – Projeção orçamentária do IFRO – 2023 – 2027

Previsão Orçamentária considerando (ano anterior corrigida pelo IGPM + projeção de matrículas)*			
ANO	Custeio	Investimentos**	Assistência Estudantil
2023	R\$ 33.940.255,00	R\$ 35.198.798,00	R\$ 10.397.415,00
2024	R\$ 49.928.674,00	R\$ 36.958.737,90	R\$ 13.516.639,50
2025	R\$ 54.921.541,40	R\$ 38.806.674,80	R\$ 14.192.471,48
2026	R\$ 60.413.695,54	R\$ 40.747.008,53	R\$ 15.185.944,48
2027	R\$ 66.455.065,09	R\$ 42.784.358,96	R\$ 16.248.960,59

Fonte: IFRO (2023)

*A implantação de novas unidades deve acrescer valores de investimentos e custeio e deverão ser projetadas na medida em que houverem discussões acerca de novas fases de expansão da rede.

**A projeção e investimentos considera o catálogo de obras formulado para este PDI

**Na previsão do Investimento consideramos, além da LOA, projeção de captações via emenda parlamentar e de parcerias para execução de projetos.

6.2 Gestão orçamentária e financeira

A gestão orçamentária e financeira consiste em estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa no âmbito da Reitoria e dos *campi*, coordenar, monitorar e orientar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto, além de disponibilizar os limites orçamentários anuais para a Reitoria, *campi* e demais unidades administrativas, distribuindo-os de modo a atender aos programas, planos, políticas e as ações educacionais e administrativas de cada unidade.

Buscando e incentivando a integração, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, por meio da Diretoria de Planejamento, atua no planejamento estratégico e operacional da Instituição, com vistas a subsidiar a definição das prioridades administrativas da Reitoria e dos *campi*, através da implementação dos projetos estratégicos, das ações que levarão ao cumprimento de metas e objetivos e da execução do Plano Anual de Trabalho.

A gestão orçamentária e financeira do IFRO deverá ser feita de modo descentralizado (Reitoria e *campi*) com forte integração no monitoramento das ações, o que permite maior flexibilidade no processo de redimensionamento e qualificação do gasto público e maior eficiência no uso dos recursos.

Na execução deste PDI, caberá ao Colégio de Dirigentes, as decisões acerca da alocação e/ou realocações dos recursos da LOA e das captações, bem como apreciar e aprovar o Plano Anual de Trabalho, apreciar seus relatórios periódicos, deliberar sobre realocações de recursos envolvendo ações orçamentárias e unidades.

6.3 Plano de expansão institucional

A expansão do IFRO pode ocorrer pela oferta de cursos e oferta de vagas nas unidades já existentes, pela mudança do perfil/modelo das unidades consolidadas, nos termos da Portaria nº 713/2021 e pela criação de novas unidades conforme programação da SETEC/MEC em novas etapas nacionais de expansão.

A expansão por novas ofertas de cursos e vagas deve considerar o que segue.

- a) Disponibilidade de carga-horária docente;
- b) Possibilidade de alteração do perfil/modelo da unidade;
- c) Ofertas na modalidade EaD;
- d) Ofertas em programas de governo.

A expansão para criação de novas unidades deve observar as demandas sociais e as condições dos cenários local e nacional. As oportunidades de expansão para o atendimento a demandas levantadas a partir da participação da comunidade deverão considerar o eixo tecnológico do *campus* e, quando este não puder atender devido às características da sua infraestrutura e quadro de pessoal, o IFRO deve envidar esforços para a realização de parcerias e a implantação de novas unidades que possam atender às demandas emergentes da sociedade.

Para eventuais aberturas de novas unidades do Instituto Federal, deve haver rigoroso estudo de viabilidade e demandas, a ser conduzido pelo Observatório regional do IFRO e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, o qual apontará os eixos tecnológicos e os cursos com maior aderência aos arranjos produtivos, a fim de que a composição do quadro de pessoal da nova unidade seja assertiva e adequada.

Por fim, no decorrer da execução deste plano de desenvolvimento, a expansão institucional deve se dar em estreito alinhamento com a necessidade de consolidação das unidades já existentes de modo a garantir infraestrutura mínima das unidades e o ajustamento necessário da força de trabalho em cada *campus* e Reitoria.

6.4 Catálogo de obras e infraestrutura e plano de acessibilidade

O Instituto Federal de Rondônia possui um compromisso social com relação à cultura inclusiva, propondo e realizando ações de inclusão, oferecendo atendimento diferenciado, desde o acesso físico, e moldando seus recursos pedagógicos para atender à comunidade com a melhor qualidade possível. Nesse sentido, a instituição vem promovendo a readequação dos seus ambientes físicos e agregando novas tecnologias que forneçam a melhoria adequada aos espaços, com vistas à promoção da inclusão.

A proposta de infraestrutura física presente no PDI 2023-2027 contempla ações de promoção de acessibilidade física nos projetos de infraestrutura dos *campi* a fim de que todas as instalações institucionais atendam aos critérios de acessibilidade.

Os desafios com relação a esse projeto são grandes, principalmente pela complexidade que cada *campus* apresenta em suas implantações e atividades desenvolvidas.

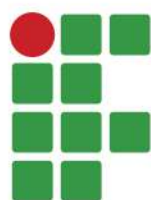
Destaca-se, ainda, a necessidade de adequação das unidades aos princípios de segurança estabelecidos nos Projetos de Prevenção contra Incêndio e Pânico – PPCIPs, necessários para que o instituto cumpra os requisitos legais para manutenção da sua autonomia, bem como para garantir o pleno funcionamento e conformidade institucional.

Também merece especial atenção no processo de desenvolvimento da infraestrutura da instituição, a promoção da sustentabilidade nas obras, com a devida adequação dos ambientes ao uso de tecnologias sustentáveis e a promoção da sustentabilidade energética promovendo, tanto quanto possível, a transformação energética nas nossas instalações.

No *link* a seguir <https://acesse.one/j0DIit> é possível acessar o catálogo de obras validado pelas unidades para o período 2023-2027. Nesse documento, estão previstas as edificações ideais para cada unidade, as quais serão priorizadas considerando os critérios técnicos estabelecidos na ferramenta (planilha) e a disponibilidade orçamentária a ser definida anualmente pelo Colégio de Dirigentes em interação com a Comissão Permanente de monitoramento do PDI, após a definição da LOA do ano subsequente ou sempre que se fizer necessária a readequação de prioridades ou remanejamento de orçamento.

6.5 Plano de revisão do PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento vivo e dinâmico, motivo pelo qual necessita de revisões periódicas nos seus elementos constitutivos. Assim, fica definido que: o Plano Estratégico terá revisão anual, seguindo as recomendações contidas na IN 24/2020; o catálogo de cursos deverá ter revisão anual, considerando a avaliação das metas e indicadores atinentes a esse tema; o catálogo de obras e infraestrutura deverá ter revisão de prioridades anual, considerando, especialmente a disponibilidade orçamentária definida na LOA para o ano subsequente e os demais elementos do PDI poderão ser reformulados, após concluído o segundo ano de execução do mesmo, se houver o entendimento das comissões permanentes de avaliação e/ou da gestão do IFRO acerca da necessidade de reformulação.



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia